

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

GILMARA EMÍLIA TEIXEIRA

**FACES E INTERFACES DA POBREZA E DO DESENVOLVIMENTO: UMA
ANÁLISE PARA A CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)**

MONTES CLAROS – MG

2007

GILMARA EMÍLIA TEIXEIRA

**FACES E INTERFACES DA POBREZA E DO DESENVOLVIMENTO: UMA
ANÁLISE PARA A CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theophilo

MONTES CLAROS – MG
2007

T266f Teixeira, Gilmara Emília.
Fases e interfaces da pobreza e do desenvolvimento : uma análise para a cidade de Montes Claros (MG) [manuscrito] / Gilmara Emília Teixeira. – 2007.

134 f. : il.

Bibliografia: f. 125-129.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2007.

Orientação: Profa. Dra. Luciene Rodrigues.

1. Pobreza – Montes Claros (MG). 2. Desenvolvimento – Montes Claros (MG). 3. Liberdades substantivas. 4. Liberdades instrumentais. I. Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação de Mestrado intitulada “Fases e interfaces da Pobreza e do Desenvolvimento: uma análise para a cidade de Montes Claros (MG)” de autoria da mestranda Gilmara Emília Teixeira, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Luciene Rodrigues – UNIMONTES – Orientadora

Prof. Dr. Carlos Renato Theophilo – UNIMONTES – Co-orientador

Prof. PhD. Casimiro Balsa – Nova Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos - UNIMONTES

Profa. Dra. Luci (suplente)

Dedico aos meus pais e aos meus mestres.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desse trabalho tive apoio e contribuição de muitas pessoas, porém, o primeiro agradecimento é a Deus, pois sem Sua presença constante, iluminação e proteção nada seria possível.

Agradeço à minha mãe por todas as vezes que me deu força quando o cansaço e o desânimo me abatiam, por dividir as tristezas e todas as vitórias, pelo exemplo de luta, pelo amor incondicional e por compreender minhas ausências.

Ao meu pai, por me explicar que eu preciso pedir ajuda, por me atender todas as vezes que eu o solicitei e por se orgulhar da carreira científica que escolhi.

Minha irmã Mariana Teixeira, agradeço por não reclamar da desordem que eu fiz em nosso quarto: livros, folhas, formulários, sorrisos e lágrimas; por respeitar meus dias de insanidade, por todo o seu companheirismo.

A todos os meus familiares, em especial à minha avó, por seu cuidado e preocupações com o meu bem-estar. À minha tia Elice Gonçalves que com seu carinho contribuiu financeiramente para que eu fizesse minha matrícula neste mestrado e à minha tia Vera Teixeira por me apresentar o trabalho da Pastoral da Criança.

À minha orientadora Luciene Rodrigues, meu agradecimento todo especial, por tudo o que tenho aprendido com ela, pela contribuição grandiosa que deu ao meu trabalho, pela literatura apresentada, sorrisos, abraços, amizade, profissionalismo, incentivos, estímulo intelectual. “Lu, a você, toda minha admiração. Muito obrigada por este trabalho que agora eu divido contigo”.

Ao meu co-orientador, Carlos Renato Theophilo, a quem eu aprendi a admirar, não somente pelo seu brilhantismo e contribuição que foram essenciais para a construção e análise dos

dados, mas pela sua disponibilidade, sua prontidão para auxiliar todas as vezes que o procurei, por confiar no meu trabalho e aceitar a co-orientação, por seu comprometimento com a ciência e com as pessoas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), por me despertar para caminhos diversos da Ciência Social, dentro da proposta de multidisciplinaridade desse mestrado, que eu desconhecia e que propiciou uma visão mais ampla das questões socioeconômicas e culturais. Um agradecimento também aos funcionários do PPGDS por todo o apoio administrativo.

Aos colegas, por tudo o que dividimos durante esses dois anos: conhecimento, ansiedades, dúvidas, tristezas, alegrias, apoio, trocas intelectuais. Certamente esse trabalho carrega um pouco de cada um deles. Um agradecimento diferenciado àqueles que, mais que colegas, se tornaram amigos para a vida inteira: Amaro Marques, Flávio Carvalho, Karen Lafetá, Raíssa Melo, Simone Araújo e Tarso Pires. Uma homenagem às colegas Cristina Barroso e Gisele Guimarães (*in memoriam*).

A todos os meus amigos que compreenderam as mudanças de humor que um mestrando tem, mas que por amizade verdadeira não se afastaram, muito obrigada: vocês enobrecem o meu viver. Alguns eu não poderia deixar de citar: Doriane Ornelas para quem sobrou as transcrições de algumas entrevistas, mas que também “puxou minhas orelhas” quando precisei, por ser minha grande amiga e por isso suportar meus conflitos nessa etapa; Diane Pereira pelo estímulo inicial; Alexandra Leal por sua prontidão para ajudar; Maria Gonçalves por acompanhar todas as fases de longe e de perto, pelos *sites* de dados e artigos enviados, contatos, por esclarecer minhas dúvidas econométricas, por sempre me receber tão bem em sua casa e por seu coração sempre aberto para mim; Jeander Leite por formatar as fotos, por ouvir minhas reclamações pelo MSN (como eu reclamo!) mas essencialmente

por me dar confiança e um carinho que só ele sabe dar; Joice Tolentino, minha amiga intelectual, por tirar minhas dúvidas, por ler meu texto, pela paciência e amizade.

À acadêmica Juliana Franciny, pela parceria nos formulários e às trocas de experiências e ao acadêmico Jefferson Rafael pelo auxílio no banco de dados.

Ao Reinaldo Corbi, grande amigo, por me acompanhar nas entrevistas, por me apresentar contatos que facilitaram este trabalho junto às famílias em situação de pobreza.

À D^a Tide, agente da Pastoral da Criança, por me levar às famílias mais carentes e principalmente por seu trabalho que tem transformado a vida dessas pessoas.

Aos colegas do Departamento de Ciências Econômicas da UNIMONTES pelo apoio e pelo estímulo e a todos os meus alunos pela compreensão e incentivo.

E como não poderia deixar de ser, a todas as famílias que eu pude entrevistar, por permitir que eu pudesse conhecer suas vidas, experiências, angústias, desejos e sonhos, o meu mais profundo agradecimento.

“Um homem é rico ou pobre de acordo com o grau em que possa desfrutar de tudo o que é necessário útil e agradável à vida humana”
Adam Smith

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre as faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento. Particularmente, analisa aspectos da pobreza e do desenvolvimento na cidade de Montes Claros (MG) e quem são, em geral, as pessoas em situação de pobreza neste município. Ao se considerar que o conceito de pobreza assume formas distintas, que representa mais que um estado de carência, mas também um fenômeno que impede as pessoas de exercerem suas liberdades; discute-se nesse estudo a definição da pobreza sob dois aspectos: pobreza unidimensional e pobreza multidimensional. Ainda relaciona pobreza à vulnerabilidade e faz uma distinção entre pobreza e exclusão. Examina-se o desenvolvimento e sua associação à pobreza, pois, entende-se que em uma investigação sobre a pobreza é importante considerar esse fenômeno de forma mais ampla que apenas renda baixa, o desenvolvimento não somente como o econômico. Aliás, acredita-se que um dos grandes desafios para o combate à pobreza é articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Neste sentido, discutem-se algumas abordagens sobre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Para avançar nessa discussão, trata-se das desigualdades, já que estas representam um obstáculo ao desenvolvimento social ao limitar, ao reduzir, a participação dos pobres ao acesso a melhores condições de vida. A pobreza nesse estudo é abordada especificadamente em seu fator urbano, por entender que a cada vez mais as formas de regulação, combate e enfrentamento são buscadas no processo de construção de cidadania urbana. Portanto, parte-se para o debate da pobreza na América Latina, particularmente, os modelos de desenvolvimento da economia brasileira que contribuíram para as formas de pobreza no Brasil, os programas contemporâneos de combate à pobreza, em especial, o programa Bolsa família. Finalmente, caracteriza-se a pobreza da microrregião de Montes Claros (MG) e em especial a cidade de Montes Claros por meio dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional, considerando variáveis como renda, equipamentos sociais, índice de desemprego, índice de violência, índice de escolaridade. E em segundo momento, a partir de uma pesquisa empírica quanti-qualitativa, identifica-se algumas dessas pessoas pobres que vivem na cidade de Montes Claros (MG), destacando algumas das limitações no que refere às liberdades substantivas e instrumentais que em geral sofrem e que dificultam a expansão de diversas capacidades.

Palavras chave: Pobreza, Desenvolvimento, Liberdades substantivas, Liberdades instrumentais.

ABSTRACT

This work presents a study about faces and interfaces of poverty and development. In particular, analyze aspects of poverty and development of the city of Montes Claros (MG) and, in general, are the people in situation of poverty in this county. Taking into consideration that poverty conceit assumes distinct forms, which represents more than a state of lack, but also a phenomenon that avoid people practicing their liberty, get into debate in this study the definition about poverty under two aspects: unidimensional poverty and multidimensional poverty. Still relates poverty to vulnerability and makes a distinction between poverty and exclusion. Get into a view the development and its association to poverty; cause understands that in a view about poverty it is important to consider this phenomenon on a wider way that only low income, the development not only as economic. Besides, believe that one of the biggest challenges for fighting the poverty is the debate between economic development and social development. Therein, debate some approach about economic development and social development. To get ahead in this debate, treat about unlikeness, seeing that these represent an obstacle to social development to limit, to reduce, the involvement of poor people to the access at better living condition. Poverty in this study is approached specifically in its urban factor, understanding that each time more forms of regulation, fight and confrontation are fetched in the process of building the urban citizenship. Therefore, starts the debate of poverty in Latin America, in particular, the models of Brazilian economy development that contributed for the ways of poverty in Brazil, the contemporaneous programs of fighting poverty, in special, 'Bolsa Família' Program. Finally, characterize poverty from micro region of Montes Claros (MG) and in special the city of Montes Claros by means of poverty rate unidimensional and multidimensional, considering unsteady as income, social equipments, unemployment rate, violence rate, scholarship rate. In a second moment, from this empiric research quantitative-qualitative, identify some of these poor people who live in the city of Montes Claros (MG), detaching some limitation regarding to substantial and instrumental liberties that in general suffer and raise difficulties the expansion of several capacities.

Key words: Poverty, development, substantial liberties, instrumental liberties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Curva de Kuznets.....	47
Mapa 1: Municípios da Mesorregião do Norte de Minas e da Microrregião de Montes Claros (MG).....	63
Gráfico 2: Evolução da População Rural e Urbana a Mesorregião do Norte de Minas em 1991-2000.....	65
Gráfico 3: Evolução da População Rural e Urbana da Microrregião de Montes Claros (MG) em 1991-2000.....	65
Gráfico 4: Distribuição setorial do PIB na Microrregião de Montes Claros (MG) em 1990.....	67
Gráfico 5: Distribuição setorial do PIB na Microrregião de Montes Claros (MG) em 2000.....	67
Mapa 2: Importância do PIB setorial segundo municípios da Microrregião de Montes Claros – 2000.....	70
Gráfico 6: Tipos de beneficiados por família – Montes Claros (MG), 2007.....	84
Figura 1: Composição familiar acima de 4 membros, Montes Claros (MG), 2007	85
Gráfico 7: Grau de instrução, Montes Claros (MG), 2006.....	91
Figura 2: Moradia rudimentar, Montes Claros (MG), 2007.....	96
Figura 3: Vila Mauricéia, Montes Claros (MG), 2007.....	97
Figura 4: Vila Mauricéia, Montes Claros (MG), 2007.....	97
Gráfico 8: Ocupação das famílias que recebem Bolsa Família (%), Montes Claros (MG), 2006	99
Gráfico 9: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – R\$200,01 a R\$350,00.....	103
Gráfico 10: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – R\$350,01 a R\$700,00.....	103
Gráfico 11: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – acima de R\$700,00.....	103
Figura 5: Área residencial com ruas sem calçamento, esgoto correndo a céu aberto, Vila Mauricéia, Montes Claros (MG), 2007.....	106

Figura 6: Vila São Francisco de Assis, Morro do Frade, Montes Claros (MG), 2007..	108
Figura 7: Vila Mauricéia: rede de alta tensão e residências das famílias em situação de pobreza, Montes Claros (MG), 2007.....	109
Figura 8: Vila Mauricéia: rede de alta tensão e residências das famílias em situação de pobreza, Montes Claros (MG), 2007.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da pobreza no Brasil nos períodos de 1990-1999.....	56
Tabela2: Taxas de crescimento do PIB e coeficiente de Gini no Brasil – 1990-2000	56
Tabela 3: Critério de elegibilidade por tipos de benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família, Brasil – 2007.....	60
Tabela 4: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, população e PIB/habitantes, por setores de atividade econômica segundo microrregião do Norte de Minas Gerais – 2000 (R\$1.000,00).....	64
Tabela 5: Número de municípios da microrregião de Montes Claros – MG segundo classe de tamanho populacional e densidade demográfica – 2000.....	66
Tabela 6: Produto Interno Bruto (PIB) por setores de atividade econômica a preços correntes, população, renda <i>per capita</i> , taxa de alfabetização, esperança de vida e IDH segundo municípios da microrregião de Montes Claros (MG), 2000 (em R\$1.000,00).....	68
Tabela 7: Situação dos equipamentos e serviços sociais nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2000.....	71
Tabela 8: Agrupamento dos municípios da microrregião de Montes Claros segundo infra-estrutura e equipamentos sociais, 2000.....	72
Tabela 9: Índice de Gini e de Sen segundo municípios da microrregião de Montes Claros (MG), 2000.....	73
Tabela 10: Intensidade da pobreza segundo atributos indicadores de pobreza multidimensional: microrregião de Montes Claros (MG), 2000.....	77
Tabela 11: Índices de pobreza multidimensional – MB (a_i), segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG), 2000.....	78
Tabela 12: Agrupamento dos municípios da microrregião de Montes Claros (MG) segundo índice de Gini e índice de pobreza multidimensional – 2000.....	80
Tabela 13: Quantidade de crianças beneficiadas por composição familiar segundo quantidade de membros, Montes Claros – MG, 2000.....	85
Tabela 14: Dificuldade de sobrevivência (%) – Montes Claros – MG, 2006.....	86

Tabela 15: Exposição a situação de privação alimentar (fome), Montes Claros (MG), 2006.....	92
Tabela 16: Características do domicílio, Montes Claros (MG), 2006.....	95
Tabela 17: Ocupação dos pesquisadores por membros da família, Montes Claros (MG), 2006.....	99
Tabela 18: Avaliação da infra-estrutura, Montes Claros – MG, 2006.....	105
Tabela 19: Atributos indicadores de pobreza multidimensional: microrregião de Montes Claros – MG, 2000.....	130

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	17
2 – POBREZA	23
2.1 – A abordagem unidimensional da Pobreza	23
2.2 – A abordagem multidimensional da Pobreza	26
2.3 – Índices de pobreza.....	32
2.3.1 - Índice de pobreza unidimensional.....	32
2.3.2 - Índice de pobreza multidimensional	33
2.4 - Vulnerabilidade e pobreza	34
2.5 - Pobreza e exclusão	36
3 - INTERFACE POBREZA E DESENVOLVIMENTO	38
3.1 - Desenvolvimento econômico	39
3.2 - Desenvolvimento social	42
3.3 - Desigualdade e pobreza	45
3.4 - Pobreza urbana.....	50
3.5 - Pobreza urbana na América Latina: os modelos de desenvolvimento econômico no Brasil a partir de 1960	52
3.6 - Programas de combate à pobreza no Brasil: O Programa Bolsa Família	57
4 - CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG.....	62
4.1 - Os indicadores socioeconômicos da Microrregião de Montes Claros (MG).....	62
4.2 - Dados infra-estruturais e equipamentos sociais da Microrregião de Montes Claros (MG).....	70
4.3 - Os índices de desigualdade, pobreza unidimensional e pobreza multidimensional	73
4.4 - Pesquisa de campo	80
4.4.1 – Quem são os pobres da região de Montes Claros (MG).....	83
4.4.1.1 - Liberdades substantivas.....	90
4.4.1.2 - Liberdades instrumentais.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

1. INTRODUÇÃO

Por muitos anos, observei e convivi com pessoas em situação de extrema privação e pobreza. Com o tempo, os rostos da pobreza se reproduziam, adquiriam novas formas e diferentes meios de enfrentamentos, porém o fenômeno apresentava-se em crescimento. Em 2004, ao participar de uma pesquisa que discutia as diversas potencialidades produtivas da região Norte de Minas, pude constatar que a cidade de Montes Claros (MG) se destacava com várias potencialidades e como a principal cidade em termos de produto econômico que polariza os demais municípios do Norte de Minas, parte dos municípios do Vale do Jequitinhonha e do Sul da Bahia. Surge, portanto, a necessidade de conhecer quem são alguns desses pobres que, residindo em uma região que se destaca com tantas possibilidades de riqueza, vivem em uma situação de privação de suas liberdades substantivas e instrumentais.

Nesse sentido, este estudo aponta dois conceitos fundamentais para a caracterização da pobreza no município: a definição da pobreza em seu aspecto unidimensional e em seu aspecto multidimensional. Em seu aspecto unidimensional a pobreza tem um caráter de insuficiência de renda, e em seu aspecto multidimensional um caráter de privação das capacidades. Segundo Sen (2000) as capacidades são as muitas liberdades de ter estilos de vida diversificados: dos básicos, como alimentar-se; aos mais complexos, como participação política. Tais liberdades dividem-se fundamentalmente em: 1) liberdades substantivas relacionadas às capacidades básicas e às participações políticas e de expressão e 2) liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Portanto, na perspectiva de Sen (2000) a expansão dessas liberdades (substantivas e instrumentais) representa o fim e o principal meio do desenvolvimento. E este estudo considera que remover as formas de privações de liberdade, seja quando ligada à pobreza unidimensional, seja ligada à pobreza multidimensional é fundamental quando se trata de desenvolvimento social. Logo, ao se falar em desenvolvimento, este trabalho o considera como um processo em que as estruturas econômicas, políticas e sociais sofrem contínuas e profundas mudanças.

A investigação e análise das variáveis da abordagem unidimensional e multidimensional da pobreza possibilitam identificar a intensidade da pobreza na cidade de Montes Claros e quem são os pobres que nela habitam. Nesse sentido, indaga-se: quais são as liberdades substantivas e instrumentais cerceadas pela situação de pobreza na cidade de Montes Claros que dificultam a expansão das diversas capacidades e, por conseguinte, do desenvolvimento socioeconômico?

Os objetivos deste trabalho são (i) caracterizar a pobreza da microrregião de Montes Claros (MG) e em especial a cidade de Montes Claros, por meio dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional, considerando variáveis como renda, equipamentos sociais, índice de desemprego, índice de violência e índice de escolaridade; e (ii) contribuir para o conhecimento de quem são, em geral, os pobres da cidade de Montes Claros (MG), como vivem, quais as liberdades que são cerceadas segundo eles próprios.

O trabalho consta das seguintes fases de pesquisa: (i) Construção dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional para a microrregião de Montes Claros (MG), que permitiria examinar o grau de pobreza da população dessa região e identificar entre as variáveis qual possui maior peso para a continuidade do fenômeno da pobreza; (ii) Análise de agrupamento ou *cluster analysis* da infra-estrutura econômica e equipamentos sociais

para agrupar os municípios em situação de pobreza semelhante e afastar aqueles distintos e, desta maneira, perceber alguns aspectos da inter-relação entre a pobreza multidimensional e a desigualdade de renda. Buscou-se observar, especificadamente, uma das faces da pobreza que é em relação a não possuir meios de consumir o mínimo necessário à sobrevivência, e esse mínimo varia conforme o grau de desenvolvimento socioeconômico e do nível de riqueza de uma dada região; (iii) Levantamento das famílias registradas pela prefeitura de Montes Claros (MG) no Programa Bolsa Família, seleção de amostra e aplicação de formulário. Considera-se neste ponto uma das características dos pobres como aqueles que têm o direito de receber assistência (LAVINAS, 2000). Intencionou-se uma primeira caracterização dessas famílias segundo indicadores socioeconômicos, observando aspectos como renda, tamanho da família, condições de moradia, acesso a bens públicos etc; (iv) Entrevistas para aprofundar questões a fim de perceber como vivem essas pessoas, como vivenciam as diversas situações de pobreza e para auxiliar nas análises dos formulários. Tais entrevistas objetivaram revelar experiências, sentimentos, percepções. Foram colhidas informações para que se pudesse compreender qual é a capacidade de resposta às adversidades ou riscos, em geral, das pessoas em situação de pobreza e, desse modo, dessa as estratégias de sobrevivência. Portanto, por meio dos dados quantitativos e qualitativos, a presente pesquisa procurou identificar os rostos da pobreza, tendo-se em vista as várias abordagens de diferentes linhagens teóricas que, segundo Bajoit (2006), em síntese, percebem o pobre como marginal, explorado, dependente, desafiado e compreender a dinâmica das atitudes, estratégias de enfrentamento da pobreza, opiniões, motivações e preocupações do grupo em situação de pobreza, bem como as situações de insegurança e vulnerabilidade socioeconômica.

Logo, tendo-se em mente as quatro fases de pesquisa anteriormente destacadas, o texto encontra-se organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução.

O segundo capítulo discute os conceitos de pobreza unidimensional e multidimensional, apresenta a metodologia de cálculo dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional e traz a contribuição dos significados de vulnerabilidade e exclusão. Apesar da distinção conceitual, vulnerabilidade, exclusão social e pobreza são intrinsecamente relacionadas. A vulnerabilidade, por ser associada à perda de bem-estar (tanto econômico como consumo e renda, quanto a questões de saúde, violência etc.), ao entender que as pessoas pobres estão vulneráveis a privações futuras, suscetíveis a riscos causados pelas incertezas de eventos que intensificam as condições de pobreza. E o conceito de exclusão social por considerar as insatisfações das pessoas por não alcançarem certos objetivos que julgam necessários a si e a seus próximos, e que, portanto, colocam-nas em situação inferior a outros parâmetros desejados. Assim, o processo de globalização e a revolução tecnológica apresentam-se como intensificadores dos sentimentos de exclusão de diversas populações ao transformar, ao impor valores e padrões de vida que devem ser perseguidos pelas pessoas. Desta forma, contempla diversos aspectos da vida social (culturais, econômicos, políticos, sociais) que não só acesso a bens e serviços, mas também, à segurança, à justiça e à cidadania, já que os excluídos acumulam diversas desvantagens sociais, tais como: pobreza, falta de trabalho, condições precárias de moradia, vulnerabilidade. Portanto, é impossível uma reflexão aprofundada sem levar em consideração os laços sociais que cumprem a função de proteção social ante as situações de vulnerabilidade e exclusão a que, em geral, a população pobre de Montes Claros (MG) está exposta.

Por entender que a articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social é fundamental para a compreensão do fenômeno da pobreza, o terceiro capítulo aborda a interface pobreza e desenvolvimento, sem deixar de tratar a questão da desigualdade social que segundo o estudo, manifesta-se sob a forma de pobreza ou exclusão social. O texto aponta a necessidade de articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social no combate à pobreza. A desigualdade social apresenta-se como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento social por reduzir a participação dos pobres no acesso a melhores condições de vida. Traz a problemática da pobreza urbana, ao considerar que, no âmbito social a pobreza nasce nas cidades. E desse modo discute os modelos econômicos que foram adotados na América Latina e, por conseguinte, no Brasil, os quais contribuíram para o agravamento da situação. Dessa forma, além de trazer a discussão teórica sobre a pobreza e os modelos de desenvolvimento, tanto na América Latina como no Brasil, este capítulo relata sobre programas de combate à pobreza no Brasil, em especial, o Programa Bolsa Família do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O quarto capítulo trata dos dados socioeconômicos da microrregião de Montes Claros (MG) como forma de caracterizar a região na qual a cidade de Montes Claros está inserida, analisando os equipamentos e indicadores sociais, bem como os índices de pobreza. E como forma de aprofundar no conhecimento de quem são em geral as pessoas em situação de pobreza neste município são analisados os resultados das pesquisas de campo (formulário dirigido e entrevistas), a partir de questões objetivas e subjetivas colocadas pelas pessoas pesquisadas, identificando como o fenômeno da pobreza se apresenta na cidade e traçando o perfil de algumas dessas pessoas pobres e suas formas de vida.

Por fim, após o exame das fontes primárias e secundárias, depois do esclarecimento sobre algumas questões de como o fenômeno da pobreza se configura na cidade de Montes Claros (MG) e como a população pobre investigada vivencia a pobreza considerando os seus desejos de melhoria das condições de vida, enfrentamentos, expectativas diante de uma realidade de inseguranças, de vulnerabilidades, na qual a ascensão social é limitada, parte-se para as considerações finais.

2. POBREZA

O conceito de pobreza representa mais que um estado de carência de bens materiais. É um fenômeno que cria fatores de risco, impede os indivíduos de exercerem suas liberdades e, portanto, pode reduzir a expectativa e a qualidade de vida. Nesse sentido, as pessoas em situação de pobreza têm dificuldades em obter uma alimentação adequada, sendo comuns os casos de fome e desnutrição. Possuem, em geral, baixa escolaridade, moradia inapropriada, acesso precário a água tratada ou saneamento básico o que resulta em doenças, fomes e até mesmo em morte.

Considerando o argumento de Balsa (2006) de que situações de pobreza sempre existiram, porém, no decorrer do tempo assumem significados distintos, discute-se neste estudo a definição da pobreza sob dois aspectos: unidimensional e multidimensional; relaciona-se pobreza à vulnerabilidade e faz-se uma distinção entre pobreza e exclusão.

2.1 A abordagem unidimensional da Pobreza

Não há consenso na literatura de como a pobreza deve ser medida. É possível em um estudo sobre a pobreza encontrar resultados diferentes, pois os mesmos dependem da metodologia aplicada em sua abordagem. A abordagem unidimensional da pobreza, porém, trata o fenômeno sob um único prisma: ocorrência de renda baixa ou renda insuficiente para garantir os bens necessários à sobrevivência humana.

Segundo Diniz & Arraez (2003), sob o aspecto econômico pobreza possui um caráter material, que significa em última instância um estado de carência em relação a certo padrão mínimo, estabelecido socialmente, de necessidades materiais que devem ser

atendidas em cada momento por um indivíduo. Nesse escopo, a questão fundamental apontada pelos autores é determinar a linha demarcatória para esse padrão mínimo que possa mensurar a pobreza. Segundo Barros (2000), a linha de pobreza pode ser definida como um parâmetro que possibilita a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontram abaixo do seu valor. Ao se considerar a pobreza em sua dimensão particular de insuficiência de renda, significa que há pobreza somente na medida em que há famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades básicas. A magnitude da pobreza está relacionada ao número de pessoas que vivem em famílias com rendas *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza.

Rocha (2001) considerou essa relação entre a pobreza e a insuficiência de renda. Tanto que, mesmo admitindo que a pobreza seja considerada uma “síndrome de carências adversas”, associou a pobreza somente à ocorrência de renda baixa, mais especificadamente a níveis de renda incapazes de atender às necessidades básicas em determinado tempo e lugar. Assim, a pobreza possui uma dimensão de insuficiência de renda, que limita a capacidade de consumo.

Conceitos, como os citados acima, que tratam a renda como base da mensuração da pobreza são considerados de abordagem unidimensional e remetem a uma questão epistemológica, a de reduzir a matéria estudada a conceitos e julgamentos claros e distintos, ou seja, matematicamente exprimíveis. Envolve a pobreza sob duas variantes operacionais: a que enfoca a pobreza do ponto de vista *relativo* e a que a enfoca sob o prisma *absoluto*. A conceituação da pobreza sob o ângulo relativo considera a idéia de comparação situacional do indivíduo em termos de posição social que ocupa com relação a

seus semelhantes. Tal conceito aproxima-se bastante da desigualdade na distribuição de renda. Lopes (2003) enfatiza que a pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade e que por este conceito, considera-se pobre aquele cuja renda é inferior a 40,50 ou 60% da renda mediana ou média. Por outro lado, para a percepção da pobreza como um conceito absoluto é definida por estabelecimentos de padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais os indivíduos são considerados pobres. As Linhas de Indigência e Pobreza são medidas absolutas de pobreza que possibilitam identificar o contingente de pobres de uma região, porém, são determinadas de formas distintas e possuem, conseqüentemente, valores diferentes, pois deve-se considerar os costumes, expectativas e hábitos de cada população.

Martins (1999) conceituou Linha de Indigência como o valor mensal de que cada pessoa precisa para satisfazer suas necessidades alimentares, com base no custo mínimo calórico para sua sobrevivência; e Linha de Pobreza demarcada como o mínimo de renda necessário para a alimentação e satisfação de outras necessidades pessoais básicas como moradia, saneamento, educação, e casualmente alguns bens “supérfluos” como ir ao teatro, viajar. Pessoas situadas sob a linha de indigência estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, “os indigentes são igualmente pobres, embora o contrário não seja verdadeiro”.

Lopes (2003) considera que as linhas de pobreza e indigência são indicadores que facilitam a comparação internacional. Por exemplo, ao se estabelecer a linha de indigência como um dólar por dia e a linha de pobreza dois dólares por dia é possível conhecer a posição relativa dos países em relação à pobreza. Ressalta que a principal crítica à linha de pobreza é que o nível de bem-estar dos indivíduos é estabelecido por um conjunto complexo de fatores psicossociais e não apenas pela renda. Mas em relação a essa

crítica, Rocha (2001) afirma que cada vez mais as pesquisas domiciliares investigam uma gama de variáveis socioeconômicas possibilitando, assim, definir quem e quantos são os pobres, determinando seus perfis, e assim não se limitando apenas à renda. Ainda conforme a autora, a linha de pobreza se ajusta bem ao caso brasileiro devido a seu nível de urbanização e desenvolvimento da sociedade de consumo, fazendo da renda a melhor *proxy* do nível de bem-estar.

Tanto pobreza relativa quanto pobreza absoluta são abordagens de pobreza monetária possuem um caráter objetivo.

2.2 A abordagem multidimensional da Pobreza

Embora se tenha discutido até este ponto a pobreza econômica, por se considerar que a variável renda constitui um dos grandes desafios para a redução da pobreza tem-se em mente que a renda não é o único fator. O fenômeno da pobreza vai além de baixa renda e, portanto, não se combate pobreza apenas com crescimento econômico, mas com a expansão das liberdades reais que as pessoas podem desfrutar. É preciso ampliar o enfoque. O problema da pobreza requer mais que uma discussão voltada para o acesso a bens primários que garantam o mínimo de sobrevivência, requer os meios para o “bem viver”.

Definir o pobre em termos de renda é uma evidência e uma explicação repetitiva (BAJOIT, 2006). Segundo o autor, considerar uma pessoa pobre por não possuir renda suficiente para atingir um mínimo para sua sobrevivência, ou uma pessoa indigente porque sua renda é mais baixa é um posicionamento muito óbvio. Esta afirmação só permite identificar, de maneira superficial, aquelas pessoas que necessitam de ajuda social,

entretanto, não diz nada de forma aprofundada sobre a pobreza, sobre suas causas, sobre os seus efeitos.

Para Sen (2000) a pobreza deve ser considerada como privação de capacidades¹ e não como baixo nível de renda, que é o critério comumente utilizado para identificar a pobreza. O autor deixa claro, porém, que ao se analisar a pobreza na perspectiva da privação das capacidades não se nega que a renda baixa é uma das principais causas do fenômeno, pois a falta da renda pode representar uma razão básica da privação de capacidades das pessoas.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (SEN, 2000, p.112).

Portanto, compreender a distinção entre pobreza como baixo nível de renda e pobreza como “inadequação de capacidades” é importante, principalmente para não se perder de vista o quanto essas duas abordagens estão imbricadas, já que, a renda é um meio de obtenção das capacidades. É necessário esclarecer também que, com maiores capacidades as pessoas tenderiam a ser mais produtivas e assim, conseguiriam maiores rendas.

(...) Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta ou indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. (SEN, 2000, p.114).

¹ Segundo Sen (2000) “a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)”. Os funcionamentos podem ser dos mais básicos, como alimentar-se, a funcionamentos mais complexos como poder participar da vida comunitária.

Desta maneira, o conceito de pobreza de Sen (2000) ao melhorar o entendimento sobre a natureza, sobre as causas da pobreza vai ao encontro do pensamento de Vico (apud BERLIN, 1982) que rejeita a construção cartesiana e afirma existir um sentido no qual

(...) podemos conhecer mais sobre nossas próprias experiências e as dos outros – na qual atuamos como participantes, mesmo como autores, e não como meros observadores – do que nunca poderemos conhecer sobre a natureza não humana, que observar apenas do exterior. (BERLIN, 1982, p.29).

Para Vico as pessoas podem compreender suas atividades e as dos outros, pois sabem o que é uma mente e o que são um plano e um propósito, sejam deles ou das outras pessoas. Não são indivíduos solitários e sim, vivem em uma sociedade, sabem o que é ser um homem, que se relaciona e coopera com seus similares.

Portanto, para se entender um fenômeno, deve-se partir da compreensão da mentalidade da sociedade, apreendendo o pretexto com que os seres humanos agem e, conforme Dilthey (apud REIS, 2003) deve-se buscar um conteúdo de experiência interna, experiência vivida, o que levará conseqüentemente ao conhecimento do homem. A percepção interna é “a consciência íntima de um estado ou de um processo” (REIS, 2003, p.115).

Em conformidade com o pensamento de Vico e Dilthey, Lopes (2003) parte do conceito multidimensional da pobreza que permita ao indivíduo perceber sua própria situação social. Esta abordagem, das capacidades, conceitua a pobreza como a incapacidade dos indivíduos de exercer suas liberdades, bem como de fazer respeitar seus direitos, analisando as diversas formas de distribuição e acesso aos recursos privados e públicos. Para tanto, considera o sentimento de pobreza percebido pelos cidadãos. Sua compreensão está vinculada à ação, à reconstrução e recriação da vida social.

Lavinas (2003) afirma que caracterizar a pobreza como insuficiência de renda é ter uma significação mais imediata e generalizada, porém, uma definição mais criteriosa, com um maior discernimento: deve considerar a pobreza como um estado de carência e privação que pode por em risco a própria condição humana. A autora esclarece que ser pobre é ter “sua humanidade ameaçada”, indicando, assim, epistemologicamente o conceito da pobreza por meio da percepção interna que apreende os próprios estados em sua realidade.

A partir da Cúpula de Copenhague², que conceituou a pobreza como “falta de oportunidades”, ausência de poder, isolamento e discriminação, e englobando a escassez de renda; o significado da pobreza se fortalece ao inserir as questões de vulnerabilidade e exclusão na discussão.

Em relação à definição do que é ser pobre, Lavinas (2002) julga necessária três observações, que estão articuladas: (i) o pobre é aquele que não possui meios de consumir o mínimo necessário à sua sobrevivência e esse mínimo vital variará conforme o grau de desenvolvimento e do nível de riqueza de uma dada região (por isso a pobreza é um estado relativo); (ii) os pobres não são aqueles que foram excluídos da sociedade ou estão à sua margem são os que participam do “todo orgânico” e recebem alguma forma de assistência social; (iii) a sociedade possui o dever de combater a pobreza, e o pobre é aquele que possui o direito de receber assistência.

Paugam (2003) concorda que a pobreza é uma categoria “variada, relativa e arbitrária”, porém, acrescenta que na medida em que o fenômeno assume uma forma

² Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em março de 1995 em Copenhague, na qual foram firmados compromissos numa Declaração contra a pobreza, assinada por 184 países, dentre eles o Brasil.

negativa e alvo de combate, no qual é preciso dar assistência, o fenômeno passa a constituir-se como uma propriedade da estrutura das sociedades modernas. Assim, a pobreza não é somente uma carência de bens materiais, mas se refere também “a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência”. Dessa maneira o autor, ao tratar da *desqualificação social*, isto é, do descrédito àqueles que não desfrutam plenamente da vida econômica e social, estuda a diversidade do *status*³ que definem estas pessoas e suas identidades.

Para o autor supracitado, a designação de pobre depende, além da precariedade econômica social, da dependência em relação aos serviços assistenciais, e assim, divide os beneficiários em três tipos: i) os fragilizados, ii) os assistidos e iii) os marginalizados. Os *fragilizados* correspondem a pessoas passíveis de fazer parte da assistência social, referem-se a grupos que podem estar desempregados, como também entre o emprego e o desemprego: trabalho temporário, trabalho por tempo determinado, “bicos”, estágios. “O problema dos fragilizados é a incerteza ou a irregularidade da renda desencadeando uma participação apenas parcial da vida econômica e social” (PAUGAM, 2003, p.64). Os *assistidos* são aqueles que necessitam regularmente de uma intervenção social, a renda que possuem advém da proteção social ou das redes de solidariedade, seja por deficiência física ou mental, seja por dificuldades que têm em propiciar educação e manutenção dos filhos. Os *marginalizados* não possuem rendas provenientes nem do emprego e nem de subsídios assistenciais, não se beneficiam mais ou nunca se beneficiaram de transferências de renda do tipo assistencial. Conforme Paugam (2003) os únicos benefícios que possuem partem de associações de caridade.

³ Segundo Boudon e Bourricaud (2004), o termo *status* indica a posição que um indivíduo ocupa em um grupo, ou que um grupo ocupa em uma sociedade (entendida como grupo de grupos).

Na tentativa de caracterizar quem são os pobres, Bajoit (2006) expõe quatro leituras quatro “rostos da pobreza,” segundo como os sociólogos têm classificado: a) o pobre como *marginal*: é pobre por estar mal socializado ou socializado numa cultura distinta da maioria das pessoas; b) o pobre como *explorado*: é pobre por ser explorado pela classe dominante, por ser pauperizado e excluído do processo de produção capitalista; c) o pobre como *dependente*: é pobre por não ter autonomia e não ter sucesso, por não possuir capital social; d) o pobre é *desafiliado*: é pobre, pois é isolado, atomizado, não participa em formas de solidariedade organizada.

Bajoit (2006) distribuiu essas quatro leituras sobre quem são os pobres em duas concepções: a primeira que pressiona os pobres a se adaptarem às exigências da sociedade em que vive (pobre enquanto marginal e enquanto dependente), responsável pela sua condição e que deve buscar por si, com o auxílio de pessoal especializado, resolução para o seu problema; e a segunda que considera a pobreza como produto do funcionamento do sistema, portanto, é a sociedade que deve se adaptar às necessidades dos pobres (pobre enquanto explorado e enquanto desafiliado).

O pobre, sem dúvida, é tudo isso ao mesmo tempo: um marginal, um explorado, uma pessoa dependente e um desafiliado. O problema, evidentemente, é que cada uma dessas leituras tomada separadamente reduz o pobre a uma única dimensão, simplifica o problema de forma excessiva... (BAJOIT, 2006, p.101).

Portanto, partindo do estudo de Bajoit (2006) o presente trabalho considera relevante a caracterização dos pobres tanto em sua dimensão unidimensional, quanto multidimensional como forma de confrontação e principalmente comprovação de que só se entende de forma aprofundada o fenômeno da pobreza ao abordá-la considerando as diversas faces em que ela se revela.

2.3 Índices de pobreza

Os índices construídos neste estudo buscam reunir diversas variáveis tais como: renda, educação, saúde, violência, emprego, acesso a água, energia e coleta de lixo; com o objetivo de explicar o fenômeno da pobreza. Mingoti (2005) afirma que a função básica de um índice é sintetizar em apenas uma variável a informação de todas as variáveis que foram utilizadas para medir o fenômeno. Dessa forma os índices de pobreza foram construídos levando-se em consideração o aspecto unidimensional e multidimensional da pobreza.

2.3.1 Índice de pobreza unidimensional

Este índice adota o parâmetro nacional único como linha de pobreza e considera relevante o argumento de Corrêa (1998, p.62) de que “a definição da linha de pobreza como nível de renda que permite ao indivíduo ter uma vida digna apenas transfere a questão para o entendimento do que é necessário para tal nível de vida aceitável (considerando também que não há clareza sobre como definir e quantificar os bens e serviços necessários para tanto)”. Reconhece ainda que o conceito de linhas de pobreza tem componentes arbitrários, todavia isso não inviabiliza a utilização de medidas de pobreza para se comparar o grau de pobreza em diferentes períodos e regiões. Feitas essas considerações, cumpre destacar que as medidas utilizadas para a mensuração da pobreza unidimensional neste estudo são: (a) a linha de pobreza, estabelecida em R\$ 75,50 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003)

respectivamente o valor de $\frac{1}{2}$ do salário mínimo⁴ vigente em meados de 2000; (b) proporção de pobres na população (H); (c) a razão de insuficiência de renda (I) que é a renda média dos pobres que estão abaixo da linha de pobreza e que permite avaliar a intensidade da pobreza; e (d) o índice de Gini (G) que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos conforme a renda. Essas medidas permitiram a construção do Índice de Pobreza de Sen⁵, que pode ser calculado a partir da seguinte fórmula: $P = H [I + (1 - I) G]$.

2.3.2 Índice de pobreza multidimensional

Dado o caráter multifacetário da pobreza, é preciso conhecer a situação social dos indivíduos. Segundo Lopes (2003), para se construir um indicador multidimensional de pobreza é necessário estabelecer dimensões com atributos que indiquem alguma forma de exclusão/pobreza. Em função desses atributos (econômicos, demográficos, sociais) e fundamentando-se no trabalho de Lopes (2003) que se baseou no estudo de Costa (2002), por meio da Teoria *Fuzzy Sets* (TFS) é possível a construção do índice de pobreza multidimensional. Assim, o índice de pobreza $\mu_B(a_i)$ é dado pela fórmula:

$$\mu_B(a_i) = \frac{\sum_{j=1}^m x_{ij} w_j}{\sum_{j=1}^m w_j}$$

⁴ O índice de Sen considerado neste estudo será construído utilizando os salários vigentes em 2000, pois todas as demais variáveis disponíveis (proporção de pobres, insuficiência de renda, índice de desigualdade) consideram os dados mais recentes que se referem ao último Censo Demográfico realizado em 2000.

⁵ O índice de Sen assume valores entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de pobreza observado.

O índice de pobreza $\mu B(ai)$ mede o grau de pobreza da i -ésima família como uma função ponderada dos m atributos. Esta é uma medida do grau de exclusão social, de privação relativa e de não-dotação de algumas capacidades relativas a i -ésima família, privação que a impede de gozar de um nível de vida razoável no que diz respeito à sociedade em que vive. (LOPES, 2003, p.24).

Desse modo, a grande contribuição desse indicador é a incorporação de variáveis que além de renda, incorporam parâmetros que se referem também à exclusão, à vulnerabilidade, fenômenos estes altamente imbricados ao retrato da pobreza.

2.4 Vulnerabilidade e pobreza

A vulnerabilidade por ser associada à perda de bem-estar (tanto econômico como consumo e renda, quanto a questões de saúde, violência etc.), ao entender que as pessoas pobres estão vulneráveis a privações futuras, suscetíveis a riscos causados pelas incertezas de eventos que intensificam as condições de pobreza.

Apesar do caráter multifacetário da vulnerabilidade social, Cunha (2004) aponta três elementos importantes para sua definição: a exposição dos indivíduos a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade de que os riscos tragam conseqüências para os afetados. Portanto, conforme o autor, a vulnerabilidade social caracteriza-se pela debilidade que as pessoas ou famílias possuem para enfrentar riscos que debilitam seu bem-estar. Ao se investigar as condições de riscos, os conjuntos de fatores que afetam o bem-estar dos indivíduos, é possível identificar as situações de vulnerabilidade:

É nessa perspectiva que afloram as vantagens da utilização do conceito de vulnerabilidade social. Seu potencial analítico para abordar a problemática social no espaço intra-urbano, frente a outros conceitos freqüentemente utilizados, como, por exemplo, pobreza, é evidente, na medida em que o mesmo permite considerar outras dimensões fundamentais para captar distinções entre famílias ou pessoas com os mesmos níveis salariais ou de consumo. (CUNHA, 2004, p.5).

Kaztman (2000) *apud* Cunha (2004) entende a vulnerabilidade social como “a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração”. Assim, a falta de acesso aos bens, aos ativos que possam expandir essas capacidades implica riscos e perda de bem-estar dos indivíduos, das famílias.

Em relação a esses bens, a esses ativos, Cunha (2004) aponta um conjunto de fatores que considera essenciais para um aproveitamento das oportunidades e que potencializados podem aumentar a capacidade de resposta aos fenômenos que intensificariam a vulnerabilidade: 1) Capital físico: engloba meios para a busca de bem-estar. Divididos em capital físico (moradia, terra, máquinas, equipamentos, bens duráveis) e capital financeiro (crédito, poupança, além de seguro e proteção); 2) Capital humano: o trabalho como ativo principal e também investimentos em saúde e educação, o que permite maior ou menor capacidade física para o trabalho; 3) Capital social: envolve as redes de reciprocidade, confiança, contratos e acesso à informação.

Portanto, debilidades desses ativos criam situações de vulnerabilidade ou mesmo intensifica a vulnerabilidade social, claro, associadas às fontes desses ativos: o mercado, o Estado, a comunidade, a família.

Segundo Ribas (2006) ao se analisar a pobreza percebe-se que as famílias podem permanecer pobres durante um longo período ou transitar entre pobreza e não-pobreza. O autor assinala que “vulnerabilidade à pobreza e a sua ocorrência em si são dois lados da mesma moeda”, são fenômenos intrinsecamente relacionados apesar de distintos.

O status observado de pobreza de uma família é a realização *ex-post* de um estado, a probabilidade *ex-ante* de que isso venha a ocorrer pode ser tomada como a vulnerabilidade da família. (RIBAS, 2006, p. 95).

Segundo Ribas (2006) para analisar vulnerabilidade das famílias é necessário ligar três aspectos fundamentalmente: fontes de riscos que as famílias enfrentam, a disponibilidade de recursos tanto públicos quanto privados, e as técnicas acessíveis para a administração desses riscos. Para tanto, é preciso observar o ambiente (físico, social, político, econômico) em que estas famílias residem, as dotações familiares (capital físico, natural, humano, financeiro, social, força de trabalho) e as atividades que geram renda.

A partir desses aspectos o presente estudo destaca a quais debilidades, a quais situações de vulnerabilidade, a população pobre da cidade de Montes Claros (MG) em geral está exposta.

2.5 Pobreza e exclusão

O conceito de exclusão social relaciona-se com o conceito de pobreza, porém, são fenômenos distintos, não possuem o mesmo significado na verdade se complementam, se interpenetram. Dada a multiplicidade conceitual da exclusão social, o termo pode referir-se desde ao estado de exclusão do mínimo para sobreviver biologicamente, a um sentimento subjetivo de estar excluído dos bens, capacidades e/ou oportunidades que outras populações desfrutam.

Dupas (1999) aponta que o sentimento de exclusão social fortifica-se com o processo de globalização e revolução tecnológica. Segundo o autor, esses processos alteraram a lógica da produção global, principalmente ao invadir a esfera individual ao transformar valores e padrões há muito solidificados. “Está aí uma das principais raízes do

sentimento de insegurança que começa a generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social...” (DUPAS, 1999, p. 16). Nesse sentido, a redução das distâncias entre os países e a propagação dos meios de comunicação, principalmente da mídia global, difundem o modo de vida das sociedades de consumo ocidentais, considerados como países ricos, como o padrão de vida desejável, como padrão de desenvolvimento que populações devem perseguir.

De fato, a sociedade contemporânea criou um sério problema ao centrar no consumo diferenciado boa parte da realização pessoal e social. Tal possibilidade de consumo transformou-se no principal sinal exterior de sucesso individual, o que faz com que o sentimento de exclusão possa ter um teor puramente relativo, ou seja, o de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas têm. Essa sensação pode, com efeito, acontecer em qualquer faixa de renda. (DUPAS, 1999, p.17).

Rogers (apud Dupas, 1999) destaca que a discussão sobre exclusão social tem sua origem na Europa com o crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, da falta de expectativas decorrentes do desemprego, da falta de acesso a empregos e rendas, das dificuldades de acesso e ingresso no mercado de trabalho, tanto por minorias étnicas e imigrantes quanto por jovens, aspectos esses relacionados à globalização e revolução tecnológica.

Conforme Rogers (apud Dupas, 1999), a exclusão social afeta diversos aspectos da vida social (culturais, econômicos, políticos, sociais, psicológicos), englobando não só a falta de acesso a bens e serviços, como também, a segurança, a justiça e a cidadania. O autor destaca níveis nos quais a exclusão se manifesta: a) exclusão do mercado de trabalho, b) exclusão do trabalho regular, c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários, d) exclusão do acesso a bens e serviços, e) exclusão dentro do mercado de trabalho, f) exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência, g) exclusão do acesso à terra, h) exclusão em relação à segurança, i) exclusão dos direitos humanos.

3. INTERFACE POBREZA E DESENVOLVIMENTO

É comum perceber nos estudos sobre pobreza, sua associação aos conceitos de desenvolvimento: regiões pobres são regiões pouco desenvolvidas. Dessa maneira, a idéia de desenvolvimento é difundida como solução para os problemas de fome e escassez da humanidade.

Rist (1997) aponta para o cuidado que se deve ter ao definir o termo desenvolvimento. Para ele, na verdade, desenvolvimento é só uma palavra útil para a soma de aspirações humanas virtuosas; conclui que não existe em nenhuma parte e que provavelmente nunca existirá.

The strength of ‘development’ discourse comes of its power to seduce, in every sense of the term: to charm, to please, to fascinate, to set dreaming, but also to abuse, to turn away from the truth, to deceive. How could one possibly resist the idea that there is a way of eliminating the poverty by which one is so troubled? How dare one think, at the same time, that the cure might worsen the ill which one wishes to combat?⁶ (RIST, 1997, p.01)

No entanto, para fins metodológicos, o autor define um conceito para desenvolvimento que contempla um conjunto de práticas (econômicas, sociais e políticas) que às vezes parecem estar em conflito umas com as outras e que exigem – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e destruição do ambiente natural e das relações sociais.

Ao se investigar a pobreza, deve-se compreender o fenômeno de forma mais ampla que apenas baixa renda: o desenvolvimento não somente como o econômico. Um

⁶ A força do “discurso do desenvolvimento” vem do seu poder de seduzir, no sentido próprio da palavra: encantar, satisfazer, fascinar, sonhar, mas também abusar, ofuscar a verdade, enganar. Como resistir a idéia de que, possivelmente, há um modo de eliminar a pobreza que tanto nos preocupa? Ao mesmo tempo, como pensar que o remédio pode matar o doente? (tradução livre).

dos grandes desafios para o combate à pobreza é justamente a articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

3.1 Desenvolvimento econômico

Os economistas clássicos trouxeram grande contribuição para as teorias de desenvolvimento. A análise da riqueza de uma nação a partir da investigação do crescimento econômico é de grande relevância para se compreender a má distribuição do produto social.

Adam Smith (1723-1790) postulava que o crescimento da “riqueza” de uma nação traria prosperidade e que “certamente nenhuma sociedade pode ser próspera e feliz, da qual a maioria dos membros sejam pobres e miseráveis.” Assim, em sua “Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações” (1776), expôs que a riqueza e o bem-estar das nações são identificados por seu produto *per capita* e que o crescimento do produto depende da divisão do trabalho e do aumento do estoque de capital.

Desse modo, conforme o autor, a divisão do trabalho eleva a produtividade do trabalho por meio da especialização do trabalhador em tarefas específicas e inovações tecnológicas; e a acumulação influi a demanda por trabalhador, o que afetará, posteriormente, a oferta de trabalho, a partir de elevações na diferença entre salário de mercado e o salário de subsistência.

David Ricardo (1772-1823), discípulo de Smith, trata tanto da riqueza nacional quanto da distribuição entre as classes sociais (proprietários de terras, trabalhadores e capitalistas), dando ênfase ao estudo da repartição do produto social. Aponta agricultura como entrave ao crescimento econômico, a partir da lei dos rendimentos decrescentes

(divergindo de Smith que considerava rendimentos crescentes) expõe a elevação dos custos dos alimentos, que aumenta a taxa de salários afetando as taxas de lucros. Defende a classe capitalista, pois esta gera desenvolvimento econômico ao promover acumulação de capital o que propicia crescimento do nível de emprego e conseqüentemente do produto.

É de acordo com a divisão do produto total da terra e trabalho do país, entre as três classes de *'landlords'*, capitalistas e trabalhadores, que devemos formar juízo sobre a renda [da terra], lucro e salários, e não pelo valor ao qual aquele produto pode ser mantido por um padrão que confessadamente variável [o dinheiro]. Não é pela quantidade absoluta de produto obtida por cada classe que podemos corretamente formar juízo sobre a taxa de lucro, renda e salários, mas pela quantidade de trabalho requerida para obter aquele produto (RICARDO, 1996).

Furtado (1992) aponta o desenvolvimento econômico clássico como um processo de acumulação traduzido em absorção de força de trabalho pelas atividades beneficiárias dos aumentos de produtividade.

O pensamento econômico ortodoxo difundiu a idéia de que todos os esforços de uma região deveriam ser voltados para o crescimento. Se uma região se voltasse para alcançar suas metas de crescimento todo o restante se resolveria e se desenvolveria. Entretanto o que se percebeu, no século XXI, na América Latina, foi que a realidade não funcionava conforme o pensamento ortodoxo, como assinala Davis (2000) apud Kliksberg (2001, p.22): “O resultado é uma forte instabilidade do emprego e da produção, uma maior diferenciação entre ricos e pobres e um crescimento médio modesto: apenas 3% neste decênio, e com uma profunda desigualdade”. Os dados indicaram um crescimento discreto, aumento significativo da desigualdade e a não redução da pobreza. Diante de tal fato, o autor afirma que “o crescimento só não basta, ele é necessário, mas não suficiente”.

É neste sentido que Furtado (2000) aponta a existência de uma teoria do desenvolvimento, a qual busca compreender as causas e o mecanismo persistente da

produtividade do fator trabalho, suas conseqüências na organização da produção e a maneira como esse produto social se distribui. Relata a existência de uma corrente de pensamento econômico que propõe que todas as situações históricas de aumento persistente da produtividade sejam englobadas em um único modelo: “existe um só modelo de industrialização nas economias de mercado, o qual se desdobra em fases temporais”. Segundo Celso Furtado, porém, essa doutrina é problemática, pois a tendência à concentração de renda é observada em todas as fases da industrialização e tal tendência se intensifica sempre que o crescimento econômico eleva-se. Igualmente, aponta que a massa de pobreza é reflexo da distribuição de ativos no momento em que se inicia o processo de “crescimento da produtividade” e das instituições que regulam a acumulação de ativos. Conseqüentemente haverá uma massa de pessoas despossuídas que não participarão dos benefícios do crescimento, dada a concentração de renda.

O único ativo de que a população pobre dispõe é a sua força de trabalho, e, sendo esta bem de oferta elástica, o seu preço será fixado no mercado em função de seu custo de reprodução, perpetuando-se a miséria (FURTADO, 1992, p.53)

O autor destaca que o aumento da eficácia do sistema de produção não é condição única para satisfazer as necessidades básicas da população. Ao contrário, o que se observa é degradação das condições de vida resultante da introdução de técnicas mais sofisticadas.

Não é demais assinalar que a *ação produtiva* do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis, tais como a degradação de energia, tendentes a aumentar a entropia do universo. O estímulo às técnicas apoiadas na utilização intensiva de energia, fruto da visão a curto prazo engendrada pela apropriação privada dos recursos não renováveis, agrava essa tendência, fazendo do processo econômico uma ação crescentemente predatória (FURTADO, 2000, p. 22-23).

Um outro aspecto assinalado por Celso Furtado é que a inventividade técnica expande os gastos em consumo das classes de rendas altas e médias, difundindo hábitos que implicam em custos sociais que degradam a qualidade de vida de um conjunto da população. Portanto, o avanço das técnicas é conseqüente do processo intenso de acumulação, processo esse que leva parte da população a não atingir renda real suficiente para satisfação do que supõe ser necessidades fundamentais. Conforme o autor foi a partir da concepção dos valores dessa civilização material que se construiu a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento; “a eliminação da pobreza dentro da riqueza faz-se mais difícil com o avanço da acumulação”.

Sachs (2004) também discute a relação crescimento econômico/ desenvolvimento. Afirma que o crescimento econômico, embora necessário, tem apenas um valor instrumental, pois não assegura por si só o desenvolvimento; o crescimento econômico pode da mesma forma propiciar o mau desenvolvimento quando acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes. E em conformidade com o conceito de desenvolvimento como expansão das liberdades, esclarece que deve-se dar uma importância especial ao direito ao trabalho, já que ele “abre caminho para o exercício de vários outros direitos”. Afirma, ainda, que a maioria pobre está excluída do processo de desenvolvimento, pois não se apropria efetivamente da totalidade dos direitos humanos.

3.2 Desenvolvimento Social

Diante do exposto acima, a pobreza deve ser percebida de uma maneira mais intensa que apenas baixa renda: o desenvolvimento não somente como o econômico. Logo,

é fundamental uma explanação mais aprofundada sobre o desenvolvimento, que o considere em um sentido mais amplo que apenas acesso a renda. Nesse sentido o desenvolvimento deve ser percebido como um “processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações”: de outra forma não poderia ser conceituado como desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1985, p.19).

Furtado (2000) enfatiza que a elevação do fluxo da renda por unidade de força de trabalho utilizada é o melhor indicador de desenvolvimento, porém, que o conceito de desenvolvimento apesar de abranger a idéia de crescimento, supera-o. Portanto, o desenvolvimento manifesta-se na “diversidade das formas sociais e econômicas”, procura satisfazer necessidades múltiplas de uma população e sofre a ação permanente de uma variedade abundante de fatores sociais e institucionais que ultrapassam a análise puramente economicista. Conforme François Perroux (2000), o desenvolvimento se define como:

(...) la combinaison des changements mentaux et sociaux d' une population qui la rendent apte à faire croître, cumulativement et durablement, son produit réel global⁷. (PERROUX apud FURTADO, 2000, p.102).

Sob a ótica do desenvolvimento como um estudo mais aprofundado que demanda transformações socioeconômicas, Sen (2000) afirma que o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, contrapõe ao desenvolvimento concebido como crescimento econômico. Afirma que desenvolvimento requer remoção das formas de privação de liberdade, quer

⁷ (...) combinação das mudanças mentais e sociais de uma população, que a torna apta a fazer crescer, cumulativa e duravelmente, seu produto real total. (tradução livre).

quando está ligada à pobreza econômica, quer quando está vinculada à carência de serviços públicos e assistência social, quer quando a ausência dessa liberdade se dirige às restrições de participação da vida política, social e econômica da comunidade e na existência de regimes civis e políticos autoritários. Portanto, quando se analisa o desenvolvimento sob a perspectiva das liberdades preocupa-se com o acesso aos recursos e a renda das pessoas, mas, sobretudo à qualidade de vida, em como as pessoas vivem e como fazem suas escolhas.

Para entender esta abordagem que traz a expansão das liberdades como o “fim primordial” e o “principal meio” do desenvolvimento é preciso compreender os dois papéis da liberdade: (i) papel constitutivo – considerado como o *fim primordial* – relacionado às liberdades substantivas envolve capacidades básicas como evitar privações associadas à alimentação adequada, privações à educação mínima (como ler e escrever), privações a ter participação política e à liberdade de expressão; (ii) papel instrumental – considerado como o *principal meio* – relacionado às liberdades instrumentais. Apesar da grande variedade, Sen cita cinco tipos fundamentais de liberdades instrumentais: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.

Portanto, esta abordagem de desenvolvimento conceitua a pobreza como a incapacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades, bem como de fazer respeitar seus direitos, analisando as diversas formas de distribuição e acesso aos recursos privados e públicos fundamentais para a satisfação de forma apropriada das necessidades de

alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, à saúde e ao lazer e a um mínimo de bens culturais – homogeneização social⁸.

3.3 Desigualdade e pobreza

Dentre os motivos para que a desigualdade seja investigada está o impacto que esta tem sobre o bem-estar dos indivíduos e sua relação direta sobre variáveis socioeconômicas tais como: taxas de poupança da economia, taxa de mortalidade infantil e extensão da pobreza. Na verdade, as desigualdades se manifestam em forma de pobreza ou de exclusão social.

Compreender a desigualdade é fundamental para avançar na discussão do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento social. Já que a desigualdade é um obstáculo ao desenvolvimento social ao limitar, ao diminuir a participação dos pobres no acesso a melhores condições de vida.

Estudos como o de Birsall, Ross, e Sabot (1996) têm mostrado que melhorias no crescimento capazes de reduzir a pobreza dependem do grau de desigualdade, e não o inverso (do grau do crescimento), apontando que a questão deve ultrapassar a dimensão da renda.

Logo, este estudo utiliza um enfoque de desenvolvimento diferente do concebe o crescimento econômico insuficiente como o principal elemento para a elevação da pobreza e como, conseqüentemente, intensificador das desigualdades sociais. Ao contrário, a abordagem feita aqui considera como ponto de partida as desigualdades sociais que criam

⁸ Furtado deixa claro que homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, mas a melhorias do bem-estar de uma população.

dificuldades para a expansão das liberdades substantivas e instrumentais e, portanto, elevam a pobreza, que pode se traduzir também em pobreza econômica, dada as dificuldades dessas pessoas na obtenção de renda e, outrossim, dificuldades em manter taxas de poupanças que refletem em baixo crescimento econômico.

O padrão de alta desigualdade da região é um dos fatores determinantes na redução da possibilidade de passar da pobreza para o crescimento. Sem alterar esse padrão desfavorável, não é possível esperar que apenas o crescimento produza mudanças profundas na pobreza (KLIKSBURG, 2000, p.38)

Entretanto, antes de discutir tal abordagem, torna-se necessário uma explanação sobre a desigualdade de renda, como forma de entender as falácias que foram criadas a partir do discurso de que a desigualdade é necessária para a acumulação e, portanto, para o crescimento já que “destinar recursos a metas de produtividade inferior afetaria a formação de capital, base do desenvolvimento econômico” (KLIKSBURG, 2000).

A desigualdade como um fato da natureza e não como um obstáculo para o desenvolvimento é uma das falácias destacadas por Kliksberg (2001). Segundo ele, tal enfoque apoiou-se com freqüência na teoria do “U” invertido de Kuznets. Conforme Kuznets a desigualdade é uma etapa inevitável para o desenvolvimento: inicialmente produzem-se polarizações sociais que posteriormente se moderariam e reduziriam. Granda (2004) explica esta teoria de Kuznets afirmando que em uma conjuntura econômica específica, e sob uma estrutura socioeconômica singular, a relação entre o crescimento econômico e a distribuição de renda assumiria um formato de “U” invertido, ou seja, a concentração se elevaria nas fases iniciais do desenvolvimento, quando a maior porção da população que ainda vivia em setores de baixa produtividade e devido a isso, se caracterizaria pelo baixo nível de renda *per capita*. Assim tal população migraria para

regiões de maior produtividade. Em contrapartida, a desigualdade diminuiria a partir de um ponto, no qual a economia passaria a ter setores predominantemente de alta produtividade, um nível de renda *per capita* mais elevado e, taxa de crescimento mais moderada. Essa relação pode ser descrita, pelo gráfico abaixo que assume o formato de “U” invertido de Kuznets.

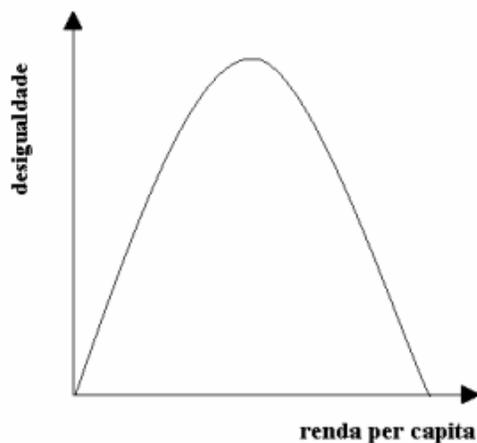


Gráfico 1: Curva de Kuznets

Economistas convencionais sugerem que a acumulação de recursos em poucas mãos favoreceria o desenvolvimento ao gerar maiores capacidades de investimentos. Se tal tese estivesse correta a América Latina deveria ter contado com altas taxas de investimento, dadas as “acumulações em poucas mãos”. A desigualdade percebida na região aponta que a teoria do “U” invertido não funcionou. É importante expor que Kuznets fez seu estudo somente para países desenvolvidos, portanto, seu estudo não fez referência à realidade de países subdesenvolvidos e não deveria ter sido utilizada como modelo para a América Latina. Com isso, a falácia descrita com respeito à desigualdade, desvirtuou o pensamento do autor além de chocar-se com os dados da realidade da referida região.

Os autores Birdsall, Ross e Sabot (1996) indicam que o aumento da desigualdade pode constituir em si um obstáculo para o crescimento. Kliksberg (2001) observa que a desigualdade na distribuição de renda, a desigualdade em termos de acesso a ativos produtivos, a desigualdade em acesso ao crédito, a desigualdade educativa e o analfabetismo digital geram efeitos regressivos na economia, na vida pessoal e familiar, elevando a pobreza na região. Tais apontamentos esclarecem que a desigualdade não é um fato natural próprio do desenvolvimento e sim consequência de políticas erradas e de estruturas regressivas.

A partir desse enfoque, de que a desigualdade é inversamente proporcional ao crescimento, Kliksberg (2000) expõe sete argumentos a favor da equidade como parte do processo de melhorias para o desenvolvimento: a) as possibilidades de melhorar o problema da pobreza são muito distintas em sociedades com elevados níveis de desigualdade em relação a contextos em que há baixos níveis de desigualdade; b) reduzir as desigualdades é crucial para criar condições favoráveis à elevação significativa do investimento na formação do capital humano; c) melhoria da equidade pode favorecer as taxas de poupança nacional; d) melhoria da equidade reflete positivamente nas possibilidades de desenvolvimento tecnológico; e) melhoria da equidade cria condições propícias para o fortalecimento e desenvolvimento do capital social, que engloba “os valores compartilhados, o grau de associatividade de uma sociedade, sua capacidade de promover acordos, sinergias, construir redes, clima de confiança mútua entre os participantes, as normas sociais e institucionais”; f) elevados níveis de desigualdade afetam a “governabilidade” das sociedades democráticas, provocando desconfiança.

Por estas e outras razões, é imprescindível tratar a desigualdade de renda. No entanto, é preciso a ousadia de ir além, focalizar as capacidades que as pessoas desfrutam e o grau que elas desfrutam.

As desigualdades não afetam apenas as rendas, os outros setores também devem ser explorados. Deve-se apontar a idéia de padrões de privação e identificar as privações nas capacidades para um funcionamento adequado (KLIKSBERG, 2000, p.28)

Portanto, Kliksberg (2000) aponta que além da renda há outras questões que deterioram o bem-estar de uma população, conduzindo-as a situações de privações e carências: desigualdade de acesso a ativos (como a terra, bens de capital, tecnologias, qualificações educativas), dificuldades de acesso ao crédito (que limita as pessoas pobres na aquisição de ativos produtivos), desigualdade no acesso à educação (que se reflete cada vez mais na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho), desigualdade no acesso à saúde (a saúde que é um direito humano básico, fundamental à vida) e ainda, o crescimento da violência (que deteriora a qualidade de vida, gerando inseguranças). Ainda em relação ao acesso desigual à saúde é preciso destacar o círculo vicioso, já que as pessoas pobres são mais vulneráveis às doenças, e ao perder a saúde, elevam as dificuldades para buscar alternativas para combater a pobreza:

A população pobre sofre toda sorte de desigualdades em saúde. Tem mais possibilidades de adoecer, seu acesso à assistência médica é menor, tem menos informações sobre sua própria existência e sobre como lidar com suas doenças, menos capacidade para fazer uso dos serviços de saúde e a qualidade de saúde que lhe é oferecida é muito pior do que a que chega aos outros setores (KLIKSBERG, 2000, p.66)

É por compreender que as pessoas pobres estão expostas a diversas desigualdades sociais e como uma forma de não reduzir a pobreza a uma única dimensão,

que este estudo buscou caracterizar as famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, coletando dados sócio-econômicos por meio de um formulário estruturado e de entrevistas identificando ao mesmo tempo os rostos da pobreza, concebendo a sociedade como um conjunto de indivíduos em busca de auto-realização de sua identidade pessoal⁹.

3.4 Pobreza urbana

O surgimento das grandes cidades e a percepção das condições de vida precárias das populações recém-chegadas do campo que preocupam e incitam intervenções do setor público são o principal elemento que institui a pobreza como uma questão social, tanto na Europa quanto na América Latina.

A moderna sociedade capitalista em gestação necessitava imperiosamente integrar o proletariado e forjar a classe trabalhadora. O primeiro conflito derivado da necessidade de integração se dá na disputa pela apropriação do espaço urbano, na luta pela moradia e pelo controle dos novos *locus* de produção. Por isso mesmo, a pobreza, enquanto questão, nasce no selo urbano (LAVINAS, 2002, p.26)

Díaz (2005) destaca que no caso da América Latina são as transformações da reestruturação socioeconômica e difusão de novas tecnologias informáticas e comunicacionais que contribuem para retomar a importância das cidades no último quartel do século XX¹⁰, já que elas se tornaram o cenário apropriado para certas atividades

⁹ A ótica da realização é importante por se considerar que “auto-realizar sua identidade significa ser capaz de obter três “bens” fundamentais: o reconhecimento social (conciliar a identidade investida com a identidade atribuída), o desenvolvimento pessoal (conciliar a identidade com a identidade desejada) e a consonância existencial (conciliar a identidade atribuída com a identidade desejada)”. (BAJOIT, 2006, p.101).

¹⁰ Segundo DÍAZ (2005), no período de 1970-2000, a população urbana da América Latina cresceu 240%, o que coloca a região como uma das mais urbanizadas do mundo em desenvolvimento.

produtivas, o espaço para a diferenciação social e “onde se reproduzem a marginalização e a pobreza e se manifesta mais claramente o fenômeno da exclusão social”. Expõe a contradição do olhar sobre a cidade, que por um lado retrata o lugar gerador de oportunidades, principalmente em relação ao emprego e à educação e por outra visão, um lugar das mais variadas problemáticas sociais: pobreza, marginalização, insegurança, violência.

Nesse sentido, a pobreza discutida neste estudo é a que aborda o fenômeno como um fator urbano, principalmente por entender que, a cada vez mais as formas de regulação, combate e enfrentamento são buscadas no processo de construção de cidadania urbana. Ultrapassam as questões de atendimento as necessidades vitais para o campo da equidade, da emancipação e do pertencimento e, por isso, mais uma vez remetem-se ao conceito multidimensional da pobreza:

(...) espera-se que as cidades, enquanto espaços democráticos que se consolidam medida que se consolida a própria cidadania, mostrem-se capazes de equacionar a questão da pobreza, promovendo equidade, emancipação e integração social (LAVINAS, 2002, p.28)

Conforme Lavinas (2002) é a partir da tendência de diferentes esferas (governamentais, organizações comunitárias, ONGs, fundações privadas) no desenvolvimento de ações que visam fortalecer redes locais de intervenção e proteção social que surge, tanto no âmbito europeu como na América Latina, a implementação e execução de políticas e programas de combate à pobreza. Dessa maneira, as seções que se seguem discutem respectivamente: os modelos de desenvolvimento da economia brasileira que contribuíram para as formas de pobreza percebida no país, os programas contemporâneos de combate à pobreza, em especial, o Programa Bolsa Família, do qual se colheu uma amostra para a cidade de Montes Claros (MG), e em seguida é feita a análise

dos índices de pobreza (unidimensional e multidimensional) e indicadores sócio-econômicos; bem como os dados do formulário dirigido e das entrevistas como forma de identificar quem são os pobres da cidade de Montes Claros (MG).

3.5 Pobreza urbana na América Latina: os modelos de desenvolvimento econômico no Brasil a partir de 1960

Na América Latina o fenômeno da pobreza urbana ganha maior importância a partir da década de 1960, principalmente quando se reporta ao fenômeno da marginalidade, conceituado como característica das periferias das cidades industriais (DIAZ, 2005:81). Junto à urbanização geral da América Latina houve o fenômeno conhecido como “urbanização da pobreza” que apontou uma progressiva concentração de pobres nas localidades urbanas. Logo, entre as décadas de 1960 e 1970 percebe-se claramente as dificuldades e incapacidades das cidades para gerar serviços, oportunidades, empregos e associado a esses fatores, um aprofundamento da desigualdade, dado o crescimento de situações de marginalidade e informalidade.

Conforme Díaz (2005), com o crescimento da informalidade nas cidades, a segunda metade da década de 1970 caracteriza-se pela ineficácia do governo e insuficiência de um modelo econômico capaz de gerar um crescimento sustentado. Assim, o fim da década de 1970 e o início da década de 1980 são marcados pela elevação da desigualdade, o aumento descontrolado e desordenado das cidades, a pobreza em crescimento, a situação precária dos serviços públicos urbanos e deterioração da qualidade de vida, que impuseram a proposição de um modelo econômico de desenvolvimento que articulasse a lógica do Estado juntamente com a lógica do mercado.

Durante os anos 80 são colocadas em prática as proposições neoliberais e de transformações do Estado, iniciando-se o processo de redemocratização na América Latina, que orientou os organismos internacionais assim como o próprio Estado a dirigir suas ações em favor da “participação social, da descentralização e do controle cidadão sobre a gestão dos governos”. Nesse sentido, os modelos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano, passam a ser prioritários. Porém, as primeiras reformas se mostram ineficazes, principalmente por não se observar melhorias na distribuição de renda e reduções nos percentuais de pobreza. Torna-se fundamental uma nova proposta, um novo modelo para superar a crise social.

É na década de 90 que são feitas redefinições e orientações para o desenvolvimento da América Latina. O desenvolvimento é associado ao tema da sustentabilidade das cidades. Essa exige, além da redução ou erradicação da pobreza, “cidadania, governabilidade e a participação social”. Porém, no fim da referida década, apesar dos esforços, percebeu-se crescimento da desigualdade e da pobreza, o que impôs novos desafios, novas buscas à superação da pobreza. E como destaca Díaz (2006), os objetivos para se superar a pobreza ainda são “a integração, a equidade e a cidadania”.

(...) torna-se imperiosa, a necessidade de incorporar novas dimensões para a implementação de políticas: um novo tipo de relação entre os atores técnicos e políticos, o acompanhamento e controle que permita a gestão eficiente de recursos e programas, levar em conta as redes sociais existentes e, finalmente a integralidade das políticas sociais que seja congruente com a multidimensionalidade e complexidade dos fenômenos atuais (DÍAZ, 2006, p. 85-86).

Percebe-se, então, que não se pode negar que a degradação da qualidade de vida nas cidades, esteve ligada à evolução dos “modelos econômico-produtivos” que foram adotados na América Latina, destacando como insuficientes para promover o

desenvolvimento social. Cabe explicar, como se comportou o Brasil diante dessas políticas que foram desenvolvidas na América Latina.

Barros *et al* (2000) menciona em seu trabalho a tendência do Brasil nas últimas décadas a grandes desigualdades na distribuição de renda e a elevados níveis de pobreza. Conforme o autor, o Brasil é um país desigual submetido ao desafio histórico de combater uma herança de injustiça social, que se refletiu na exclusão de parte significativa da população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. O mesmo autor, ao se referir à estrutura da pobreza, afirma que o Brasil não é um país pobre e sim um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres e que possui grandes recursos para combater a pobreza.

A partir da década de 60, o país vivencia recuos e avanços políticos, intensas mudanças econômicas, entretanto, ganhos sociais muito abaixo do necessário e ambicionado.

O início da década de 1960 é marcado por uma forte crise econômica: inflação acelerada, queda dos investimentos, déficits nas contas públicas e externas. Dessa maneira, a preocupação primordial do governo é a estabilização econômica. Em 1964 é implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)¹¹, que objetivava acelerar o desenvolvimento econômico, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar investimentos e emprego e corrigir os desequilíbrios da balança de pagamentos (GREMAUD, 2006). As políticas de combate à inflação e as reformas estruturais do PAEG propiciaram a retomada do crescimento econômico no período chamado de Milagre Econômico (1968-1973), o qual é caracterizado pelas maiores taxas de crescimento já

¹¹ Lançado pelo governo militar de Castelo Branco, o PAEG visava resolver os problemas econômicos, tinha como mentores Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões.

vistas na história recente da economia brasileira. Todos os esforços, todas as políticas eram voltadas essencialmente para o crescimento econômico e uma das principais críticas ao Milagre foi em relação à concentração da renda e à elevação das desigualdades sociais.

Os dois choques do petróleo (1973 e 1979) e a elevação das taxas de juros do mercado internacional (1981-1985) conduzem a economia brasileira novamente à vulnerabilidade, caracterizando a década de 80 como a “década perdida” – período em que houve forte recessão, desemprego, elevação da dívida externa, inflação e queda da renda *per capita*. Diante de tal contexto, mais uma vez as medidas e políticas adotadas pelos governos da década de 80 priorizam o desenvolvimento econômico, visam redução do déficit público e equilíbrio no balanço de pagamentos, que acabam por reduzir a demanda interna. Todos estes fatores resultaram em sérios impactos sociais.

Diante do quadro socioeconômico brasileiro, já no início da década de 90 uma forma de combate à pobreza é debatida sistematicamente. Embora tenham sido registrados dados de melhorias na distribuição de renda e das condições de vida dos pobres em decorrência da redução da inflação propiciada pelo Plano Real¹², a pobreza permanece como um dos principais problemas que o país tem que enfrentar. Contudo, há que se destacar que em sua gênese o objetivo maior do Plano Real foi a estabilização econômica, a redução inflacionária para conduzir o país a uma trajetória de crescimento econômico. Demonstra-se mais uma vez, a carência de se colocar em primeiro plano políticas sociais que sejam implementadas juntamente com o crescimento do produto e renda. Conforme TABS. 1 e 2, os dados sobre a economia brasileira da década de 90 (a seguir representados) ilustram bem como políticas puramente voltadas para o crescimento econômico aumentam

¹² Implementado no final de 1993 no Governo Itamar Franco, cujo ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real foi um dos planos mais engenhosos de combate à inflação do Brasil.

o poder aquisitivo das pessoas, sem necessariamente reduzir as desigualdades sociais e conseqüentemente sem grandes ganhos no combate à pobreza.

TABELA 1: Evolução da pobreza no Brasil nos períodos de 1990-1999.

Ano	Percentual de pobres (%)	Número de pobres (em milhões)
1990	43,8	63,2
1992	40,8	57,3
1993	41,7	59,4
1995	33,9	50,2
1996	33,5	50,1
1997	33,9	51,5
1998	32,8	50,3
1999	34,1	53,1

Fonte: BARROS *et al* (2000). *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*.

Houve uma redução no percentual de pobres entre os anos de 1993 e 1996, dado o sucesso do combate a inflação, promovendo o aumento da renda real. Entre 1995 e 1999, a percentagem de pobres permaneceu estável em torno de 34%, porém, a diminuição da pobreza e elevação da renda real não trouxe reduções substanciais para a desconcentração de renda, como se pode perceber na TAB. 2.

TABELA 2: Taxas de crescimento do PIB e Coeficiente de Gini no Brasil 1990-2000.

Ano	Taxa de crescimento do PIB (%)	Coeficiente de Gini
1990	-4,18	0,62
1991	1,03	*
1992	-0,54	0,58
1993	4,92	0,60
1994	5,85	*
1995	4,22	0,60
1996	2,66	0,60
1997	3,27	0,60
1998	0,22	0,60
1999	0,79	0,60
2000	4,46	0,65

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (IBGE) e PNADs. * Não há dados disponíveis

Ao se investigar a evolução do grau de desigualdade de renda no país ao longo da década de 1990, observa-se, de acordo com a TAB. 2, que a desigualdade exibiu uma estabilidade em alto patamar (0,60) mesmo com taxas de crescimentos do Produto Interno Bruto (PIB) positivas, principalmente quando se observa o período de 1994 a 1997 quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu aproximadamente 17%. Assim, o plano de estabilização de 1994 proporcionou uma melhora do poder aquisitivo das pessoas, no entanto, sem afetar fortemente a desigualdade de rendimentos.

Dessa forma, a desigualdade de renda destaca-se como grande entrave às melhorias de condições de vida da população brasileira; pois reflete em desigualdade de condições – tanto de recursos públicos quanto recursos privados – e conseqüentemente em desigualdade de oportunidades (tais como acesso ao mercado de trabalho à educação, etc.), esta é social e eticamente indesejável, principalmente por criar condições propícias à manutenção da pobreza.

3.6 Programa de combate à pobreza no Brasil: O programa Bolsa Família

Há no Brasil um grande debate ao se discutir a questão da fome. No entanto, existe uma concordância quanto à urgência do combate à pobreza e que, para eliminar a fome não se pode esperar pelo crescimento da renda e pela melhor distribuição desta. Nesse contexto, diversos programas de transferência de renda mínima têm sido propostos.

Desde o início da década de 90 tem-se discutido no Brasil as possíveis formas de combate à pobreza, especificadamente propostas de se garantir um mínimo de renda para as famílias. Segundo Silva (2006), a discussão sobre os programas de renda mínima é intensificada com a aprovação do Projeto de Lei de Instituição do Programa de Garantia de

Renda Mínima do senador Eduardo Suplicy, em 1991. A partir desse momento, é percebida a implantação de programas nessa mesma direção em vários municípios do país que precedem programas federais como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, dentre outros.

Cohn (2005) afirma que as políticas de transferência de renda assumem um papel fundamental ao constituir um instrumento – e não um fim – para enfrentar a questão da pobreza. Para a autora, a promoção do desenvolvimento social requer políticas de inserção social, tanto no campo econômico quanto no campo social – e que tais políticas devem representar um alívio imediato à pobreza, mas também um instrumento de superação:

(...) trata-se, de um lado, de não concebê-los como um fim em si mas como um instrumento ou uma estratégia que compõe um conjunto de políticas que permitam o enfrentamento conseqüente da questão social da pobreza. E, de outro lado, como programas que têm nas condicionalidades, ou na assim chamada co-responsabilidade, não um fator impositivo e punitivo, mas sim uma oportunidade de vinculá-las, apesar de no fundo serem discricionárias, ao acesso a bens e serviços essenciais de caráter universal, e portanto com o estatuto de direitos de cidadania, permitindo assim que esses segmentos sociais de baixa renda sejam alcançados à condição de cidadãos (COHN, 2005, p.235).

Conforme Cohn (2005), não trata de entender as políticas de transferência como a solução para todas as questões sociais da pobreza, desigualdade e exclusão, mas sim de concebê-las pelo que são: políticas e programas que “trazem consigo a possibilidade de se transformarem em políticas estruturantes de um novo padrão de relações socioeconômicas”.

Silva (2006) destaca a necessidade de articulação entre as políticas estruturais como políticas de geração de trabalho e renda, reforma agrária, política de incentivo à agricultura familiar, elevação do salário mínimo vigente e às políticas de combate à fome. Em conformidade, Cohn (2005) acrescenta que o desafio atual é articular as políticas econômicas às políticas sociais.

É nesse sentido que, segundo Cohn (2005), o Programa Bolsa Família (PBF) é criado não apenas como um programa de transferência de renda com condicionalidades, mas como um programa que para ter êxito obedece a duas premissas: 1) políticas de inserção social vinculadas ao governo e b) ser parceria de um processo de políticas públicas virtuosas entre si, isso é, não competitivas quer em relação ao público-alvo quer em relação às fontes orçamentárias.

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003 e unificou os programas que eram vigentes até esse período: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (frequência escolar, cartão vacinação completo das crianças e acompanhamento pré-natal das gestantes) que beneficia famílias pobres com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 e extremamente pobres com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00 (segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS). Os benefícios do PBF são classificados em dois tipos: 1) Básico: valor de R\$50,00 concedido às famílias com renda de até R\$ 60,00 por pessoa, independente da composição familiar e 2) Variável: no valor de R\$ 15,00 para cada criança ou adolescente de até 15 anos, no limite financeiro de até R\$ 45,00, equivalente a 3 filhos por família. Há também o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) concedido às famílias dos programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-gás, cuja migração para o PBF origine perdas financeiras à família. Nesse caso, o valor concedido será calculado caso a caso. Dessa forma, o benefício varia de R\$15,00 a R\$ 95,00 salvo os casos de BVCE, nos quais o benefício poderá exceder o valor máximo de R\$95,00.

TABELA 3: Critério de elegibilidade por tipos de benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família, Brasil - 2007.

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças / adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a	1 Membro	(1) Variável	15
		2 Membros	(2) Variável	30
	R\$ 120,00	3 ou + Membros	(3) Variável	45
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	50
		1 Membro	Básico + (1) Variável	65
		2 Membros	Básico + (2) Variável	80
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	95

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

Conforme o MDS, o PBF articula três dimensões fundamentais no que tange à superação da fome e da pobreza: i) promove o alívio imediato da pobreza a partir da transferência direta de renda; ii) reforça o exercício de direitos sociais básicos na área de saúde e educação por meio das condicionalidades, o que concorre para o rompimento da pobreza geracional e, iii) coordenação de programas complementares (como programas de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos), de forma que os beneficiários da Bolsa Família possam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O PBF faz parte do Programa Fome Zero do Governo federal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O MDS

conceitua o Fome Zero como uma estratégia do governo federal para garantir o direito humano à alimentação, ao promover a segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social, a geração de ocupação e renda, melhoria da escolarização, melhoria das condições de saúde, acesso ao abastecimento de água e “conquista da cidadania” daqueles que são mais vulneráveis às situações de fome.

Cohn (2005) assinala que, apesar de possuir características aos programas anteriores similares (condicionalidades, como por exemplo, frequência escolar), o PBF inova ao eleger a família como beneficiária e não membros isoladamente. Outro ponto é não estipular uma cota de número de bolsas por município. A autora alerta para o cuidado que se deve ter, já que a ação do estado é por muitas vezes marcada por políticas clientelistas, paternalistas e corporativistas, o que torna incapaz, por muitas vezes, o enfrentamento da reprodução da pobreza no país. Afirma que o grande desafio é ainda formular um projeto de desenvolvimento social traduzido “num sistema e numa rede de proteção social pró-ativa”, que torne as políticas públicas e os programas sociais em instrumentos para construção de novas identidades sociais, que seja capaz de enfrentar o conjunto de problemas sociais a partir de suas raízes. Apesar de perceber que tal projeto está apenas no campo das intenções, expõe, a exemplo do PBF, que os programas de combate à pobreza que têm sido implementados dentro de suas limitações, são inspirados nessa direção, em sistemas de proteção social, como possibilidade de enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais.

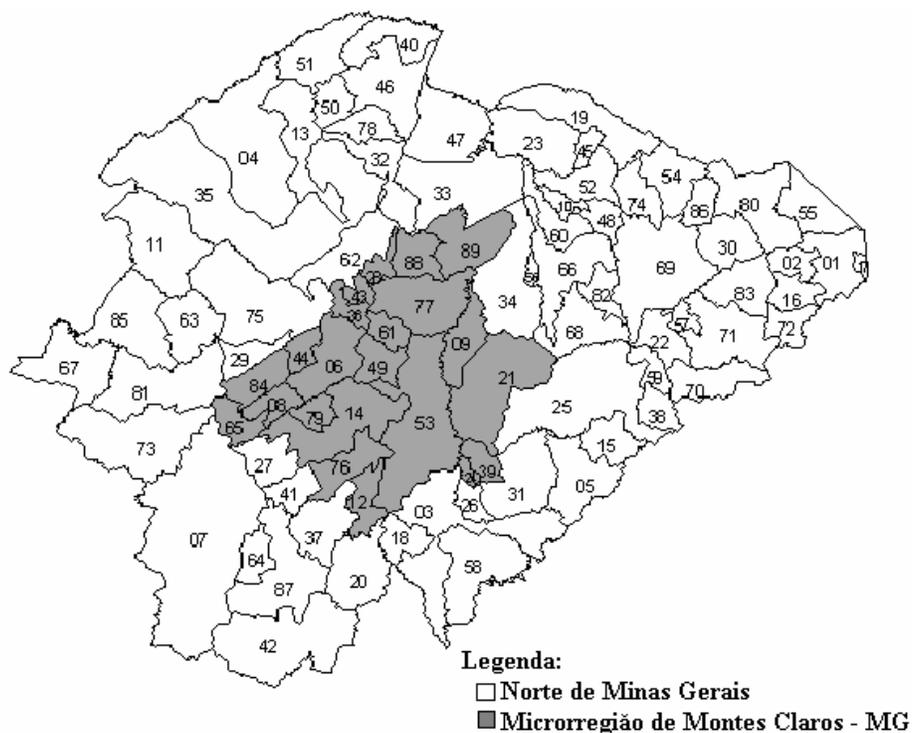
4. CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)

As próximas subseções caracterizam a pobreza da microrregião de Montes Claros (MG) e em especial a cidade de Montes Claros por meio dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional, considerando variáveis como renda, equipamentos sociais, índice de desemprego, índice de violência e índice de escolaridade. E em um segundo momento intenta qualificar os pobres que vivem na cidade de Montes Claros via dados obtidos por aplicação de formulários e por intermédio de entrevistas, destacando algumas das limitações no que se refere às liberdades substantivas e instrumentais que, em geral, sofrem e que dificultam a expansão de diversas capacidades.

4.1 Os indicadores socioeconômicos da Microrregião de Montes Claros (MG)

A Mesorregião do Norte de Minas conta com uma população de 1.492.715 habitantes num total de 89 municípios e é composta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo Demográfico, 2000), por sete microrregiões, a saber: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas.

A Microrregião de Montes Claros (MG) é formada por 22 municípios (Mapa 1) e possui uma população de aproximadamente 539.845 habitantes.



Mapa 1: Municípios da Mesorregião do Norte de Minas e da Microrregião de Montes Claros – MG

01-Águas Vermelhas	24-Glaucilândia	47-Matias Cardoso	70-Rubelita
02-Berizal	25-Grão Mogol	48-Mato Verde	71-Salinas
03-Bocaiúva	26-Guaraciama	49-Mirabela	72-Santa Cruz de Salinas
04-Bonito de Minas	27-Ibiaí	50-Miravânia	73-Santa Fé de Minas
05-Botumirim	28-Ibiracatu	51-Montalvânia	74-Santo Antônio do Retiro
06-Brasília de Minas	29-Icaraí de Minas	52-Monte Azul	75-São Francisco
07-Buritizeiro	30-Indaiabira	53-Montes Claros	76-São João da Lagoa
08-Campo Azul	31-Itacambira	54-Montezuma	77-São João da Ponte
09-Capitão Enéas	32-Itacarambi	55-Ninheira	78-São João das Missões
10-Catuti	33-Jaíba	56-Nova Porteirinha	79-São João do Pacuí
11-Chapada Gaúcha	34-Janaúba	57-Novorizonte	80-São João do Paraíso
12-Claro dos Poções	35-Januária	58-Olhos D'agua	81-São Romão
13-Cônego Marinho	36-Japonvar	59-Padre Carvalho	82-Serranópolis de Minas

14-Coração de Jesus	37-Jequitai	60-Pai Pedro	83-Taiobeiras
15-Cristália	38-Josenópolis	61-Patis	84-Ubaí
16-Curral de Dentro	39-Juramento	62-Pedras de M. da Cruz	85-Urucuia
17-Divisa Alegre	40-Juvenília	63-Pintópolis	86-Vargem G. do Rio Pardo
18-Engenheiro Navarro	41-Lagoa dos Patos	64-Pirapora	87-Várzea da Palma
19-Espinosa	42-Lassance	65-Ponto Chique	88-Varzelândia
20-Francisco Dumont	43-Lontra	66-Porteirinha	89-Verdelândia
21-Francisco Sá	44-Luislândia	67-Riachinho	
22-Fruta do Leite	45-Mamonas	68-Riacho dos Machados	
23-Gameleiras	46-Manga	69-Rio Pardo de Minas	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE – Censo Demográfico 2000.

Como se pode observar na TAB. 4 a Microrregião de Montes Claros (MG) destaca-se em termos de contingente populacional e de Produto Interno Bruto (PIB) verificado em todos os setores.

TABELA 4: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, população e PIB/habitante, por setores de atividade econômica, segundo Microrregiões do Norte de Minas Gerais – 2000 (R\$1.000,00).

Microrregião	PIB Agropecuário	PIB Industrial	PIB Serviços	PIB Total	População	PIB/hab (R\$1,00)
Bocaiúva	32.333	524.395	131.493	688.221	63.225	10.885,27
Grão Mogol	33.228	2.453	48.790	84.471	40.739	2.073,47
Janaúba	119.550	109.347	266.434	495.331	238.530	2.076,60
Januária	96.806	48.141	256.557	401.504	257.452	1.559,53
Montes Claros	171.143	940.933	927.366	2.039.443	539.845	3.777,83
Pirapora	82.931	494.266	286.349	863.546	155.031	5.570,15
Salinas	70.984	65.675	225.540	362.199	200.098	1.810,11
Norte de Minas	606.975	2.185.210	2.142.529	4.934.715	1.494.920	27.753

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Os gráficos, a seguir, descrevem a evolução da população rural e urbana na Mesorregião do Norte de Minas e na Microrregião de Montes Claros, apontando em ambas a mudança estrutural mediante o processo progressivo de urbanização.

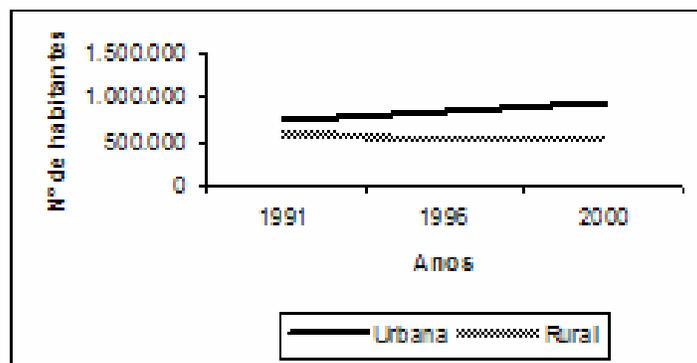


Gráfico 2: Evolução da População Rural e Urbana na Mesorregião do Norte de Minas em 1991 – 2000.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE – Censos Demográficos 1991, 2000 e Contagem Populacional 1996.

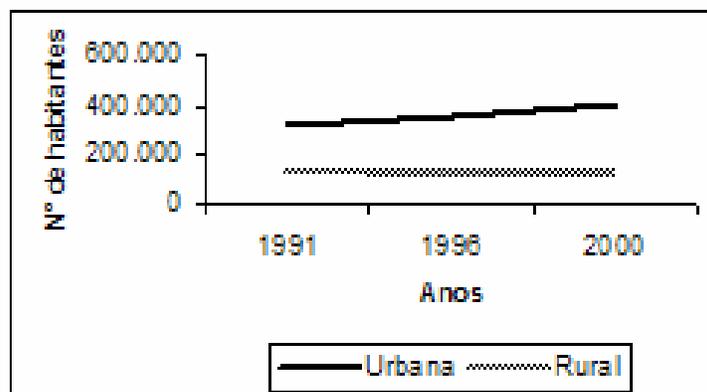


Gráfico 3: Evolução da População Rural e Urbana na Microrregião de Montes Claros (MG) em 1991 – 2000

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE – Censos Demográficos 1991, 2000 e Contagem Populacional 1996.

Conforme o último Censo Demográfico 2000 do IBGE 75,6% da população da Microrregião de Montes Claros (MG) reside na zona urbana. Pode-se perceber assim o

aumento relativo da população urbana de 1991 para 2000. A taxa média anual de crescimento populacional nesta microrregião entre 1991 e 2000 foi de 14,8%, sendo que no mesmo período a população urbana cresceu 27,3%, ao passo que a população rural decresceu 11,9%. Segundo Rigotti e Amorim Filho (2002) ao se analisar o crescimento demográfico em termos de população urbana e população rural, há um tendência no Brasil e no mundo a partir da década de 1970 a um crescimento no grau de urbanização. Logo, os dados apresentados acima, são corroborados a partir do aumento significativo do grau de urbanização do estado de Minas Gerais, que era de 52,8% em 1970, passou para 67,1% em 1980, atingiu 74,9% em 1991, para superar em 2000 os 80%. Os autores supracitados afirmam que Minas Gerais se encontra entre os estados brasileiros com maior grau de urbanização.

Aproximadamente 77% dos municípios da Microrregião de Montes Claros (MG) são de pequeno porte, com população inferior a 20 mil habitantes. Cerca de 18% dos municípios têm um contingente populacional entre 20 e 50 mil habitantes. Montes Claros (município de análise deste estudo) se destaca por ser o único município da microrregião que pode ser considerado de grande porte. A TAB. 5 indica que a maioria dos municípios possui baixa densidade demográfica, exceto o município de Montes Claros (representado pelo único município que possui população acima de 200 mil habitantes).

TABELA 5: Número de municípios da Microrregião de Montes Claros – MG segundo classe de tamanho populacional e densidade demográfica, ano 2000.

Classe	Número de Municípios		Densidade Demográfica
	Número Absoluto	Proporção Relativa (%)	
< 10.000	13	59,1	9,96
10.000 _ 20.000	04	18,2	16,87
20.000 _ 50.000	04	18,2	12,84

50.000 _ 200.000	-	-	-
> 200.000	01	4,5	85,82
Total Microrregião	22	100,0	24,27

Fonte: elaboração própria com base nos dados da FJP, 2000.

Os GRAFs. 4 e 5 apresentados a seguir, mostram a distribuição setorial do PIB para a microrregião e revelam a perda do setor agropecuário de 13% em 1990 para 8,4% em 2000 e um acréscimo do setor industrial de 42% em 1990 para 46,1% em 2000. Segundo Rodrigues (2004), a intervenção, observada nas últimas décadas, do Estado na Mesorregião do Norte de Minas, da qual a Microrregião de Montes Claros faz parte, estimulou quatro eixos básicos de desenvolvimento: “(a) reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região; (b) implantação de grandes projetos agropecuários; (c) instalação de indústrias e, (d) implantação de perímetros de agricultura irrigada”. (RODRIGUES, 2004:38).

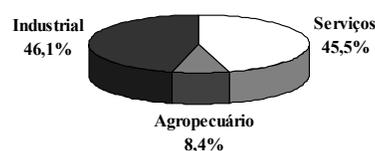
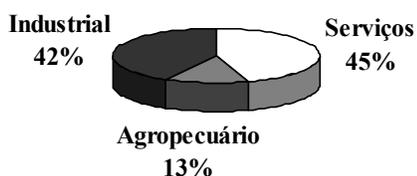


Gráfico 4: Distribuição Setorial do PIB na Microrregião de Montes Claros (MG) em 1990 **Gráfico 5: Distribuição Setorial do PIB na Microrregião de Montes Claros (MG) em 2000**

Fonte: elaboração própria com base nos dados da FJP, 1990 e 2000.

A TAB. 6 apresenta dados socioeconômicos para cada município componente da Microrregião de Montes Claros (MG). O município de Montes Claros obviamente se destaca por possuir respectivamente o maior PIB Total da Microrregião de Montes Claros,

além de possuir a maior participação do PIB industrial. Também possui os melhores indicadores sociais, como por exemplo, expectativa de vida (72 anos) maior que a do estado (71 anos).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano¹³ (IDH) os municípios se classificam em médio desenvolvimento humano (entre 0,50 a 0,80) com destaque para o município de Montes Claros com IDH de 0,78, maior que a média observada na Microrregião a que pertence e também maior que os índices apresentados pela Mesorregião do Norte de Minas e pelo estado de Minas Gerais.

TABELA 6: Produto Interno Bruto (PIB) por setores de atividade econômica a preços correntes, população, renda *per capita*, taxa de alfabetização, esperança de vida e IDH segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG), 2000 (em R\$1.000,00).

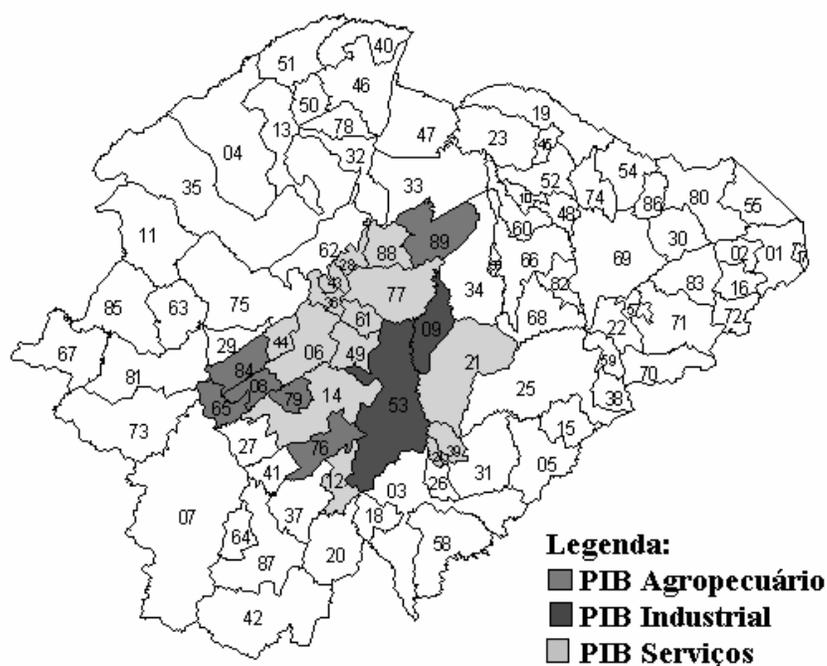
Nº	Municípios	PIB Agropecuária (%)	PIB Industrial (%)	PIB Serviço (%)	PIB Total (em R\$1000,00)	População	Renda Per Capita (R\$1,00)	Índice de Des. Humano (IDH)	Esperança de vida (anos)	Taxa de Alfabetização (%)
01	Brasília de Minas	22	15	62	35.276	30.311	1.163,80	0,691	69	77
02	Campo Azul	51	17	32	4.493	3.579	1.255,28	0,650	67	74
03	Capitão Enéas	11	56	33	65.158	13.133	4.961,61	0,667	67	73
04	Claro dos Poções	31	10	59	18.354	8.205	2.236,95	0,685	67	79
05	Coração de Jesus	32	11	57	44.883	25.767	1.741,86	0,687	69	77
06	Francisco Sá	34	10	56	47.478	23.597	2.012,04	0,662	69	72
07	Glaukilândia	32	6	62	5.193	2.771	1.873,93	0,696	69	83
08	Ibiracatu	26	8	66	6.879	6.544	1.051,30	0,615	67	64
09	Japonvar	17	10	74	10.704	8.133	1.316,18	0,618	67	66
10	Juramento	38	5	57	9.897	3.907	2.533,24	0,680	67	80
11	Lontra	16	12	72	7.046	7.651	920,87	0,643	67	68
12	Luislândia	36	12	52	6.671	6.130	1.088,26	0,634	67	70
13	Mirabela	17	10	73	21.647	12.571	1.722,05	0,658	67	74
14	Montes Claros	3	53	44	1.649.096	307.400	5.364,65	0,784	72	90

¹³ O conceito de Desenvolvimento Humano foi oficialmente apresentado pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990. Segundo esse relatório o conceito de Desenvolvimento Humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. A partir desse conceito, foi desenvolvido um indicador sintético, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por três indicadores: longevidade, nível educacional e padrão de vida. Em 1998, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (MG) apresentaram o primeiro Atlas de Desenvolvimento compreendendo o IDH municipal para todo o Brasil com dados do Censo de 1991; mais tarde, foi atualizado com dados do Censo de 2000.

15	Patis	41	8	51	7.267	5.172	1.405,24	0,605	64	64
16	Ponto Chique	56	8	36	6.086	3.656	1.664,46	0,660	67	78
17	São João da Lagoa	52	7	40	7.294	4.407	1.655,18	0,673	69	73
18	São João da Ponte	37	10	53	28.569	26.066	1.096,00	0,626	67	63
19	São João do Pacuí	61	9	30	4.622	3.669	1.259,52	0,615	67	62
20	Ubái	49	13	38	13.679	10.790	1.267,78	0,651	67	74
21	Varzelândia	31	10	59	23.697	19.197	1.234,40	0,631	67	65
22	Verdelândia	63	10	27	15.455	7.190	2.149,58	0,602	67	61
	MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS	8,4	46,1	45,5	2.039.443	539.845	3.777,83	0,656	67	72
	NORTE DE MINAS	12,0	44,0	43,0	4.934.719	1.494.220	3.302,54	0,648	67	71
	MINAS GERAIS	9,0	43,0	48,0	98.867.500	17.917.925	5.517,80	0,773	71	88

Fonte: Dados da FJP (2003) e do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD).

Quanto à importância do PIB setorial para a Microrregião de Montes Claros, pode-se observar (Mapa 2) que 64% dos municípios têm no setor de serviços sua principal atividade econômica (o que corresponde a 45,5% do PIB total da Microrregião); 27% dos municípios têm no setor agropecuário sua principal atividade econômica (apenas 8,4% do PIB total da Microrregião) e somente 9% desses municípios possuem o setor industrial como atividade econômica principal (corresponde à maior parcela do PIB total da Microrregião; 46,1%).



Mapa 2: Importância do PIB setorial segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG) - 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FJP, 2000.

Ao se observar a principal atividade econômica dos municípios desta microrregião percebe-se o predomínio dos setores de serviços e agropecuário. Entretanto, é no setor industrial que esta microrregião possui a maior participação no PIB.

4.2 Dados infra-estruturais e equipamentos sociais da Microrregião de Montes Claros (MG)

Por meio dos dados infra-estruturais apresentados na TAB. 7 é possível verificar a situação dos municípios em relação à da existência de hospitais,

estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, telefonia, iluminação elétrica e coleta de lixo.

Os dados mostram que o município de Montes Claros possui o maior número de hospitais e leitos. A precariedade da rede de saúde observada na maioria dos outros municípios faz com que a população destes busque o município de Montes Claros para tratar as enfermidades mais graves. Quanto ao número de escolas, destaca-se o município de Montes Claros com o maior número de escolas, e Ponte Chique, Juramento, São João da Lagoa e São João da Ponte com o menor número.

TABELA 7: Situação dos Equipamentos e Serviços sociais nos municípios da Microrregião de Montes Claros – 2000.

Municípios	Hospitais (und.)	Leitos (und.)	Escolas (und.)			Linhas telefônicas (und.)	Iluminação elétrica (imóveis)	Coleta de lixo (domicílios)
			Ens.fundamental	Ens. Médio	Ens. Pré-escolar			
Brasília de Minas	02	95	43	02	06	3.058	24.938	14.737
Campo Azul	-	-	07	01	01	234	2.224	723
Capitão Enéas	01	28	11	01	07	1.057	12.523	5.953
Claro dos Poções	-	-	06	02	03	623	7.443	3.597
Coração de Jesus	02	125	40	04	01	1.625	21.778	6.456
Francisco Sá	01	46	40	02	03	2.665	19.497	9.147
Glaucilândia	-	-	08	01	05	105	2.625	682
Ibiracatu	-	-	11	01	05	198	3.925	988
Japonvar	-	-	08	01	06	233	6.239	1.701
Juramento	01	36	04	01	01	411	3.709	1.963
Lontra	-	-	08	01	02	705	6.854	2.779
Luislândia	-	-	10	01	01	468	5.302	1.575
Mirabela	01	26	13	01	08	1.242	11.341	6.139
Montes Claros	09	1.027	46	44	119	131.955	300.162	279.493
Patis	-	-	09	01	02	135	3.777	683
Ponto Chique	-	-	03	01	01	249	3.114	728
São João da Lagoa	-	-	04	01	02	169	3.269	1.162
São João da Ponte	01	50	04	01	02	198	20.047	4.243
São João do Pacuí	-	-	07	01	03	303	3.284	1.244
Ubai	-	-	22	01	05	552	7.474	1.329
Varzelândia	01	34	28	01	07	738	15.085	5.033
Verdelândia	-	-	14	01	05	182	6.252	1.836

Fonte: IBGE (2004).

Utilizando a técnica *cluster analysis*¹⁴ a partir das seguintes etapas: (i) seleção das unidades territoriais: neste caso, os municípios da Microrregião de Montes Claros; (ii) definição de um conjunto de variáveis para o agrupamento dos municípios, tais como: número de hospitais e leitos, número de escolas, número de linhas telefônicas, número de imóveis com iluminação elétrica instalada e número de domicílios com coleta de lixo, para a análise da infra-estrutura e equipamentos sociais; foi possível identificar três agrupamentos de municípios segundo as variáveis infra-estruturais e de equipamentos sociais da Microrregião de Montes Claros:

TABELA 8: Agrupamento dos municípios da Microrregião de Montes Claros – segundo infra-estrutura e equipamentos sociais, 2000.

Grupo	Municípios
<i>Cluster 1</i>	Brasília de Minas, Coração de Jesus, Francisco Sá.
<i>Cluster 2</i>	Os demais 18 municípios
<i>Cluster 3</i>	Montes Claros

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, 2004.

Montes Claros (*cluster 3*) não se adere a nenhum outro *cluster*, como era de se esperar, já que, este município possui a maior quantidade de cada variável inserida. No *cluster 1*, nota-se a semelhança entre o municípios de Brasília de Minas, Coração de Jesus e Francisco Sá, principalmente quanto ao número de hospitais e leitos e o número de escolas.

¹⁴ Conforme Hair (1998), a análise de *cluster* é também denominada como análise de conglomerados, e define-se como um conjunto de técnicas estatísticas que tem por objetivo agrupar objetos segundo suas características, formando grupos ou conglomerados homogêneos. Os objetos em cada conglomerado tendem a ser semelhantes entre si, no entanto diferentes dos demais objetos dos outros conglomerados. Os conglomerados obtidos devem possuir tanto uma homogeneidade interna (dentro de cada conglomerado), como uma grande heterogeneidade externa (entre conglomerados). Dessa maneira, os objetos dentro dos conglomerados estarão muito próximos, e os conglomerados distintos estarão afastados.

A aglomeração dos municípios que compõem o *cluster* 2 se dá principalmente pela baixa infra-estrutura (inexistência de hospitais, por exemplo) e baixo número de equipamentos sociais.

Esta primeira análise é importante, principalmente para se compreender o acesso que esta população possui a esses recursos econômicos e sociais.

4.3 Os índices de desigualdade, pobreza unidimensional e pobreza multidimensional

A microrregião de Montes Claros (MG) possui elevados índices de desigualdade. Como se nota, todos os municípios possuem o índice de Gini¹⁵ maior que 0,5. Os altos índices de desigualdade de renda dessa microrregião são acompanhados de altos índices de pobreza unidimensional (índice de Sen¹⁶), salvo a cidade de Montes Claros, que como se pôde analisar anteriormente, possui o maior número de equipamentos sociais, já que com maior possibilidade de acesso a bens públicos, a renda dessa população pode ser direcionada ao consumo maior de bens privados. Dos 22 municípios, apenas 5 deles apresentam índice de Sen abaixo de 0,5, constatando que o número de pessoas que vivem com renda insuficiente para a aquisição de bens básicos de sobrevivência é elevado.

TABELA 9: Índices de Gini e de Sen segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG), 2000.

Municípios	Índice de Gini*	Índice de Sen**
Ibiracatu	0,65	0,70
Verdelândia	0,57	0,67

¹⁵ O índice de Gini mede a desigualdade existente na distribuição de indivíduos conforme a renda. Assume valores entre 0 e 1 quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade de renda.

¹⁶ O índice de Sen assume valores entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior o nível de pobreza observado.

Japonvar	0,60	0,66
Ubaí	0,65	0,65
Patis	0,60	0,64
Campo Azul	0,61	0,62
Varzelândia	0,63	0,62
São João do Pacuí	0,56	0,61
Lontra	0,57	0,57
São João da Ponte	0,58	0,57
Luislândia	0,52	0,56
Mirabela	0,59	0,55
Ponto Chique	0,61	0,55
Coração de Jesus	0,63	0,54
São João da Lagoa	0,61	0,54
Capitão Enéas	0,58	0,52
Brasília de Minas	0,61	0,51
Glaucilândia	0,56	0,49
Francisco Sá	0,54	0,48
Juramento	0,53	0,45
Claro dos Poções	0,52	0,43
Montes Claros	0,62	0,27
Microrregião de MOC	0,59	0,55
Minas Gerais	0,62	0,23
Brasil	0,65	0,27

*Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2003), ** elaboração própria com base do Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2003).

Um ponto relevante para esta análise é o fato de a Microrregião de Montes Claros (MG) possuir níveis de desigualdade de renda (0,59) menores que os níveis do estado de Minas Gerais (0,62) e do Brasil (0,65). No entanto, seu índice de pobreza de Sen é aproximadamente duas vezes maior se comparado ao estado e ao país. Tal fato é um indicador de que se deve considerar outros aspectos que não somente a renda para explicar a pobreza na região.

Dessa maneira, constrói-se o índice de pobreza multidimensional, fundamentado no trabalho de Lopes (2003), que se baseou no trabalho de Costa (2002);

utiliza-se a metodologia *Fuzzi Sets* e atribui-se graus¹⁷ às variáveis selecionadas: proporção de pobres (segundo linha de pobreza), proporção de pessoas empregadas com carteira assinada, índice de escolaridade, índice de violência, percentual de residências com água encanada e com banheiro; percentual de residências com coleta de lixo e percentual de residências com energia elétrica (TAB.19, anexo). Tais variáveis foram adotadas por se considerar o papel constitutivo relacionado às liberdades substantivas. Desse modo, tem-se a abordagem multidimensional da pobreza. Baseando-se em Lopes (2003) os graus foram atribuídos da seguinte maneira:

(a) Para as variáveis: proporção de pobres (segundo linha de pobreza, considerando-se pessoas com renda insuficiente) e mortalidade infantil (até 1 ano de idade):

$$x_{ij} \geq 0,8 = \text{grau } 1$$

$$0,8 > x_{ij} \geq 0,6 = \text{grau } 0,75$$

$$0,6 > x_{ij} \geq 0,4 = \text{grau } 0,50$$

$$0,4 > x_{ij} \geq 0,2 = \text{grau } 0,25$$

$$0,2 > x_{ij} \geq 0 = \text{grau } 0$$

Quanto mais próximo de 1, maior é o grau de pobreza, mais elevada é a população com renda insuficiente para obter o mínimo necessário à sua sobrevivência.

(b) As variáveis: proporção de pessoas empregadas com carteira assinada, índice de escolaridade, proporção de domicílios com água encanada e banheiro; com coleta de lixo e com energia elétrica, são tratadas da seguinte maneira:

$$x_{ij} \geq 0,8 = \text{grau } 0$$

$$0,8 > x_{ij} \geq 0,6 = \text{grau } 0,25$$

$$0,6 > x_{ij} \geq 0,4 = \text{grau } 0,50$$

¹⁷ Os graus variam entre 0 e 1, 0 quando se tem o maior percentual ou a melhor situação no município, isto é, o município é bem dotado daquele atributo (variável em análise) 1 quando se tem o menor percentual ou nenhum; ou a pior situação no município, ou seja, o município não é dotado ou pouco dotado daquele atributo.

$0,4 > x_{ij} \geq 0,2 = \text{grau } 0,75$

$0,2 > x_{ij} \geq 0 = \text{grau } 1$

Quanto mais próximo de 0 , menor é o grau de pobreza, melhor é o acesso ao mercado de trabalho, à segurança, aos bens sociais.

(c) A variável índice de violência foi tratada segundo a classificação dos municípios em relação ao país. Assim, tem-se:

x_{ij} entre os 10% melhores = grau 0

x_{ij} entre os 25% melhores = grau 0,25

x_{ij} entre os 50% melhores = grau 0,50

x_{ij} entre os 75% melhores = grau 0,75

x_{ij} entre os 25% piores = grau 1

Portanto, por meio desses dados é possível encontrar o peso que cada uma dessas variáveis exerce em uma determinada região utilizando a fórmula:

$$w_j = \log \left[n / \sum_{i=1}^n x_{ij} n_i \right] \geq 0$$

O peso w_j referente ao j -ésimo atributo considera a intensidade da privação do atributo j e é definido por uma função inversa do grau de privação do atributo em questão. Quanto menor o número de famílias não dotadas de um determinado atributo maior o peso deste atributo. Note-se que está implícita na forma funcional deste peso a noção de pobreza relativa (LOPES, 2003:24).

A partir da TAB. 10 pode-se verificar qual das variáveis selecionadas para investigação da pobreza multidimensional possui uma menor quantidade na microrregião de Montes Claros (MG).

TABELA 10. Intensidade da pobreza segundo atributos indicadores de pobreza multidimensional: microrregião de Montes Claros (MG), 2000.

Municípios	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios com Coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	% de empregados com carteira assinada acima de 10 anos de idade	% de pobres	Mortalidade (até 1 ano de idade)e	Classificação do Índice de violência	Índice de Escolaridade
Brasília de Minas	0,50	0	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Campo Azul	0,75	0,50	0,50	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Capitão Enéas	0,50	0,50	0	0,75	0,75	0,25	0,50	0,75
Claro dos Poções	0,50	0,25	0	1	0,5	0,25	1	0,75
Coração de Jesus	0,75	0,50	0	1	0,75	0,25	0,75	0,75
Francisco Sá	0,50	0,25	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Glaucilândia	0,75	0	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Ibiracatu	1	0,75	0,50	1	0,75	0,25	0,50	1
Japonvar	0,75	0,25	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Juramento	0,5	0	0	0,75	0,50	0,25	0,50	0,75
Lontra	0,75	0,50	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Luislândia	0,75	0,25	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Mirabela	0,50	0,25	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Montes Claros	0	0	0	0,75	0,25	0,25	0,75	0,25
Patis	0,75	0,75	0,50	1	0,75	0,50	0,50	0,75
Ponto Chique	0,75	0,75	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
São João da Lagoa	0,75	0,50	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
São João da Ponte	0,75	0,50	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
São João do Pacuí	0,75	0,25	0,25	1	0,75	0,25	0,50	1
Ubaí	0,75	0,75	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Varzelândia	0,75	0,50	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Verdelândia	0,50	0,50	0,25	1	1	0,25	0,50	1
W_j	0,19	0,41	0,80	0,02	0,15	0,58	0,26	0,12

Fonte: elaboração própria com base nos Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) e Atlas da Exclusão Social (2004).

Como se pode verificar, o atributo que revela emprego na região – proporção de pessoas com carteira assinada – é o mais raro (peso de 0,02), seguido a este atributo o segundo mais escasso é a escolaridade (0,12), o que nos leva a refletir que há na região uma mão-de-obra pouco especializada. Em terceiro lugar, como uma medida da renda, o atributo percentual de pobres (0,15) revela uma intensidade de pessoas que vivem com renda abaixo da linha de pobreza (R\$ 75,50 em 2000) apontando que a renda é um recurso financeiro insuficiente na região associado ao alto índice de desigualdade da microrregião de Montes Claros (0,59). Em quarto o acesso à água e saneamento básico (0,19) é um outro problema que afeta a população pobre da região. Em quinto lugar, e não menos importante, a segurança (0,26), apontando perda de bem-estar, isso é, afirmando a vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas.

A partir dos dados da TAB. 10 foi possível construir os índices de pobreza multidimensional para os municípios da Microrregião de Montes Claros (MG).

TABELA 11: Índices de pobreza multidimensional – MB (a_i), segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG), 2000.

Municípios	MB (a_i)
Patis	0,59
Ibiracatu	0,56
Campo Azul	0,49
Ponto Chique	0,45
Ubaí	0,45
Verdelândia	0,42
São João da Lagoa	0,41
São João da Ponte	0,41
São João do Pacuí	0,38
Japonvar	0,37
Luislândia	0,37
Coração de Jesus	0,36
Lontra	0,33
Varzelândia	0,33
Capitão Enéas	0,31
Claro dos Poções	0,31

Francisco Sá	0,27
Mirabela	0,27
Glaucilândia	0,25
Brasília de Minas	0,23
Juramento	0,22
Montes Claros	0,17
Microrregião de Montes Claros – MG	$\mu_{\beta} (a_i)$ 0,36

Fonte: elaboração própria com base nos Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (2003) e Atlas da exclusão social (2004).

Quando se analisa a pobreza, considerando outros fatores que não somente a renda, isso é, a pobreza em seu aspecto multidimensional, constata-se na microrregião de Montes Claros (MG), apenas 5 municípios com pobreza mais intensa segundo o índice MB (a_i): Patis (0,59), Ibiracatu (0,56); Campo Azul (0,49); Ponto Chique (0,45) e Ubaí (0,45). Porém, o grau de pobreza multidimensional desses municípios ainda é menor se comparado ao grau de pobreza econômica (unidimensional). Basta verificar que para a microrregião de Montes Claros (MG), o índice de pobreza unidimensional é aproximadamente uma vez e meia maior que o índice pobreza multidimensional. A análise comparativa desses dois índices é importante para ressaltar que há relação entre a pobreza econômica e a pobreza multidimensional, porém deve-se ter o cuidado para que tais indicadores não sejam utilizados como parâmetro que justifique apenas políticas de crescimento econômico, em detrimento de investimentos em educação, saúde, lazer, segurança o que tenderia a elevar a pobreza multidimensional na região.

Considerando a renda como um meio importante para obtenção de capacidades básicas (embora não seja o único), foram traçadas inter-relações entre desigualdade de renda e índice de pobreza multidimensional, a partir de agrupamentos homogêneos utilizando novamente a técnica *cluster analysis*.

TABELA 12: Agrupamento dos municípios da microrregião de Montes Claros (MG), segundo índice de Gini e índice de pobreza multidimensional – 2000.

Grupo	Municípios
<i>Cluster 1</i>	Brasília de Minas, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Francisco Sá, Glaucilândia, Juramento, Lontra, Mirabela e Montes Claros.
<i>Cluster 2</i>	Campo Azul, Coração de Jesus, Japonvar, Luislândia, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia.
<i>Cluster 3</i>	Ibiracatu e Patis.

Fonte: elaboração própria.

O *Cluster 1* se caracteriza por municípios menos pobres, porém com alta desigualdade de renda. Um exemplo é a cidade de Montes Claros que possui um elevado índice de desigualdade (0,62), embora possua o menor grau de pobreza da microrregião (0,17), o que não significa que não se encontre nesse município pessoas em situação de pobreza extrema.

O *Cluster 2* é representando por municípios com pobreza mais intensa que o agrupamento anterior e elevada desigualdade de renda.

O *Cluster 3*, formado apenas pelos municípios de Ibiracatu e Patis representam os municípios em pior situação na microrregião. Além de altos índices de desigualdade, estes municípios possuem um grau de pobreza elevada (acima de 0,5).

4.4 Pesquisa de campo

Partindo do conceito referido por Lavinias (2002) que uma das principais características do pobre é receber algum tipo de assistência social, decidiu-se selecionar para a pesquisa pessoas consideradas pelo poder público como vivendo em situação de

pobreza. A população de estudo foi assim constituída de 23,9 mil famílias¹⁸ que recebem o benefício Bolsa Família na cidade, conforme banco de dados fornecido pela Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Foi realizado um pré-teste¹⁹ junto a 40 famílias listadas como beneficiárias do Programa Bolsa Família, das quais 96% (38,4 famílias) afirmaram que pertenciam à categoria das pessoas pobres e 4% (1,6 famílias) afirmaram não pertencer. Tal fato permitiu delimitar, com base nessa variável e para fins de cálculo do tamanho da amostra, a proporção 'p' de 95% e a proporção complementar 'q' de 5%, dada a homogeneidade das respostas entre as pessoas pesquisadas.

A amostra foi assim definida utilizando a fórmula:

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{E^2(N-1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde,

- **z** é a variável normal padronizada de um intervalo, a um nível de 95% de confiança; no caso $z = 1,96$;
- **E** é o erro máximo admitido, definido como de 3,5%;
- **p** é a proporção com que o fenômeno ocorre na população, definido, como antes indicado como de (95%);
- **q** (5%) é a proporção complementar de p;

¹⁸ Por família entende-se aqui uma série de arranjos e tipos de família, desde a família nuclear simples, nuclear extensa, monoparental feminina simples, monoparental feminina extensa, à família homossexual, comunitária. A diversidade das formas de família expressa diferentes maneiras de organização da vida privada, em cada cultura, no tempo e no espaço, relacionados às condições de vida e aos valores dos grupos sociais.

¹⁹ A aplicação do formulário foi feita em conjunto com outra acadêmica, visando minimizar os custos da pesquisa. Dessa forma, o instrumento de coleta de dados continha questões que interessavam aos dois trabalhos, os quais, embora com objetivos distintos, tratavam da mesma temática e público alvo.

- **N** é o tamanho da população.

Logo,

$$n = \frac{1,96^2 \cdot 0,95 \cdot 0,05 \cdot 23954}{0,35^2 (23954-1) + 1,96^2 \cdot 0,95 \cdot 0,05}$$

$$n = 149.$$

Após a definição do tamanho da amostra, foi realizado um sorteio aleatório para estabelecer as 149 (cento e quarenta e nove) famílias para as quais os formulários (anexo) seriam aplicados.

Por compreender que era preciso aprofundar algumas questões para percepção de como vivem estas pessoas, como vivenciam as diversas situações de pobreza e para auxiliar nas análises dos formulários, foram realizadas, em uma segunda fase, entrevistas focalizadas com 15 famílias. Dos 43 bairros onde foram aplicados os formulários, selecionaram-se quatro deles para a realização das entrevistas: Vila Mauricéia, Vila São Francisco de Assis, Vila Ipiranga e Carmelo; por se encontrar nesses bairros algumas pessoas em situações de precariedade socioeconômica extremas. Desta forma, esta pesquisa parte de dois grupos: as 149 famílias respondentes dos formulários e as 15 famílias entrevistadas, assim, os formulários juntamente com as entrevistas, possibilitam perceber como essas pessoas desfrutam ou não as liberdades substantivas e instrumentais e, assim caracterizar como a pobreza é vivenciada na cidade de Montes Claros (MG).

4.4.1 Quem são os pobres da região de Montes Claros (MG)?

Nesta seção intenta-se mostrar um pouco da face, aprofundar no conhecimento de quem são os pobres de Montes Claros (MG). Esse estudo entende as pessoas pobres a partir da referência analítica de Sen (2000), como aquelas que sofrem privações de exercerem suas liberdades substantivas e instrumentais; carentes de oportunidades básicas, como acesso à educação, à saúde, ao lazer, à alimentação adequada; vulneráveis a situações de fome; mais propensos à morte prematura; muitas vezes desempregados ou com empregos precários; com renda insuficiente para sobrevivência. Tais situações podem incidir ao mesmo tempo, ou isoladamente. Como já referido anteriormente, a caracterização de quem, em geral, são essas pessoas, que passam por inúmeras privações, foi feita a partir dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Montes Claros – MG. A pesquisa foi realizada entre os meses de outubro de 2006 e janeiro de 2007.

Das pessoas respondentes, 3% são homens e casados e 97% são mulheres, destas 60% são casadas, 20% solteiras, 13% separadas e 7% viúvas. O fato do maior percentual de pessoas pesquisadas ser do sexo feminino condiz com a proposta do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que considera a mulher como público-alvo preferencial para recebimento do benefício pela família. Segundo o MDS esta decisão leva em consideração o papel da mulher na manutenção da família e sua capacidade de utilizar os recursos para benefício familiar. Ou seja, há nesse ponto um viés em termos de política pública que coloca a mulher como a responsável pelo setor produtivo.

Das famílias pesquisadas, no cômputo total dos benefícios da rede de proteção social, 95% são contempladas com a Bolsa Família, 2% Bolsa Alimentação²⁰ e 3% Bolsa Escola. Considerando o estabelecido pelo programa, somente famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 e que tenham gestantes, nutrizes e crianças e/ou adolescentes entre 0 e 15 anos estão aptas a receber o benefício. O GRAF. 6 aponta que 6% dos beneficiários são gestantes e nutrizes e que a grande maioria das famílias (41%) recebe o benefício para uma única criança ou adolescente, porém, é bem significativo o número de famílias beneficiadas que possuem acima de 2 crianças ou adolescentes (52%).

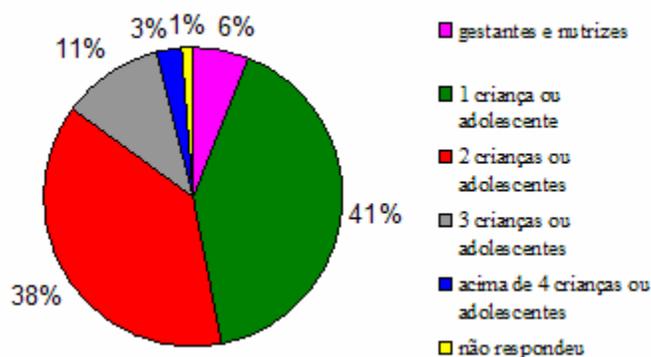


Gráfico 6: Tipos de beneficiados por família – Montes Claros (MG), 2006.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros – MG, outubro de 2006.

Das 149 famílias pesquisadas têm-se uma totalidade 667 membros, dos quais 256 pessoas são beneficiárias do PBF, se distribuem entre gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes que recebem benefício. Como informa a TAB. 13, o maior número de pessoas beneficiadas pertencem a famílias compostas por 4 e 6 membros (70%); em segundo lugar

²⁰ As famílias que informaram receber Bolsa Alimentação e Bolsa Escola, referem-se à Bolsa Família, no qual unificou os outros programas. O que acontece é que algumas famílias ainda não atualizaram o cartão, e por esse motivo, recebem o Bolsa Família, porém com o cartão da Bolsa Alimentação ou Bolsa Escola.

a famílias entre 1 e 3 membros (18%) e apenas 12% pertencem a famílias com números de membros acima de 7 membros.

TABELA 13: Quantidade de crianças beneficiadas por composição familiar segundo quantidade de membros, Montes Claros – MG, 2006.

Quantidade de crianças beneficiadas	Número de pessoas que compõe a família				
	1 a 3 membros	4 a 6 membros	7 a 9 membros	10 a 12 membros	Acima de 12 membros
0	2*	7*	0	0	0
1	28	31	2	0	1
2	16	88	6	2	0
3	0	45	0	3	0
4	0	8	4	0	0
5	0	0	5	0	0
8	0	0	0	8	0
Total	46	179	17	13	1

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros – MG, outubro de 2006.

* nesse caso são gestantes e nutrizes.

Das 15 famílias entrevistadas, somente 2 delas possuem menos que 5 membros. A FIG. 1 abaixo exemplifica a composição familiar da grande maioria dos grupos entrevistados.



Figura 1: Composição familiar acima de 4 membros, Montes Claros (MG), 2007.

Sobre a origem das famílias pesquisadas, 57% dos seus membros nasceram em Montes Claros (MG), 30% em outras cidades do Norte de Minas Gerais e 13% em outras regiões. Daqueles que vieram morar na cidade 43% deles justificaram como principal motivo o familiar, seguido de busca de emprego e melhores de condições de vida respectivamente.

Em relação às dificuldades que encontram para sobreviver (TAB. 14), a insuficiência de renda é apontada como a principal (34,9%), seguida da escassez de emprego (26%) e pela alimentação insuficiente ou inadequada (7%). Nota-se que questões como saúde, moradia e violência ocupam aproximadamente 9% das preocupações dessas pessoas e que as demais (4,2%) são ocupadas por inseguranças em relação ao custo de vida, discriminação, expectativa de vida, impostos elevados, localização da moradia e oportunidades em geral.

TABELA 14: Dificuldades de sobrevivência (%) – Montes Claros – MG, 2006.

Dificuldades	(%)
Renda	34,9
Emprego	26
Alimento	8,7
não respondeu	6,7
Todas	5,4
Nenhuma	4,7
Saúde	4,7
Moradia	2,7
Violência	2,0
Discriminação	0,7
Expectativa de vida	0,7
Impostos	0,7
Localização	0,7

Oportunidade	0,7
Custo de vida	0,7

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Uma imagem da pobreza reproduzida pelas dificuldades de sobrevivência é o pobre como representado como explorado, pauperizado. Nota-se em diversos depoimentos a exploração do trabalhador em que a precariedade do emprego conduz a situações de privações de diversos tipos de liberdade:

Já passei dificuldade quando eu morava debaixo da lona. Já aconteceu de eu levar arroz com farinha para o serviço porque não tinha feijão, carne, não tinha nada. É por isso que eu digo que não abandono minha carroça para trabalhar para os outros porque sei que vou voltar a passar fome.
(A. P.A, homem, 42 anos, casado, 2 filhos).

Há outras abordagens teóricas que identificam os pobres como aquelas pessoas que vivem à margem do centro, estigmatizadas, classificado por Bajoit (2006) de pobre como marginal:

A gente vai pegar reciclagem o povo já fica falando sabe? Chama a gente de catador. “Já vêm eles já!”. Eles xingam, maltratam. Tem hora que a gente pede água, eles não dá, negam principalmente água.
(A. S. F. S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Sou catadora, é um meio de sobrevivência e as pessoas vê isso como discriminação: “Ah, sua lixeira. Ah! Você está engordando porque está comendo lixo. Ah! Sua catadora!” A única coisa que eu faço é chorar. Eu me sinto muito triste com isso. Porque é um trabalho digno, é um trabalho digno.
(G. D. A. M, mulher, 36 anos, separada, 7 filhos).

O povo tem medo! Vou te contar, um dia eu fiquei até com vergonha de uma mulher falar comigo: ela me perguntou se eu queria uma ajuda aí, eu disse que se ela tivesse que eu queria. Daí ela disse: “ô dona, só que a gente tem medo de vocês”. Eu disse não precisa ter medo de nós não porque somos iguais a você. Esse medo porque eles são ricos e eu sou pobre. Eu me sinto excluída, mas nós somos como eles, feitos da mesma carne.
(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Para alguns obterem auxílio, ajuda, é preciso se colocarem para os outros como pobres. É o que Paugam (2003) define como adotar um *status* desvalorizado é necessário comprovar sua pobreza, permitir que os outros conheçam sua inferioridade ou o seu fracasso:

Eu peço, se precisar eu peço mesmo. Eu já saio chorando porque é uma humilhação muito grande. Muitos acham que você está pedindo porque você quer, porque você não pode trabalhar? E outros não, ajudam de bom coração. Só que para ajudar você tem que explicar, você tem que falar. Uns te dá e não quer nem saber, outros não. Então quando eu chego a ir eu já vou chorando, eu sei: a gente sofre!

(A.A.F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

Existem aqueles que se sentem isolados e por vezes desestimulados, um retrato daqueles que estão em situação de pobreza porque são desafiados:

O prefeito esqueceu de nós na Mauricéia, disse que limparia aqui e olha como esta aí! Está entrando até rato. A maioria do povo aqui tem condição de trabalhar. Aqui era só lona não sei se você lembra. Deveria mudar pelo menos essa parte de luz pra gente. Nós somos esquecidos. Zé ninguém. A Vila Oliveira era pior, não melhorou? Aqui o povo está esquecendo de nós. Nós estamos esquecidos.

(A. S. F. S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Há ainda aqueles pobres que são dependentes. Conforme Bajoit (2006), não possuem capital social suficiente, formação, informações, associatividade. É possível perceber que, embora aleguem ser humilhante, a mendicância para alguns é uma fonte de sobrevivência:

Não sei ler nem escrever. As pessoas me perguntam porque eu peço esmola? Aí eu falo que eu não tenho condições. Tem uns que ajudam, outros não. Fico triste, né? Aqui é muito ruim porque não tenho ajuda de ninguém. Os políticos hoje em dia prometem muita coisa e não faz nada.

(J. S. A, mulher, 32 anos, solteira, 2 filhos).

Como referenciado por Bajoit (2006) essas representações possuem relações entre si, e por muitas vezes, o pobre é tudo isso ao mesmo tempo: explorado, marginal, desafiado e dependente. No entanto, alguns desses retratos ressaltam mais. Há que se

considerar que essas pessoas que vivem em situação de pobreza, em situação socioeconômica precária, vivem dificuldades diferentes e, portanto agem de forma desigual frente a tal situação. Enquanto há aqueles que esperam por melhorias, outros buscam formas para enfrentamento da pobreza:

Minha vida melhorou bastante porque eu não sou o tipo de pessoa que espera. Gente me dá as coisas, mas eu gosto muito de trabalhar, esforçada demais. Se depender de mim eu trabalho, não espero nada cair do céu, porque nada vai cair mesmo. Tem que trabalhar mesmo! A forma que eu encontrei foi o trabalho, porque sem trabalhar ninguém faz nada não. Ficar esperando dos outros não dá! Estou trabalhando, mexendo em reciclagem. Aqui em casa era um cômodo só e hoje tem 4 cômodos e um banheiro simples. Era lona e quando chovia molhava tudo, hoje não molha.
(A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Quando questionados se consideram pertencer à categoria dos pobres, 82% afirmaram que sim e apenas 18% não se julgavam pobres. Dentre os principais motivos apontados pelos que consideraram pertencerem à categoria de pobres: 60% justificaram ter baixa renda ou insuficiente para as necessidades básicas, 24% não souberam responder, 5% associaram à falta de emprego, 5% ao baixo padrão de vida e os 6% restantes associaram a outros motivos, tais como: alimentação, moradia, conforto precário.

Considerando o caráter multifacetário da pobreza, fica ainda mais clara a distinção das condições de vida entre os próprios pobres, principalmente ao se comparar àqueles que possuem um trabalho, mesmo que no setor informal (como se percebe na fala acima) à situação daquelas famílias que estão afastadas do mercado de trabalho, e que não possuem nenhum tipo de benefício:

Eu queria trabalhar, ganhar um salário, construir esse cômodo, fazer um banheiro. Meu sonho é construir esse cômodo! Fazer outra cama e outra cama, porque eu durmo no chão, eles (filhos) na cama. Eu queria pelo menos ter uma cama e água, dentro de casa não tem água. Tem vez que não tem nada, né? Agora mesmo está faltando umas coisinhas, aí eu fui na rua arrumei uma lenha, ganhei um macarrão, uma gordura.
(J. S. A, mulher, 32 anos, solteira, 2 filhos).

Alguns acumulam desvantagens para sobreviver, e apesar da capacidade que possuem de reconhecer a penúria de suas condições de vida, há certa acomodação:

Eu estou parado. Se nós tivesse dinheiro nós num estava num lugar desses, só se vê coisa errada e criar os filhos num lugar desse também é ruim. Ninguém quer criar os filhos num lugar desse, eu mesmo se tivesse condição não morava aqui. A dificuldade é uma coisa só: é o estabelecimento de vida que a gente tem, é só isso aqui mesmo, não tem como sair daqui e ir para lugar nenhum.
(C. J. S, homem, 30 anos, casado, 7 filhos).

A partir da apreensão desse sentimento de pertencimento à categoria dos pobres, parte-se para uma análise mais específica sobre as privações das liberdades substantivas e instrumentais, isto é, os papéis da liberdade: constitutivo e instrumental; vivenciada por esta população.

4.4.1.1 Liberdades substantivas

O papel constitutivo da pobreza está relacionado às liberdades substantivas. Significa que a expansão dessas liberdades são partes constitutivas do desenvolvimento, isto é, o *fim* primordial do desenvolvimento. Segundo Sen (2000) as liberdades substantivas incluem *capacidades elementares* como impedir privações básicas, tais como analfabetismo, fome, subnutrição, morbidez evitável e morte prematura, ter participação política, liberdade de expressão.

Considerando essas capacidades ditas como elementares observam-se algumas variáveis, descritas a seguir, para averiguar quais são as situações que limitam as liberdades substantivas e, portanto, condicionam algumas pessoas a situações de pobreza na cidade de Montes Claros (MG).

Em relação à educação, 91% das pessoas pesquisadas afirmaram que sabem ler e escrever. Destas, 2% afirmam que freqüentam escolas privadas, 7% freqüentam escolas públicas, 90% não freqüentam mais a escola, mas já freqüentaram e 1% diz nunca ter freqüentado a escola.

As pessoas pesquisadas apresentam um baixo grau de instrução (GRAF.7) já que ao todo 54% indicaram ter estudado no máximo até a 8ª série do ensino fundamental, 27% possuem o ensino médio e apenas 1% ensino superior. Dos filhos entre 0 e 15 anos, considerando que crianças com idade escolar devem freqüentar a escola como requisito para obtenção do benefício, o grau de escolaridade é maior no ensino fundamental (71%), seguido daqueles que freqüentam a pré-escola (14%).

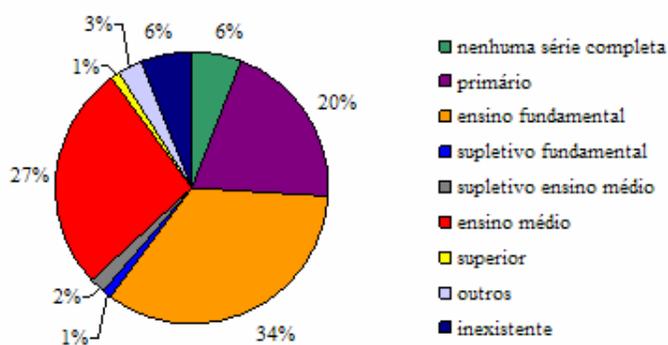


Gráfico 7: Grau de instrução, Montes Claros (MG), 2006.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Segundo Barros e Mendonça (1995), é indiscutível que a probabilidade de um trabalhador ser pobre reduz conforme o seu nível educacional. A entrevistada abaixo, refere-se à educação como uma forma de sair da situação de pobreza, atribui seu desemprego ao seu analfabetismo:

Eu não sei ler nem escrever, não aprendi nada. Meu marido também não. Mas meus filhos, graças a Deus, eu coloquei na escola, o recebimento do Bolsa Família ajuda. É por isso que eu espero que meus filhos não sigam o meu sofrimento, que eu passei. Eu aconselho todo o dia, digo para os meus filhos que tem que trabalhar, tem que estudar. Igual, eu digo para eles: o estudo vale tudo! Porque o que aconteceu com nós (ela e marido) foi o seguinte, quem tinha leitura ia trabalhar e nós como não tinha não conseguimos trabalhar e foi isso aí como eu estou vendo, não sabe ler, aí não encontro emprego.
(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Sobre a quantidade de alimentos ingerida (TAB. 15), 56% das famílias avaliam que às vezes ela não é suficiente; 24% declaram que a quantidade normalmente não é suficiente e apenas 20% atestam ser sempre suficiente. Quando questionados sobre já terem passado fome, 24% dos pesquisados afirmaram já ter passado fome durante a vida e/ou algum membro de sua família, 13 pessoas disseram ter passado fome por 2 dias.

TABELA 15: Exposição a situações de Privação Alimentar (Fome), Montes Claros (MG), 2006.

Quantidade de dias que passaram fome durante toda a vida	Quantidade de pessoas
1	3
2	13
3	8
4	2
5	3
6	1
7	2
10	1
30	1
60	1
Total	35

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Em alguns casos, a situação de privação alimentar é enfrentada através do emprego, mesmo que informal para alguns, embora que se considere que falte alguns produtos alimentares:

Em 94 já passamos muita “precisão”, já passamos até fome, mas hoje não. Meu marido trabalha e eu trabalho com reciclagem. Não tenho de tudo para dar para elas (filhas), não falta as coisas de comer na verdade, mas sempre falta, mas não tanto! Arroz, feijão, por exemplo, eu tenho em casa. Uma fruta, uma verdura, de vez em quando tem.

(A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Eu trabalho com faxina, sabe? O dia que eu não tinha nada em casa, não tinha feijão, não tinha arroz, não tinha nada para comer. Aí eu saí de manhã, cheguei depois das 5 horas da tarde, mas levei meus 12 contos que eu ganhei com a faxina que eu consegui. Mas só deu para duas semanas muita gente né?

(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Embora alguns não sejam vulneráveis às situações de privação alimentar por meio das formas que encontraram para trabalhar, outros encontraram na mendicância, durante um tempo, uma maneira para obter alimentos.

Fome, fome eu não passei porque eu ia para rua pedir. Desde que eu moro com meu marido eu andava era pedindo com ele, não tinha casa para morar. De uns sete anos para cá que eu parei.

(E. A. F, mulher, 27 anos, casada, 3 filhos).

Em outro exemplo semelhante, porém, há mendicância com participação dos filhos:

Eu peço ajuda. É muito triste né? Porque meus filhos me pedem uma coisa eu não tenho. Daí quando eu chamo eles para irem para rua pedir eles diz “ô mãe eu não posso pedir estou com vergonha”. Mas eu vou fazer o que? Tenho que conseguir alimento. Aí eu digo, se vocês não querem ir para rua pedir, fique aí que eu vou!

(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

À pergunta se já houve casos de crianças desnutridas na família, 26% responderam que sim. Desses, 60% indicaram que contornaram a situação por meio da ajuda da Pastoral da Criança²¹; 22% pelo atendimento médico, seja do posto de saúde ou

²¹ A Pastoral da Criança surgiu em 1982, em uma reunião das Organizações das Nações Unidas (ONU) em Genebra, quando surgiu a proposta de que a Igreja poderia ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que faleciam de doenças facilmente preveníveis como a desidratação provocada pela diarreia. Atualmente, a Pastoral da Criança vem sendo destacada como uma das mais importantes organizações do mundo a trabalhar em saúde, nutrição e educação da criança, do ventre materno aos seis anos de vida, abrangendo famílias e comunidades. Atua, essencialmente, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano e rural, quanto em áreas indígenas. (NEUMANN, 2000).

hospital; 9% por ajuda governamental; 6% por tratamentos caseiros, 3% com ajuda dos parentes.

4.4.1.2 Liberdades instrumentais

As liberdades instrumentais que as pessoas desfrutam representam o principal *meio* para o desenvolvimento; contribuem para a promoção do desenvolvimento. Sen (2000) destaca cinco tipos de liberdades instrumentais: i) Facilidades econômicas, ii) Oportunidades sociais, iii) Liberdades políticas, iv) Garantias de transparência e v) Segurança protetora.

1) *Facilidades econômicas*: conforme Sen (2000) são as oportunidades que as pessoas têm para fazer uso dos recursos econômicos com finalidade de consumo, produção ou troca. Nesse sentido, analisam-se as condições de moradia, emprego e renda.

Sobre as condições de moradia, 34% dizem ser boas, 36% satisfatórias, 18% afirmam ser ruins e 12% não souberam responder. No geral as pessoas estão satisfeitas. As características do domicílio refletem esta opinião, já que, 60% dos pesquisados possuem casa própria, 69% dizem que as casas não são rústicas.

Das moradias, conforme TAB. 16, 50% possuem entre 4 e 5 cômodos; 75% das casas têm entre um e dois dormitórios, considerando que a maioria das famílias beneficiadas pelo programa têm composição familiar entre 4 e 6 membros, o número de dormitórios é relativamente pequeno; 94% possuem um banheiro, 97% possuem rede geral de abastecimento de água e 88% das casas têm rede geral de escoadouro sanitário.

TABELA 16: Características do domicílio, Montes Claros (MG), 2006.

Tipo	(%)	Ocupação	(%)
casa não rústica	69	próprio já pago	60
casa rústica	24	próprio em aquisição	1
Apartamento	1	Alugado	12
Cômodo	5	cedido por particular	24
não respondeu	1	Outra	1
Quantidade de dormitórios	(%)	Não respondeu	2
entre 0 e 1	27	Quantidade de banheiros	(%)
Dois	48	Nenhum	1
entre 3 e 4	22	Um	94
acima de 5	2	Entre 2 e 3	4
não respondeu	1	Não respondeu	1
Quantidade de cômodos	(%)	Tipo de escoadouro sanitário	(%)
Um	2	Rede geral	88
entre 2 a 3	17	Fossa séptica	5
entre 4 e 5	50	Fossa rudimentar	1
acima de 6	30	outros escoadouros	1
não respondeu	1	Não respondeu	5
Abastecimento de água	(%)		
rede geral	97		
poço ou nascente	1		
outra forma	1		
não respondeu	1		

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Embora, no geral, as pessoas pesquisadas afirmarem satisfeitas com as condições de moradia, há alguns contrastes entre os grupos respondentes que foi percebido em algumas entrevistas e evidenciam casos de moradias precárias (FIG.2), com apenas dois cômodos para famílias com mais de 7 membros. Desse modo, o tipo e o tamanho da moradia, o abastecimento de água e esgoto, quando precários limitam o bem-estar de algumas famílias:

A gente já passou dificuldade demais. A casa aqui mesmo, é de adobe. Eu até fico com medo de ficar aqui porque é de adobe, aqui para você ver as paredes estão rachando, pode desabar. Quando chove entra água, as condições não são boas.
(J. S. G, 20 anos, casada, 3 filhos).

Eu não queria ter dinheiro, você está entendendo? Eu queria é ter uma casa maior, ter um quarto para os meus filhos, para os meus filhos ficar tudo comigo, não ficar assim separada dos meus filhos. Três moram comigo, duas meninas moram com a avó. Um (filho) foi adotado. Eu queria ter casa grande e a casa fechada para meus meninos não saírem para a rua. Aqui tem energia, mas não tem água, o problema é minha água. Eu tenho que pegar lá em cima, daí é mais difícil. É ruim ninguém vive sem água.

(F. S. P, mulher, 27 anos, casada, 6 filhos).



Figura 2: Moradia rudimentar, Montes Claros - MG, 2007.

Cunha (2004) considera que há uma grande dificuldade em distinguir centro-periferia, ou melhor, de considerar “a prevalência de uma situação “dual” nas aglomerações urbanas brasileiras”, pois, é possível verificar a presença de ricos e pobres, incluídos e excluídos em um mesmo espaço. Porém, segundo o autor, é muito visível a segmentação sócio-espacial em grande parte das aglomerações urbanas brasileiras, já que, sabe-se que a “periferia” é aquele espaço “desprovido de serviços, amenidades e até mesmo de espaços adequados de sociabilidade” reservado para os mais pobres. Como se pode observar na FIG.3, do lado direito da rua, ao fundo, há presença de casas luxuosas, na FIG.4 do lado

esquerdo da mesma rua, está localizada a “favela” da Vila Mauricéia, como os próprios moradores a denominam.



Figura 3: Vila Mauricéia, Montes Claros - MG, 2007.



Figura 4: Vila Mauricéia, Montes Claros - MG, 2007.

Além da segregação, Kaztman (2001) apud Cunha (2004) aponta mais duas variáveis que caracterizam o “isolamento social” dessas pessoas: as condições precárias (de moradia, infra-estrutura, qualidade ambiental) e instabilidade do mercado de trabalho. É perceptível o descontentamento daqueles que residem nesses espaços, e o desejo de morar em um outro lugar, que ofereça condições de vida mais adequadas:

Não é gostar porque se fosse para mudar daqui eu queria, porque morar num lugar desses daqui, do jeito que está, muita malandragem, muito violento. Todos os lugares estão violentos mas aqui está pior. Ainda com criança, eu queria ir para um lugar mais sossegado. Mas com fê em Deus um dia eu vou comprar um lote pra gente mudar daqui. Eu não queria morar aqui mais não. Este é meu sonho. (A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Dessa maneira, o fato de morar em periferias, principalmente aquelas com má reputação, com alta criminalidade, em alguns casos constitui uma desvantagem para que as pessoas pobres insiram no mercado de trabalho:

Eu queria arrumar uma faxina. Eu penso que arrumando uma faxina vou dar uma vida melhor para os meus filhos. Eu penso em trabalhar fora. Aí “onde você mora?: na Mauricéia”. Eles não aceitam, entendeu? Fala que a Mauricéia é perigoso. Não quer dizer que na Mauricéia tem traficante, na Mauricéia tem ladrão, que todos é. Eu não tenho vergonha de falar, quando a minha feira não dá, eu vou pra rua pedir esmola, eu ganho bastante. Aí eles me chamam pra trabalhar, eu trabalho duas semanas, uma semana, depois que eles passam a descobrir onde eu moro, eles não me chamam. Eu não trabalho mais. (A. A. F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

A mulher estava precisando de uma empregada, aí eu peguei e arrumei para ela minha vizinha; mas ela falou assim: “se for da Vila Mauricéia eu não quero não!”. Daí eu fiquei sentida. (A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Tratando-se de facilidades econômicas, o emprego representa um meio importante para que as pessoas tenham um modo para consumir, trocar e produzir. Dessa maneira, caracterizam-se, em geral, quais são as ocupações dessas pessoas e o sentimento em relação ao emprego.

Dos membros familiares ocupados, de acordo com a TAB. 17, o pai se posiciona em primeiro lugar (80 pessoas), o segundo lugar é ocupado pela mãe (64 pessoas).

TABELA 17: Ocupação dos pesquisados por membros da família, Montes Claros (MG), 2006

Ocupação	Pai	Mãe	Filho	Tio	Outros	Total
empregado privado	35	5	15	0	1	56
empregado público	10	4	2	0	0	16
empregado doméstico	0	30	3	0	0	33
Empregador	2	0	1	0	0	3
conta própria	29	23	11	9	1	73
aprendiz ou estagiário	1	0	1	0	0	2
não-remunerado em ajuda a membro do domicílio	0	1	0	0	0	1
trabalhador na produção para o próprio consumo	3	0	0	0	0	3
Trabalhador voluntário	0	0	1	0	0	1
Desempregado	0	1	0	0	0	1
Total	80	64	34	9	2	189

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Do total das 149 famílias pesquisadas, 189 membros trabalham. Conforme o GRAF. 8, a grande maioria trabalha por conta própria (39%), geralmente no setor informal, ou estão empregados no setor privado (30%).

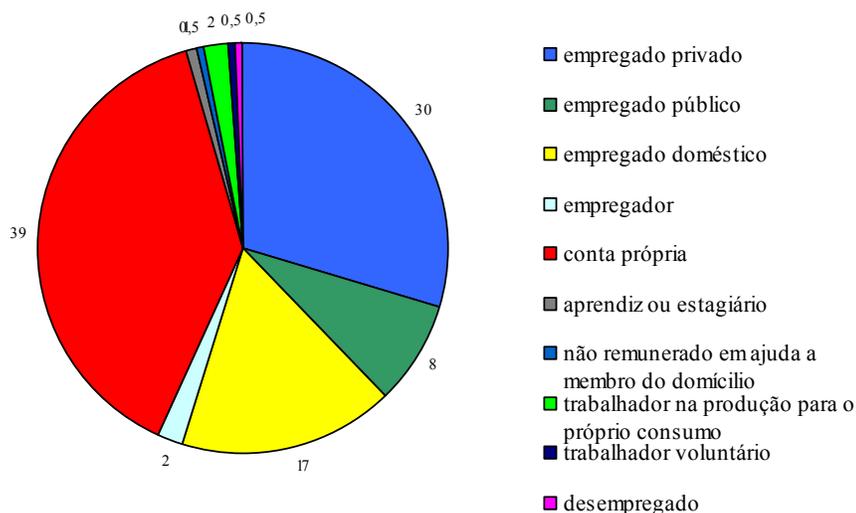


Gráfico 8: Ocupação das famílias que recebem Bolsa Família (%), Montes Claros (MG), 2006.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

A alta rotatividade em trabalhos temporários gera uma insegurança em relação à renda, e em alguns casos, torna famílias vulneráveis a situações de privação. Paugam (2003), afirma que as pessoas em trabalhos temporários, por tempo determinado, ou mesmo que possuem “bicos” ao passarem por situações de dificuldades financeiras são suscetíveis ao complemento da renda por meio de intervenção social, são os *fragilizados*:

Meu marido trabalha de servente. Agora ele está na empreiteira da Copasa. Foi mandado embora por uns tempos de um serviço que tinha, mas na outra semana ele voltou a trabalhar. Fica mais por contrato, de 6 em 6 meses, 1 ano... aí manda ele embora e passa um tempo parado. Aí vive de bico e do Bolsa Família para ajudar em casa.

(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Eu não trabalho porque estou com uma nenenzinha. Meu marido está parado, mas ta difícil demais, aí, ele faz uns bicos pra ajudar, certo só temos a Bolsa Família.

(J. S. G, 20 anos, casada, 3 filhos).

Ao investigar sobre o desemprego, apenas 21% afirmaram que não há nenhuma pessoa desempregada na família; nas demais, 38% afirmaram que há pelo menos uma pessoa desempregada, 19% dizem que há duas pessoas desempregadas na família, em 7% das famílias 3 pessoas estão desempregadas e em 15% das famílias há mais de 4 pessoas desempregadas. Considerando que o desemprego é um dos fatores que preservam a pobreza e a precariedade, questionou-se junto a essas famílias se algo mais lhes faltaria se houvesse emprego para todos os seus membros em idade ativa. Cerca de 92% dessas famílias responderam que não, nada mais faltaria; o que confirma, de certa maneira, que, na concepção dessas pessoas o trabalho é um meio essencial e que por meio dele é possível obter outros bens como: saúde, alimentação, educação etc. O relato abaixo ilustra a importância do emprego como forma de garantir, para algumas famílias, meios que permitam acesso à bens materiais:

Eu estando trabalhando é a melhor coisa do mundo. Eu não gosto é de ficar parado porque trabalhando eu posso cuidar dos meus filhos. Porque tudo o que me pedir eu terei pra dar eles. Agora a pior coisa do mundo é você ficar parado e

filho: “pai me dá isso” e não ter pra dar, “pai me dá aquilo” e eu não ter pra dá. Às vezes, você deve uma conta, a Copasa vem e corta água, às vezes a luz, vem e corta. O mais triste é isso.
(C. M. O, homem, 27 anos, casado, 3 filhos).

Entretanto, há algumas pessoas pobres, que embora não trabalhando no setor formal, encontram outras formas para obter renda; muitas vezes no setor informal, e desta maneira, prover o sustento familiar.

Eu trabalho para mim mesma sabe? Eu sustento os meus meninos do meu trabalho, do meu crochê. Eu faço e vendo; eu tenho bastante clientes, graças a Deus! E eles vão me pagando aos poucos e eu vou juntando. A forma que eu encontrei para trabalhar.
(A.A.F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

Eu já passei fome demais, amanhecia e não tinha uma colher de arroz para dar para meus filhos. Hoje eu faço assim, vou para um canto e outro, cato um papelão, ferro e consigo um dinheiro.
(M. G. P, homem, 47 anos, casado, 3 filhos).

A renda considerada como um meio e não como o fim do desenvolvimento, é um outro aspecto relevante quando se trata de entender as liberdades instrumentais. Nesse sentido, investigou-se sobre o rendimento bruto das famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Segundo a pesquisa realizada, 13% das famílias possuem um rendimento mensal bruto de até 0,5 (meio) salário mínimo²², 27% entre 0,5 a menos de 1 salário mínimo, 42% das famílias recebem entre 1 a menos de 1,5 salários mínimos, 9% recebem de 1,5 a 2 salários mínimos e 9% acima de dois salários mínimos. Na opinião da maioria das famílias (42%), o rendimento familiar que possuem permite “levar a vida” até o fim do mês com muita dificuldade, 28% com alguma dificuldade, 21% com dificuldades e 9% com certa facilidade.

A relação entre rendimento mensal bruto e consumo alimentar constata que 24% das famílias afirmam que a quantidade de alimento consumido normalmente não é

²² Salário mínimo brasileiro correspondia a R\$ 350,00 em outubro de 2006, período de realização da pesquisa.

suficiente. Dessas, 43% possuem uma renda mensal entre R\$200,00 e R\$350,00 e 34% têm uma renda mensal entre R\$350,00 e R\$700,00. Para 84% das famílias a renda mensal bruta às vezes é insuficiente, principalmente entre as famílias que recebem renda entre R\$350,00 e R\$700,00 (52%); e entre aquelas que recebem renda mensal bruta entre R\$200,00 e R\$350,00 (27%). Há aqueles para os quais a renda mensal bruta é sempre suficiente, 29% das famílias, das quais, nenhuma tem renda mensal inferior a R\$75,00, e a grande maioria (59%) possui renda mensal entre R\$350,00 e R\$700,00. Tal relação é relevante, pois indica que há na cidade de Montes Claros um número considerável de pessoas com baixo rendimento que não permite que as famílias consumam uma quantidade de alimentos que consideram suficientes. Tal fato condiz com o entendimento de que a insuficiência de renda é um fator que restringe a expansão das liberdades substantivas, como alimentação adequada, vestuário, dentre outros. Quando a renda é insuficiente, como se pode perceber no trecho abaixo, algumas vezes o acesso a bens materiais só é conseguido por completo com ajuda de outros familiares:

Não é suficiente, porque o dinheiro que meu marido ganha só dá mesmo para feira, pagar água, pagar luz. Não dá pra comprar um sapato, não dá pra comprar roupa. Porque a roupa quem é os tios, que dá roupa pra eles. Não dá para comprar verduras.

(E. A. F, mulher, 27 anos, casada, 3 filhos).

Os dados sobre o rendimento mensal bruto familiar antes de receber o benefício do Programa Bolsa família e após o recebimento revelam que 1% das famílias que possuíam renda até R\$75,00 passaram a receber entre R\$75,00 e R\$200,00; das pessoas que recebiam entre R\$75,00 e R\$200,00, 9% permaneceram nessa mesma faixa de rendimento, porém, 12% passaram a receber entre R\$200,00 a R\$350,00 e 1% delas entre R\$350,00 e R\$700,00; daquelas que recebiam entre R\$200,00 e R\$350,00 apenas 1% teve sua renda reduzida para até R\$75,00 justificado pelo desemprego e passou a ter a como única fonte de

renda o benefício; 16% mantiveram na mesma faixa de renda e 26% passaram a ganhar entre R\$ 350,00 e R\$700,00; das famílias que recebiam entre R\$ 350,00 e R\$700,00 somente 1% teve sua renda reduzida para uma faixa de renda entre R\$200,00 e R\$350,00 21% mantiveram na mesma faixa de renda e 4% passaram a receber acima de R\$ 700,00; 4% recebiam acima de R\$ 700,00 e com o benefício tiveram uma elevação na renda.

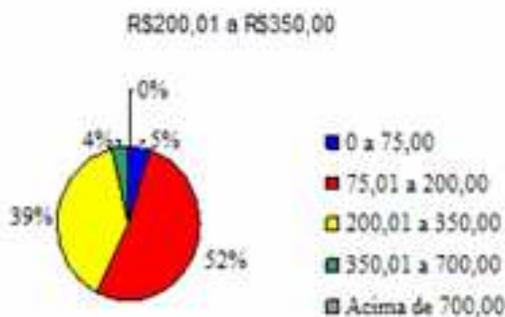


Gráfico 9: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – RS200,01 a RS350,00.

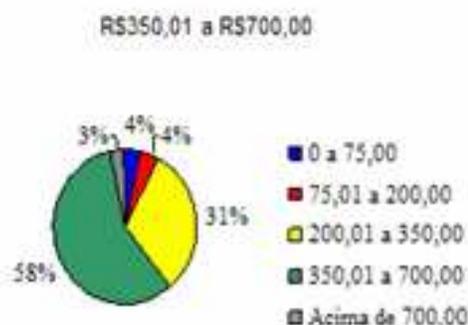


Gráfico 10: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – RS350,01 a RS700,00.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

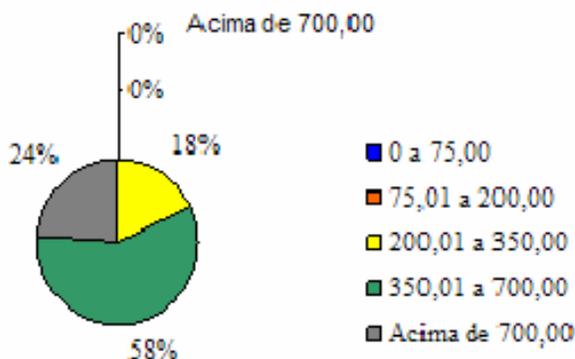


Gráfico 11: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – acima de RS700,00.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

A pesquisa revela que, em geral, aquelas pessoas pobres que não recebem nenhum tipo de benefício, a exemplo a Bolsa Família, possuem um conjunto de desvantagens em relação às liberdades desfrutadas por aquelas que complementam sua renda com o benefício. Nesses casos, a solidariedade entre os vizinhos, é fundamental para obter alguns bens essenciais à sobrevivência, como por exemplo, água:

Eu trabalho no Todos os Santos (bairro). Eu ganho 50 reais por mês, eu olho dois meninos lá, arrumo casa. Todo mês eu recebo 50 reais que eu gasto com uma feirinha, compro arroz e feijão. Aqui em casa não tem luz, não tem água. Eu pego água é na casa dos outros. É assim, peço numa casa, peço em outra. Não tem banheiro, nós vamos é no mato, né?
(J. S. A, mulher, 32 anos, solteira, 2 filhos).

Das famílias que acreditam que uma renda entre R\$200,01 e R\$350,00 é o necessário para chegar ao fim do mês, 5% dispõem de renda mensal entre R\$0,00 e R\$75,00; 52% entre R\$75,01 e R\$200,00; 39% entre R\$200,01 e R\$350,00 e 4% entre R\$350,01 e R\$700,00. Daqueles que consideram que uma renda entre R\$ 350,01 e R\$700,00 é a necessária para chegar ao fim do mês; 4% possuem renda mensal entre R\$0,00 e R\$75,00; 4% entre R\$75,01 e R\$200,00; 31% entre R\$200,01 e R\$350,00; 58% entre R\$350,01 e R\$700,00 e 3% possuem renda mensal acima de R\$700,00. Das famílias que afirmaram que uma renda mensal acima de R\$700,00 é aquela que permite chegar ao fim do mês; 18% possuem renda mensal entre R\$200,01 e R\$350,00; 58% entre R\$350,01 e R\$700,00 e 24% possuem renda mensal acima de R\$700,00. Portanto, o que se verifica é que há um percentual considerável de famílias que possuem uma renda mensal inferior àquela que julgam ser a necessária para pagamento das despesas até o fim do mês.

O relato abaixo elucida uma característica que foi encontrada em outras famílias entrevistadas, quando a principal renda familiar passa a ser o benefício, neste caso, a Bolsa Família, e as outras rendas, em grande parte de origem do setor informal, são apenas complementares.

Eu acho que cada um vive como pode. Eu acho que pelo tanto que eu trabalho, eu sou uma pessoa muito esforçada, minha vida podia ser melhor. Eu trabalho só para meus filhos comer, pagar uma água, um gás, só! Compro alimento, pago água. Tudo com a Bolsa Família e complemento com a reciclagem.

Eu não estou dando conta sozinha! Eu aqui em casa não tenho ajuda de ninguém, cuido de sete filhos, da casa e preciso trabalhar. Meu marido foi embora tem quatro meses e nunca mais voltou, nunca mais mandou notícia. Eu também não queria porque ele bebia muito, não dá certo não. Que exemplo que é para os meus filhos. Eu tenho que ser mãe e trabalhar também. (G. D. A. M, mulher, 36 anos, separada, 7 filhos).

Eu trabalho na reciclagem mas pego somente 3 vezes por semana, eu não pego direto por causa das meninas que são pequenas e que não posso deixar sozinhas.

(A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Um ponto relevante nas falas acima, é o que posiciona a mulher como a provedora do sustento familiar e a dificuldade por se dividir entre a vida familiar e o emprego.

2) *Oportunidades sociais*: “são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc.” (SEN, 2000, p.56) e que refletem nas liberdades substantivas para que o indivíduo tenha uma vida melhor.

Para conhecer como as famílias pesquisadas desfrutaram os serviços como abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação de rua, drenagem da água de chuva e fornecimento de energia elétrica, foi pedido que elas avaliassem esses serviços como ‘bom’, ‘ruim’ ou ‘inexistente’.

TABELA 18: Avaliação da infra-estrutura, Montes Claros – MG, 2006.

Serviços	Bom (%)	Ruim (%)	Não tem (%)
Abastecimento de água	83	16	1
Coleta de lixo	93	7	-
Iluminação de rua	87	13	-
Drenagem da água da chuva	51	27	22
Fornecimento de energia elétrica	90	9	1

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Conforme os dados (TAB. 18), a avaliação feita pelas famílias é positiva em relação à infra-estrutura de modo geral. Porém, o grupo de pessoas entrevistadas apontou em sentido oposto, há aspectos em seus bairros que não atendem àqueles quesitos do *habitat*, inadequação quanto ao acesso a equipamentos e serviços sociais, saneamento básico, entorno com ruas pavimentadas (FIG. 5), transporte público, lazer, entre outros aspectos.

A falta de esgotos sanitários, recolhimento do lixo e pavimentação que traz consigo bichos peçonhentos e doenças, expõe os habitantes do lugar a riscos diários:

Aqui é muito bagunçado. Não é asfaltado, tem lama e tem essa bagunça de lixo que o pessoal joga aí em frente. As crianças é perigoso adoecer.
(G. D. A. M, mulher, 36 anos, separada, 7 filhos).

Tem rua que precisa de esgoto. Tem rua que se um carro passar pode atolar. Tem beco aqui que se um carro passar pode atolar. Tem beco aqui que não tem condição de andar, a rede de esgoto correndo no beco e criança pisando.
(A. P. A, homem, 42 anos, casado, 2 filhos).

Tem poeira demais. Eu tenho medo, tem cobra, tem bicho aqui demais. Está faltando o presidente do bairro ir a prefeitura e pedir pra limpar esse bairro, olha como está? Todo sujo! Aqui o pessoal considera como favela mesmo. Tem que melhorar o bairro, fazer um asfalto, melhorar bastante coisa.
(A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).



Figura 5: Área residencial com ruas sem calçamento, esgoto correndo a céu aberto, Vila Mauricéia, Montes Claros – MG, 2007.

Porém, quando se questionou se os moradores aceitavam tais condições passivamente, a resposta foi negativa, eles afirmaram que se organizam e buscam uma forma de por si mesmos melhorar as condições do bairro.

Igual mesmo, agora a gente quer ver o presidente do bairro, porque nós vamos juntar um monte de gente e fazer a nossa rua, que já está dando vergonha. Cada um, das casas, vai dar 15 reais para colocar pelo menos o cascalho. Porque no tempo de chuva já quebrou duas pernas de uma menininha aqui uma vez. Se a gente não fizer isso o presidente do bairro não corre atrás.

(A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Onde eu moro é um matagal. A gente procura o presidente do bairro e ele diz assim: “ah! Isso é com a Prefeitura”.

(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Cabe ainda ressaltar, que parte das famílias pesquisadas apontaram como causa de vulnerabilidade o local em que vivem. Os riscos a que estão expostas referem-se à violência do lugar em que moram, ao medo de desmoronamento das residências localizadas em morros, à localização de suas casas em alguns casos debaixo da rede de alta tensão elétrica. Muitos afirmam que não mudam do lugar por não terem condições financeiras, mas quando tiverem, que certamente se mudarão. Para outros, essa possibilidade é apenas um sonho de vida:

A gente mora nesse lugar aqui, meu sonho é mudar daqui para outro lugar. Eu morro de medo do que eles (filhos) vêem por aqui. Este beco aqui é um dos acessos, né? É o mais movimentado, ele dá acesso às escadas e dá acesso a outra rua que sai lá na escola e aqui dá mais movimento para eles (traficantes) verem de lá o que acontece. Tem hora que eu vou deitar e fico pensando assim: quando esses meus meninos estiverem grandes como é que eu vou fazer?

(M. I. G. S, mulher, 32 anos, casada, 5 filhos).

A ilustração a seguir, demonstra um dos principais becos de acesso a todo o Morro do Frade, na Vila São Francisco de Assis, segundo as pessoas entrevistadas é também um lugar propício à criminalidade. Um outro fator destacado pelas pessoas é a dificuldade de transporte de materiais de construção, já que, na parte mais alta, só há passagem por meio das escadas.



Figura 6: Vila São Francisco de Assis, Morro do Frade, Montes Claros – MG, 2007.

Em relação aos riscos de desmoronamento, a grande preocupação é quando começa a chover. Alguns membros das famílias, cujas residências se localizam no morro, relatam que não conseguem nem dormir, ficam alertas:

Essa semana deu uma chuva que essas paredes estavam balançando. Quando está chovendo nós pega essa mesa e encosta e coloca todo mundo deitado um perto do outro porque não pode deixar os meninos dentro do quarto. Quando está chovendo tem que deixar a porta aberta, porque qualquer coisa... e dorme todo mundo amontoado um perto do outro aqui mais perto da porta.
(C.J. S, homem, 30 anos, casado, 7 filhos).

Quando chove é mais esse barranco aí que cai. Quando está chovendo esse barranco aí de noite parece que vai cair. Eu levanto, eu não durmo direito não porque eu tenho medo.
(M. I. G. S, mulher, 32 anos, casada, 5 filhos).

O sentimento de medo, quando se mora em ambientes que oferecem riscos é comum entre os diversos moradores, no caso da Vila Mauricéia, as pessoas em situação precária moram debaixo da rede de alta tensão (FIG. 7), alguns ainda esperam por sua remoção para lugares mais apropriados para a habitação:

Eu gostaria mesmo é que tirasse nós daqui. Situação de risco demais que quando chove, tropeja a gente não dorme. Eu falo mesmo que se um dia um fio desse soltar eu quero que ele solta e mata a gente tudo de uma vez que não é pra gente ficar sofrendo.
(E. A. F, mulher, 27 anos, 3 filhos).



Figura 7: Vila Mauricéia: rede de alta tensão e residências das famílias em situação de pobreza, Montes Claros – MG, 2007.

Quando interrogados sobre o que faltaria para a vida familiar melhorar, alguns respondentes apontam apenas a ausência de situação de risco, observem na FIG. 8 que as residências situam-se debaixo da rede de alta tensão:

É se nós conseguisse um lugar para a gente sair debaixo dessa rede. Eu olho assim, a parte de perigo, não é a parte de perigo pra mim eu olho a parte de perigo para as crianças.
(A.P. A, homem, 42 anos, casado, 2 filhos).



Figura 8: Vila Mauricéia: rede de alta tensão e residências das famílias em situação de pobreza, Montes Claros – MG, 2007.

Sobre o acesso à saúde, 71% das famílias responderam que procuram um posto de saúde quando estão doentes; 26% são atendidos em hospital público e apenas 3% são atendidas em hospital privado. Nenhuma das famílias respondeu que não possui acesso à saúde, aliás, geralmente sempre conseguem consulta, a dificuldade para algumas é o acesso aos remédios, que quando não são fornecidos pelo posto de saúde, são comprados com alguma dificuldade:

Consulta, mas, sempre não tem o remédio que a gente precisa, tem que comprar. Inclusive mesmo, ela (filha) toma remédio controlado tem 4 anos e ela precisa tomar remédio, não é toda vez que o pai dela pega dinheiro no dia certo que acaba o remédio, então tem que ficar pedindo dinheiro emprestado aos outros.

(A. S. F, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Além da dificuldade de se obter alguns medicamentos, foram observados outros tipos de insatisfações, por parte das famílias, como por exemplo, qualidade do atendimento.

3) *Liberdades políticas*: refere-se à capacidade que as pessoas têm para estabelecer quem será seu governante, incluindo também a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades.

Todos os membros das famílias pesquisadas, com idade eleitoral, votam. Quando questionados sobre como fazem para escolher seus representantes, uns afirmam que escolhem aqueles que são mais comentados pelas pessoas, outros escolhem pela quantidade de melhorias que o candidato já fez na cidade, outros votam naqueles apontados por seus padrões como melhores candidatos:

Eu escolho o que eu achar melhor, eu também peço muito a opinião das pessoas que eu sou mais próxima e das pessoas que eu vejo que quer também o melhor pra gente. Antes de votar eu penso, eu raciocino e eu peço informação primeiro.

(A. A. F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

Fico mais atento àquele “camarada” que está mais falado nas ruas e olho o que a pessoa fez.

(A.P. A, homem, 42 anos, casado, 2 filhos).

Algumas pessoas são conscientes do seu dever de eleger um governante, embora, demonstrem certa decepção com alguns governos:

Esse ano eu não ia votar, ia anular. Mas a gente é cidadã, aí eu votei, mas não adiantou votar; não resolveu nada aqui, no bairro.
(A. S. F, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Quando a expectativa de melhoria não é atendida se transforma em descrença:

Eu acho que é um por todos e Deus por nós. Porque fala, fala, fala, promete, promete, no fim: nada. Eu não gosto de política, eu não confio em política. Eu voto porque sou obrigada.
(A. A. F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

Aqui é muito ruim porque não tem ajuda de ninguém dos políticos, hoje em dia promete muita coisa e não faz nada.
(J. S. A, mulher, 32 anos, solteira, 2 filhos).

Embora se tenha percebido críticas dessas famílias aos governantes, em nenhuma das famílias entrevistadas se encontrou pessoas que fiscalizam as ações dos políticos ou mesmo que reivindicam de maneira mais efetiva melhorias junto a estes governantes, não há um movimento organizado. Existe, no entanto, uma concordância que pelo simples ato de votar, de eleger, que as ações sociais deveriam ser feitas, e quando isso não acontece gera um descontentamento nestas famílias em geral.

4) *Garantias de transparência*: está ligado às interações dos indivíduos uns com os outros com base na confiança. Segundo Sen (2000) as garantias de transparência referem-se às necessidades de relacionamentos sinceros entre as pessoas.

Foi verificada a relação dessas famílias com os seus vizinhos e se a partir do convívio há troca de favores entre estes, já que se considera que esta seria uma das formas para perceber se há confiança entre os mesmos. A informação obtida é que 60% das famílias trocam favores e que sua relação com os vizinhos em 91% dos casos é boa em 4% dos casos é ruim e 5% afirmaram não se relacionar com seus vizinhos. Em relação às trocas de favores, os mais incidentes são: cuidar os filhos dos vizinhos

quando o familiar tem que se ausentar ou para o trabalho ou por um outro motivo (27%); todos os tipos de favores (19%); doação de alimento para o vizinho (17%); vigiar a casa (8%); auxílio com remédios em casos de doença (8%); empréstimo de dinheiro (6%); e os demais se distribuem entre transporte, telefone, prestação de serviços, troca de objetos, entre outros (15%).

A única pessoa que me ajuda aqui sempre, uma pessoa muito boa na hora que eu estou muito precisando, que é a pessoa que sempre me ergueu a mão é a vizinha aqui, dona Joana. Ela é que nem mãe pra mim. Quando ta faltando alimento aqui, agora mesmo minha feira tinha acabado, ela arrumou arroz pra mim, arrumou umas coisas, é o que meus meninos estão comendo.

(G. D. A. M, mulher, 36 anos, separada, 7 filhos).

Ontem meu filho machucou, esta mulher aqui (vizinha) é igual mãe pra mim pegou e me deu o dinheiro para eu levar o menino para o hospital, a outra vizinha olhou os meninos tudo aqui pra mim, cheguei a casa estava arrumadinha.

(M. I. G. S, mulher, 32 anos, casada, 5 filhos).

Portanto, o que se observa é que além de confiança, há solidariedade, uma ajuda mútua entre alguma dessas famílias e a sua vizinhança. Em alguns casos observa-se transferência de renda entre as próprias pessoas pobres.

5) *Segurança protetora*: considerando que as diversas vulnerabilidades a que as pessoas pobres estão expostas, a garantia de uma rede de segurança social é necessária para impedir que as pessoas vivam em situação de miséria e fome.

Neste ponto, como ilustração de uma rede de segurança, fez-se uma avaliação sobre a satisfação dessas famílias beneficiadas em relação ao Programa Bolsa Família; 74% avaliam o programa como bom; 16% como regular; 5% como ruim; 1% afirma que a condições de vida permaneceram as mesmas; e 4% não responderam.

O relato a seguir descreve como a Bolsa Família constitui uma renda mensal que é pontual, e por isso garante a compra de alimentos, é essencial para àquelas famílias que não possuem renda certa, geralmente, por possuírem trabalho precário, ou temporário, ou mesmo por tempo determinado:

A Bolsa Família é bom, uma ajuda muito grande. Você sabe por quê? Por exemplo, minhas clientes só começam a me pagar a partir do dia 10, qualquer hora que você vir aqui tem dinheiro. Dia 20 em diante ninguém já não tem dinheiro. A Bolsa Família eu pego dia 2 ou dia 5, então é começo de mês, é uma fase que você está precisando, principalmente na feira, principalmente no material de escola. Eu tenho que comprar material para os quatro, então eu estou contando com essa Bolsa Família. Eles estudam com o dinheiro da Bolsa Família. Eu vou juntando, juntando e compro. Eu não tiro um centavo da Bolsa Família porque a Bolsa Família é pra você comprar alimento, pra gastar com dentro de casa.

(A. A. F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

A Bolsa Família tem ajudado e muito! Porque a gente já sabe que tem aquele dinheirinho no dia certo, né? Pode comprar arroz, comprar um feijão. Minha vida melhorou um pouco e a Bolsa Família me ajudou.

(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Das famílias pesquisadas, 61% falaram que houve mudanças na vida familiar após o recebimento do benefício, destacaram as seguintes mudanças: educação (57% afirmaram que melhorou); alimentação (68% afirmaram que melhorou); emprego (83% afirmaram que permaneceu sem alterações); saúde (51% afirmaram que permaneceu como antes) e renda (55% afirmaram que melhorou). Aliás, para algumas famílias cujos membros estão desempregados, a Bolsa Família, constitui o único meio de renda, é um exemplo daqueles pobres denominados por Paugam (2003) como *assistidos*, a renda que possuem advém da proteção social:

Eu estou parado. Recebo 95 reais de Bolsa Família e por enquanto a renda é só essa, enquanto eu estou parado. Mas quando eu estou trabalhando não é a renda não, eu sou ajudante de pedreiro. Nós estamos vivendo da renda da Bolsa Família.

(C.J. S, homem, 30 anos, casado, 7 filhos).

Desta maneira percebe-se que, de modo geral, houve uma melhora considerável do alcance das liberdades substantivas e instrumentais para as famílias beneficiadas, exceto em relação ao emprego que, como destacado anteriormente, é um atributo escasso na cidade de Montes Claros; e quanto à saúde que se destaca com certa facilidade de acesso para estas famílias.

Nas respostas dos formulários assim como nos relatos das entrevistas é muito comum a menção à Pastoral da Criança. Algumas famílias afirmam que sua vida

comunitária e familiar melhorou a partir de sua participação na Pastoral da Criança. Nas reuniões que são promovidas mensalmente, os pais e as crianças comemoram datas como “Dia das mães, Dia dos pais, Dia das crianças” e assim se interagem e se sentem mais comprometidos com a sua comunidade. Algumas das mães afirmam que após tal participação, elas se tornaram mais comunicativas, elevaram seu contato com as demais pessoas do bairro, facilitando a troca de experiências e aprendizado.

A vida aqui na comunidade é muito ruim porque é um bairro muito pobre. Mas com o trabalho da Pastoral da Criança muitas crianças que estavam desnutridas desenvolveram bastante.
(E. A. F, mulher, 27 anos, 3 filhos).

Antes eu vivia isolada. Foram os agentes da Pastoral da Criança que me ajudaram a tirar meus documentos, eu não tinha e por isso minhas crianças não eram registradas. Eu também não sabia andar sozinha na cidade, nem no bairro. Aí depois que eu comecei a participar da pastoral é que eu fui aprendendo com as outras pessoas.
(M. I. G. S, mulher, 32 anos, casada, 5 filhos).

Eu participo das festinhas que tem na pastoral, das mães e também dos dias da pesagem. Acho que é muito boa, a gente se diverte também.
(F. S. P, mulher, 27 anos, casada, 6 filhos).

Os agentes da Pastoral da Criança instruem as famílias incentivando o aleitamento materno, estimulam os pais para vacinarem seus filhos, educam as famílias de forma a evitarem a violência doméstica, produzem remédios caseiros como xarope e alimentos alternativos como a farinha nutritiva.

Eu não tinha muita prática com menino, quando eu precisava eu saía para a casa dos outros perguntando isso e aquilo. Os primeiros filhos que eu tive eu não sabia como cuidar, na Pastoral da Criança eu fui aprender direitinho como que é, como cuidar dos filhos.
(M. I. G. S, mulher, 32 anos, casada, 5 filhos).

Ela (filha) era desnutrida. Agora está com um peso bom. Depois desse negócio do multimistura, faz aquele mingau e às vezes até coloca no feijão misturado. Foi assim que rendeu mais o peso dela.
(C.J. S, homem, 30 anos, casado, 7 filhos).

Elas não tinham o peso normal. A outra (filha) só andava nos 10 quilos, depois que eu procurei a pastoral tem um farelo baratinho e todo mês eu compro para elas.
(A. S. F, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Dentre as pessoas entrevistadas, há uma família que não possui nenhuma renda, não recebe nenhum tipo de benefício governamental. A sua sobrevivência é garantida por auxílio da igreja do bairro (Pastoral da Criança e Vicentinos) e ajuda da comunidade:

Eu não trabalho não por causa dos meninos e o homem (marido) que não me deixa. O dinheiro que ele ganha, ele não põe dentro de casa. Eu vivo é com a ajuda da pastoral, dos Vicentinos e dos vizinhos que também ajudam. Na minha infância, meus pais não trabalhavam também. Mamãe saía para pedir esmola e colocava nós. Mas eu não tinha coragem de pedir não, eu tinha vergonha.

(F. S. P, mulher, 27 anos, casada, 6 filhos).

Porém, ao ser questionada se os filhos pedem esmola:

De vez em quando mando eles pedirem alguma coisa, mas é na casa das pessoas que eu conheço.

(F. S. P, mulher, 27 anos, casada, 6 filhos).

A fala acima exemplifica aqueles pobres definidos por Paugam (2003) como os *marginalizados* não possuem rendas provenientes nem do emprego e nem de transferências assistenciais. Segundo Oscar Lewis apud Paugam (2003) a forma como vivem é compreendida como cultura da pobreza, que segundo o autor é uma adaptação e uma reação das pessoas em situação de pobreza à sua posição de marginal. Uma vez manifestada tende a se reproduzir de geração em geração.

Dessa forma, pode se verificar, que como a pobreza assume distintas faces, as pessoas pobres analisadas nesse estudo desfrutam das liberdades substantivas e instrumentais de formas diferentes, umas são definidas apenas pela privação de um dos aspectos ou por um conjunto reduzido de privações, outras possuem um conjunto maior de desvantagens e, portanto, sua vivência é marcada por pobreza mais acentuada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo caracterizar a pobreza da microrregião de Montes Claros (MG) e contribuir para o conhecimento de quem são os pobres da cidade de Montes Claros, como vivem, quais as liberdades que são cerceadas segundo eles próprios, como sentem e como enfrentam as situações de privações a que estão submetidos.

Embora a pobreza apresente faces distintas, foi abordada nesse estudo considerando-se dois aspectos fundamentais: o unidimensional, que leva em consideração a insuficiência de renda e o multidimensional, que considera a privação das liberdades substantivas e instrumentais.

Nesse sentido, discutiram-se as formas de se medir a pobreza unidimensional ou pobreza econômica, considerando o caráter material. Segundo o enfoque *absoluto* da pobreza, são pobres aqueles que não possuem o mínimo necessário para a sobrevivência, estabelecido por uma linha de indigência – renda mínima para satisfazer as necessidades alimentares, ou por uma linha de pobreza – renda mínima para suprir as necessidades básicas com alimentação, mas também com moradia, saneamento, educação etc. O enfoque *relativo* da pobreza, por sua vez, compara a situação das pessoas pobres em termos de posição social que ocupa (por exemplo, os 40%, 50%, 60% mais pobres).

Porém, pobreza não significa apenas baixa renda; a renda é importante para a análise, entretanto, há outros aspectos essenciais que devem ser levados em consideração. Assim, partiu-se para o estudo da pobreza multidimensional, que considera a pobreza como a privação das capacidades. Essa abordagem permitiu um detalhamento dos aspectos distintos que conduzem as pessoas a vivenciarem situações

de precariedade socioeconômicas. Desse modo, por meio da literatura consultada, os pobres foram definidos de forma variada e articulada, por se compreender que tais aspectos acontecem todos ao mesmo tempo: aqueles que não possuem o mínimo necessário para sobreviver, aqueles que são excluídos da sociedade, aqueles que possuem o direito à assistência social. Para ampliar a compreensão do fenômeno da pobreza, analisaram-se ainda aspectos como vulnerabilidade social e exclusão social. O primeiro, por debilitar o bem-estar das pessoas pobres; o segundo, por intensificar as condições precárias das pessoas pobres.

A interface entre pobreza e desenvolvimento foi discutida por se compreender que os programas de combate à pobreza deveriam articular desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, considerando as especificidades territoriais. Conjugando crescimento econômico e melhorias nos indicadores sociais, isto é, elevar a renda das pessoas em situação de pobreza juntamente com a expansão das liberdades substantivas e instrumentais das pessoas.

A caracterização da pobreza no município baseou-se em uma análise quantitativa, que abordou dois aspectos. Primeiro, na descrição da microrregião de Montes Claros (MG), com destaque para o município de Montes Claros (MG), em termos de contingente populacional, Produto Interno Bruto, indicadores sociais, equipamentos sociais e dados infra-estruturais, segundo dados do último Censo Demográfico realizado no ano de 2000. Conforme os dados levantados, a maioria da população da microrregião é urbana; entre 1991 e 2000 a população urbana cresceu 27,3%, enquanto houve um decréscimo 11,9% na população rural. Esse grau de urbanização seguiu a tendência do estado de Minas Gerais e do país. Analisando o tamanho populacional dos 22 municípios que compõem essa microrregião, apenas o município de Montes Claros é de grande porte, isto é, possui uma população acima de

200 mil habitantes. Em termos de produção, o município tem os maiores PIB total e PIB industrial. Montes Claros apresenta os melhores indicadores sociais quando comparado aos outros municípios que compõem a microrregião de Montes Claros (MG). Levando-se em conta a situação dos municípios segundo equipamentos sociais e dados infra-estruturais, a cidade destaca-se pelo número de: hospitais e leitos; escolas; linhas telefônicas; imóveis com iluminação elétrica instalada e domicílios com coleta de lixo.

O segundo aspecto analisado quantitativamente foi a comparação entre o índice de desigualdade de renda e os índices de pobreza unidimensional e multidimensional. Todos os municípios da microrregião de Montes Claros (MG) apresentam altos índices de desigualdade de renda, que são acompanhados de elevados índices de pobreza unidimensional. O município de Montes Claros, porém, apesar do índice de Gini ser um dos mais elevados da microrregião (0,62), possui um baixo índice de Sen. Esse fato pode ser explicado pelo número elevado de equipamentos sociais colocados a disposição da população desse município, com acesso maior a bens públicos a população pobre pode destinar sua renda para um consumo maior de bens privados, o que reduz a carência por bens materiais. Portanto, em termos renda, o maior problema da cidade de Montes Claros, de modo geral, não é a insuficiência dela, e sim a sua má distribuição.

Como o aspecto da renda não é suficiente para definir o fenômeno da pobreza, foram analisados os índices de pobreza multidimensional. Conforme se verificou, os atributos emprego e grau de escolaridade são os mais escassos, respectivamente, da microrregião, situação esta que reflete na baixa renda angariada pelas pessoas, justificando o número elevado de pessoas pobres segundo a linha de pobreza. Nesse aspecto a pobreza das pessoas que se encontram nessa situação é explicada pelas precárias condições quanto à escolaridade e à ocupação.

A comparação entre os índices de pobreza unidimensional e multidimensional revela que a pobreza econômica é muito mais acentuada que a pobreza multidimensional.

Na investigação sobre a inter-relação entre desigualdade de renda e pobreza multidimensional, três grupos se formaram a partir dos municípios que compõem a microrregião de Montes Claros (MG): municípios em que a desigualdade de renda é elevada, porém a pobreza é menos intensa – destaque para a cidade de Montes Claros com o menor índice de pobreza multidimensional (0,17); municípios com pobreza multidimensional significativa e desigualdade de renda elevada; e os municípios que apresentam pobreza e desigualdades agudas.

Esses dados reforçam a percepção de que o município de Montes Claros é muito mais desigual em termos de renda que pobre economicamente e pobre segundo a abordagem multidimensional, quando analisado por meio de índices gerais.

A caracterização das pessoas pobres que vivem na cidade de Montes Claros (MG) baseou-se em uma análise quanti-qualitativa. Tendo definido como população de estudo as pessoas pobres que recebem algum tipo de assistência governamental, foram selecionadas para a pesquisa famílias que recebem Bolsa Família na cidade de Montes Claros. Dois grupos foram analisados: os respondentes dos formulários (análise quantitativa) e as pessoas entrevistadas (análise qualitativa). Embora por meio dos tenham-se evidenciado algumas características sobre a pobreza dessas famílias, as entrevistas permitiram coletar informações, percepções, sobre como a pobreza é vivenciada por essas pessoas.

A pesquisa mostrou que a maioria das famílias recebe o benefício para mais de duas crianças e/ou adolescentes, o que indica que o programa atinge um número elevado de membros por família. Do total de membros das famílias pesquisadas, cerca

de 40% deles são beneficiários; 70% das famílias possuem entre 4 e 6 membros; e 57% do total das pessoas nasceram na cidade de Montes Claros. Para essas famílias, a principal dificuldade para a sobrevivência é a renda e em segundo lugar a escassez de emprego. Este resultado, grosso modo, aponta para a pertinência das análises com base nas condições materiais, captadas pela metodologia unidimensional. Ou seja, nota-se resultado distinto da escassez de atributos apontados para a cidade de Montes Claros como um todo, na análise do índice de pobreza multidimensional. Algumas dessas pessoas possuem a transferência de renda governamental (Bolsa Família) como única fonte de renda, outros como complemento da renda, porém, em sua maioria, entendem que essas transferências são apenas paliativas, e por isso procuram outras formas de emprego, mesmo que no mercado informal. É possível identificar em suas falas a necessidade de ocupação como forma de mudar suas realidades de privações.

A partir do sentimento de pertencimento à categoria dos pobres – 82% afirmaram ser pobres. Suas percepções acerca do que significa ser pobre estão em consonância com diferentes aportes teóricos sintetizados por Bajoit (2006). Claro que essas características são dinâmicas, os pobres de Montes Claros vêm em si próprios todas essas imagens ao mesmo tempo, porém, umas destacam-se mais que outras.

O pobre como explorado e pauperizado: o entrevistado expõe que quando era empregado passou por privação alimentar e que o mesmo não ocorre ao trabalhar para si mesmo. Nesse sentido, é possível perceber que para uns ter seu próprio negócio eleva sua qualidade de vida, ser empregado é se submeter a condições de trabalho que nem sempre garantem melhorias de vida. Porém, não se observou casos em que algumas dessas pessoas que possuem o próprio negócio sejam também empregadoras, em geral, trabalham sozinhos.

O pobre como marginal, que é estigmatizado: nos relatos, as pessoas afirmam que são marcadas pelo tipo de trabalho precário que têm, são humilhados pela condição de vida que possuem. Muitos reagem, colocando para as outras pessoas da sociedade a igualdade enquanto seres humanos, reafirmando a dignidade do trabalho como outra atividade de maior *status* social; outros, porém, reagem de forma calada, silenciada, inferiorizada.

O pobre como desafiado, os entrevistados sentem a pobreza pelas condições precárias em que vivem, de forma tal, afirmam ser esquecidos pelo governo municipal, se denominam “Zé ninguém”.

O pobre como dependente - por não possuir autonomia e sucesso, o que lhe resta é pedir esmola, depende de caridade das outras pessoas. Quanto a esse aspecto, a pesquisa permitiu encontrar aqueles que pediam esmolas na infância e que depois de adultos, quando se tornaram pais e mães, ao se encontrarem em dificuldades também colocam os filhos como pedintes, percebe-se que essa aprendizagem como forma de sobrevivência é repassada aos descendentes, uma questão geracional da pobreza.

A partir dessa primeira caracterização, de alguns elementos que procuraram mostrar quem são, em geral, esses pobres, passou-se para a análise das liberdades substantivas e instrumentais, para identificar os aspectos que limitam as condições de vida das pessoas e, portanto que as posicionam como pobres. Em relação às liberdades substantivas, quando se verifica a educação mínima (saber ler e escrever) há um percentual elevado entre os pesquisados, porém, o grau de instrução é baixo; 54% estudaram apenas até o ensino fundamental. Como destacado nas entrevistas, a escolaridade nula ou baixa é um dos pontos que limita a inserção no mercado de trabalho e, portanto, de se ter uma vida melhor. Em relação à alimentação adequada, um percentual elevado dos respondentes (56%) afirmou que não é suficiente e 24% das

peças afirmaram ter passado fome durante algum momento de suas vidas. Logo, a alimentação adequada é cerceada pelas condições precárias de grande parte das famílias pesquisadas. Porém, há aqueles que encontraram formas para enfrentar as situações de privação alimentar por meio do trabalho, mesmo que informal; outros, pelos benefícios da Bolsa Família; enquanto aqueles que não são beneficiários do Programa e não conseguem nem mesmo trabalho informal, partem para a mendicância. Há também, no caso de privação alimentar infantil, famílias que modificaram o quadro de desnutrição a partir do trabalho da Pastoral da Criança.

Quanto às liberdades instrumentais, em relação às *facilidades econômicas*, embora as famílias respondentes dos formulários tenham afirmado que as condições de moradia são boas ou satisfatórias (70%), a realidade daqueles entrevistados demonstrouse por vezes bem diferente. Alguns vivem em casa de adobe; em algumas residências não há abastecimento de água, outras correm risco de desmoronamento; a localização em favelas com alta criminalidade marca essas pessoas a ponto de restringir o acesso ao emprego. Quanto ao emprego apenas 28% do total de membros das famílias respondentes dos formulários trabalham. Segundo as famílias entrevistadas a rotatividade em trabalhos precários e as situações de desemprego são fatores que os conduzem à pobreza. Consideram que estar empregado é condição para prover o sustento familiar, tanto que 92% das famílias responderam que se houvesse emprego nada mais faltaria. Em relação à renda, 42% das famílias têm rendimento familiar entre 1 e 1,5 salário mínimo e 40% um rendimento entre 0 a 1 salário mínimo. Portanto, em geral, o rendimento familiar é baixo o que corrobora a declaração dessas famílias quando dizem que essa renda permite levar a vida até o fim do mês com muita dificuldade. Esta renda familiar é muitas vezes complementada com a Bolsa família. As

famílias entrevistadas que não possuem a renda do benefício, em geral, passam por dificuldades maiores.

No caso das *oportunidades sociais* desfrutadas por essas pessoas, o grupo que respondeu o formulário avalia positivamente a infra-estrutura. Porém, o grupo das pessoas que foram entrevistadas apontou pontos infra-estruturais falhos, que colocam suas vidas em situações de riscos e doenças. É comum entre os moradores o desejo de mudança do lugar, mas não o fazem por falta de condições financeiras. Avaliam o acesso à saúde de maneira positiva, porém, nem sempre têm acesso a medicamentos gratuitos e quando é necessário comprar sentem dificuldades.

Em relação *liberdades políticas*, todos os pesquisados e entrevistados participam do processo eleitoral. A partir de alguns depoimentos, foi possível identificar algumas insatisfações em relação aos governantes, pelo fato desses não cumprirem promessas de melhorias para o bairro.

Na análise sobre as *garantias de transparência*, observou-se que os vizinhos se interagem principalmente ao trocar favores entre si; a confiança entre eles permite que se sintam seguros ao deixar os filhos ou a casa para que o vizinho cuide em sua ausência. Além da confiança, nota-se que há solidariedade entre os vizinhos, ao emprestar dinheiro, ao dividir alimentos entre si, ao permitir que o vizinho possa utilizar o abastecimento de água. Nesse ponto observou-se também, através dos laços de solidariedade entre os vizinhos, transferências de renda e bens materiais das pessoas pobres para aquelas em situação de pobreza ainda mais extrema. Esses fatores contribuem para atenuar, ao menos de forma imediatista a pobreza para essas pessoas.

E por fim, *segurança protetora* – as redes de proteção social, públicas e privadas, como o Programa Bolsa Família do governo federal e mesmo as organizações como a Pastoral da criança ou o Grupo dos Vicentinos da Igreja Católica têm um papel

importante na redução das condições de pobreza. Por meio do benefício da Bolsa Família algumas famílias garantem a compra de alimentos, vestuários, material escolar etc. Avaliam o programa como muito bom, embora não altere as condições de acesso ao mercado de trabalho, tem melhorado a condição de grande parte das famílias em situação de pobreza. Porém, o programa não faz o acompanhamento dessas famílias, pode se verificar em algumas delas, que os responsáveis não sabem, por vezes, como utilizar a renda recebida transformando-o em consumo de alimentos saudáveis, em aquisição de remédios, higiene das crianças e das residências. Muitas vezes isso não é feito não por falta de interesse, mas por falta de informação, de como cuidar dos próprios filhos. E esse papel muitas vezes é desempenhado, conforme relatos expostos nessa pesquisa, pela Pastoral da Criança, que além de auxiliar no combate à desnutrição infantil, ensina as mães como cuidar dos filhos, propicia encontros que permitem que essas famílias se interajam.

Portanto, verificou-se nesse estudo que as condições de pobreza são vivenciadas e enfrentadas de formas distintas na cidade de Montes Claros (MG), para uns de forma mais intensa, para outros em apenas alguns aspectos. Assim não se pode definir os pobres apenas como aqueles que possuem renda baixa, ou pelo desemprego, ou pela mendicância, ou pela assistência, ou pela dependência, ou por qualquer outro tipo de estigma. O fenômeno da pobreza é multifacetário e, por isso, requer enfrentamentos diversificados, políticas de combate diferenciadas, respeitando as especificidades territoriais locais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IPEA, PNUD, 2003.

BAJOIT, Guy. *Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social*. IN: BALSÁ, C. M. (org). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

BALSÁ, C. M. (org). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

_____, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Editora da UnB, 1982, pp. 21-96.

BIRDSALL, Nancy; ROSS, David; SABOT, Richard. *La desigualdad como limitación para el crecimiento*. Gestión y política pública. México, CIDE, 1º semestre 1996.

BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, SP: Ática, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense S.A, 1985.

COHN, Amélia. *Transferência de renda e questão social*. IN: VELLOSO, J.P.R & ALBUQUERQUE, R. C. (coords). *Cinco décadas da questão social e os desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

CORRÊA, Ângela Maria Cassavia Jorge. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998.

CUNHA, J. M. P. (org). *A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas*. Caxambu, MG: XIV Encontro Nacional de estudos populacionais – ABEP, 2004.

DÌAZ, Laura Mota. *As faces atuais da pobreza urbana: elementos para uma reorientação da política social*. IN: CATTANI, A. D & DÌAZ, L. M (orgs.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre, RS: Ed da UFRGS, 2005.

DINIZ, Marcelo B., ARRAEZ, Ronaldo A. *Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil*. Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas, 2003.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESTIVILL, Jordi. *A face não reconhecida da sociedade. O debate conceitual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina*. IN: BALSÀ, C. M. (org). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

FURTADO, Celso. (1920). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Teoria política do Desenvolvimento Econômico*. Editora Paz e Terra, 2000.

_____, 1920. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Editora Paz e Terra, 2000. 3ª edição.

GANDRA, Rodrigo Mendes. *O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90*. Texto para discussão, Rio de Janeiro: UFRJ – IE, 2004.

GREMAUD, A. P. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2006.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HAIR, Joseph et al. *Multivariate Data Analysis*. New Jersey: Editora Prentice Hall, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

LAVINAS, Lena. *Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

_____. *Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática*. *Econômica*, v. 4, pág 25-59, 2002.

LOPES, Helger Marra. *Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2003.

MACEDO, Luiz Antônio M. *Alguns aspectos do crescimento econômico segundo os economistas clássicos e Marx*.

_____. *Salários, Lucros e “Exploração”*: uma formulação neoricardana. FEAD - Minas (Núcleo de Pós-Graduação).

MARTINS, Roberto Borges. In: *Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1999.

MINGOTI, Sueli Aparecida. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NEUMANN, Zilda Arns (coord). *Guia do Líder da Pastoral da Criança*. Curitiba: Posigraf S/A, 2000.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação Social: ensaio sobre a pobreza*. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel; Curitiba: Imprensa Oficial, 2003. Cap. 3 a 5.

RIBAS, Rafael Perez. *Permanência, transição, vulnerabilidade? Três análises dinâmicas sobre a pobreza no Brasil*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face – UFMG, 2006.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação (1817)*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (tradução de Paulo H. R. Sandroni).

RIGOTTI, J. I. R & AMORIM JÚNIOR, O.B. *Aspectos demográficos do espaço mineiro*. IN: Minas do século XXI/Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

RIST, Gilbert. *The History of Development. From Western Origins to Global Faith*. Zed Books, London and New York, 1997.

ROCHA, Sônia. *Estimação de linhas de indigência e de pobres: opções metodológicas no Brasil*. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* Niterói, RJ: Revista Economia – ANPEC, vol.2, 2001.

RODRIGUES, Luciene (coord.). *Um estudo das possibilidades de operação em Cluster a partir das especificidades setoriais dos municípios do Norte de Minas*. Diamantina, MG: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de letras, 2000.

SILVA, Graziano *et al.* *Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil*. IN: *A pobreza do Estado. Reconsiderando o papel do estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (1776)*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (tradução de Luiz João Baraúna).

SIMBRASIL/SE – SISTEMA DE INFORMAÇÕES SÓCIO ECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - REGIÃO SUDESTE. IPEA, FADE-UFPE e Caixa Econômica Federal – 1991-2003.

ANEXOS

TABELA 19. Atributos indicadores de pobreza multidimensional: microrregião de Montes Claros - MG, 2000.

Municípios	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios com Coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	% de empregados com carteira assinada acima de 10 anos de idade	% de pobres	Mortalidade (até 1 ano de idade)	Classificação do Índice de violência	Índice de Escolaridade
Brasília de Minas	51,91	83,88	80,29	12,85	62,09	32,42	Entre os 50% melhores	0,334
Campo Azul	21,22	50,96	57,90	2,52	71,60	38,39	Entre os 50% melhores	0,228
Capitão Enéas	49,21	53,77	93,99	25,18	66,29	37,25	Entre os 50% melhores	0,334
Claro dos Poções	51,26	70,50	88,44	14,05	57,79	38,39	25% Piores	0,338
Coração de Jesus	39,30	45,64	84,85	9,68	65,13	31,93	Entre os 75% melhores	0,322
Francisco Sá	51,11	68,86	82,36	13,88	62,64	31,93	Entre os 50% melhores	0,308
Glaucilândia	36,33	89,21	85,17	19,86	62,05	31,93	Entre os 50% melhores	0,327
Ibiracatu	12,67	27,33	54,11	19,81	78,85	39,10	Entre os 50% melhores	0,167
Japonvar	32,37	66,03	72,09	10,37	76,32	39,10	Entre os 50% melhores	0,203
Juramento	48,46	88,29	85,48	24,51	59,83	38,39	Entre os 50% melhores	0,324
Lontra	39,58	52,58	85,30	9,27	69,25	38,39	Entre os 50% melhores	0,263
Luislândia	28,64	69,02	70,42	10,20	70,96	38,39	Entre os 50% melhores	0,224
Mirabela	49,90	62,76	90,25	14,23	67,93	38,39	Entre os 50% melhores	0,322
Montes Claros	85,83	96,33	98,40	35,89	34,53	22,27	Entre os 75% melhores	0,609
Patis	21,35	34,37	68,08	7,27	74,69	50,67	Entre os 50% melhores	0,211
Ponte Chique	21,87	21,75	75,25	8,25	64,68	38,39	Entre os 50% melhores	0,309
São João da Lagoa	38,31	59,84	71,06	5,34	66,19	31,93	Entre os 50% melhores	0,269
São João da Ponte	34,36	53,79	77,39	19,49	69,99	38,39	Entre os 50% melhores	0,199
São João do Pacuí	23,72	67,12	69,83	3,19	75,84	39,10	Entre os 50% melhores	0,176
Ubái	26,17	27,53	66,65	3,00	75,47	39,10	Entre os 50% melhores	0,259

Varzelândia	37,88	57,24	80,12	6,60	70,88	39,10	Entre os 50% melhores	0,211
Verdelândia	54,64	41,34	71,07	13,17	80,67	39,10	Entre os 75% melhores	0,176

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (2003) e Atlas da exclusão social (2004).

FORMULÁRIO SÓCIO ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Data: __/__/__ Código da Família Benefício BF A. Gás B.E B.A C.A

BLOCO A- CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

1) Sexo : Masculino Feminino

2) Raça/Cor Branca Preta Amarela Indígena Parda

3) Condições do Domicílio: Chefe Cônjuge Filho Outros

4) Estado Civil: casado solteiro Separado Viúvo

BLOCO B – DADOS DA FAMÍLIA

5) Sua família recebe o benefício do Programa Bolsa família: Sim Não Desde quando? __/__/__

6) Quantas crianças de sua casa são beneficiadas com o programa? _____

7) Quantas pessoas compõem sua família? _____

8) Qual a idade de cada membro?

Membro										
Idade										

BLOCO C – EDUCAÇÃO

9) Você sabe ler e escreve? Sim Não Não sabe informar

10) Freqüenta alguma escola?

Sim, rede privada Sim, rede pública Não, já freqüentou Nunca freqüentou

11) Qual é o seu grau de instrução?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhuma série completa | <input type="checkbox"/> Supletivo (ensino Médio ou 2º grau) |
| <input type="checkbox"/> Primário | <input type="checkbox"/> Ensino Médio ou 2º grau |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental | <input type="checkbox"/> Superior |
| <input type="checkbox"/> Supletivo (ensino Fundamental ou 1º grau) | <input type="checkbox"/> Outros |

12) Qual o grau de instrução dos filhos de 0 a 15 anos de idade?

- | | |
|--------------------------|--|
| 1 Nenhuma série completa | 5 Supletivo (ensino Fundamental ou 1º grau) |
| 2 Creche | 6 Ensino Médio ou 2º grau |
| 3 Pré-escola | 7 Outros |
| 4 Ensino Fundamental | 8 Primário |

Filho	Instrução	Filho	Instrução

BLOCO D – TRABALHO

13) Quantas pessoa trabalham na família?

Antes do programa	Após o programa

13.1) Qual a ocupação destas pessoas?

1	Empregado Privado	6	Conta própria
2	Empregado Público	7	Aprendiz ou estagiário

3	Emprega doméstico	8	Não remunerado em ajuda a membro do domicílio
4	Empregado temporário na área rural	9	Trabalhador na produção para o próprio consumo
5	Empregador	10	Trabalhador voluntário

Forma	Valor do rendimento	Valor do Benefício	Nº meses recebidos(Benefício)
1- Não tem <input type="checkbox"/>	R\$ _____	BF <input type="text"/>	_____
2- Em dinheiro <input type="checkbox"/>		A. Gás <input type="text"/>	
3- Em dinheiro e benefício <input type="checkbox"/>		B.E <input type="text"/>	
4- Somente benefício <input type="checkbox"/>		B.A <input type="text"/>	
		C.A <input type="text"/>	

BLOCO E - RENDA DA 14) Qual o

rendimento Bruto da Família ANTES do programa?

Forma	Valor do rendimento	Valor do Benefício	Nº meses recebidos(Benefício)
1- Não tem <input type="checkbox"/>	R\$ _____	BF <input type="text"/>	_____
2- Em dinheiro <input type="checkbox"/>		A. Gás <input type="text"/>	
3- Em dinheiro e benefício <input type="checkbox"/>		B.E <input type="text"/>	
4- Somente benefício <input type="checkbox"/>		B.A <input type="text"/>	
		C.A <input type="text"/>	

15) Qual o rendimento Bruto da Família Com o programa?

BLOCO F - DOMICÍLIO

16) Característica do domicílio:

16.1) Tipo

- Casa não rústica Casa Rústica Apartamento Cômodo

16.2) Cômodo

- Total Servindo de Dormitório Total de banheiros

16.3) Abastecimento de Água

16.3.1) Com Canalização Interna

- Rede Geral Poço ou nascente Outra forma

16.3.2) Sem canalização Interna

- Rede Geral Poço ou nascente Outra forma

16.4) Escoadouro Sanitário

- Rede Geral de Esgoto Pluvial Rio, lago ou mar Tem
 Fossa Sépita Outro escoadouro Não
 Fossa Rudimentar Vala

16.5) Condição de Ocupação

- Próprio já pago Alugado Cedido por particular
 Próprio em aquisição Cedido por empregador Outra

BLOCO G – CONDIÇÃO DE VIDA

- Boas Satisfatórias Ruins

17) As condições de moradia de sua família são:

18) Como avalia as condições de moradia em relação a:

Condição	Bom	Ruim	Não tem	Condição	Bom	Ruim	Não tem
1- serviço de água				4- Drenagem /escoamento da água de chuva			
2- coleta de lixo				5- Fornecimento de energia elétrica			
3- Iluminação de rua							

Membro	Ocupação	Renda antes BF	Renda após BF	Membro	Ocupação	Renda antes BF	Renda após BF

19) Na sua opinião a renda de sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com:

- Muita dificuldade Alguma facilidade Alguma dificuldade
 Dificuldade Facilidade Muita facilidade

20) Levando em conta a situação de sua família, qual seria a renda mensal mínima necessária para chegar o final do mês? R\$

21) Levando em _____ conta a situação de sua família, qual seria o valor mínimo mensal de recursos para cobrir os gastos com _____ alimentação? R\$

22) Das alternativas a seguir, qual melhor descreve a quantidade de alimento consumido por sua família?

- Normalmente não é suficiente Às vezes não é suficiente É sempre suficiente

BLOCO H- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

23) Qual a sua satisfação com relação ao programa?

- Bom Ruim Regular

24) Houve algum tipo de mudanças na família após o recebimento do benefício? Que tipo de mudança ocorreu? Sim (continue nos itens seguintes) Não

24.1) Desenvolvimento dos filhos na escola: _____

24.4) saúde: _____

24.5) Renda: _____

24.2) Alimentação: _____

24.6) Outros _____

24.3) Emprego: _____

BLOCO I – DESPESAS

25) Qual o gasto com relação aos itens:

25.1) Alimentação e Bebida: _____

25.2) Habitação (aluguel, água, energia, telefone, impostos, Gás): _____

25.3) Saúde e cuidados pessoais: _____

25.4) Educação: _____

25.5) Vestuários e calçados: _____

25.6) Artigos de residência: _____

25.7) Despesas Pessoais: _____

25.8) Outros Gastos (especificar) _____

26) Você nasceu em Montes Claros?

- Sim Não (continue nos itens seguintes)

26.1) Onde nasceu _____

26.2) Quanto tempo mora em Moc? _____

26.3) Porque veio morar em Moc? _____

27) Você acha que pertence a categoria dos pobres?

- Sim, justifique _____
 Não, justifique _____

28) Quais são as principais dificuldades que encontra para sobreviver?

29) Como é sua relação com seus vizinhos?

- Boa Relacionam-se apenas em reuniões de bairro, ou festa de bairro.
 Ruim Não se relacionam

30) Há troca de favores entre vocês?

- Sim. Quais _____ Não

31) Você ou alguém de sua família já passou fome?

- Sim. Por quanto tempo? ___ dia (as)
 Não

31.1) Já houve casos de crianças desnutridas em sua família?

- Sim. Como foi contornada essa situação? _____
 Não

32) Há quantas pessoas atualmente desempregadas na sua família? _____

32.1) Por quanto tempo estão desempregadas?

32.2) Já conseguiram ficar mais 6 meses empregadas?

32.3) Se tivesse emprego, algo mais lhe faltaria?

- Sim. O que? _____
 Não

33) Acesso à saúde

Hospital público Hospital privado Posto de saúde Outros Não possui acesso